

Protocolo 4.992/2023

De: AMI3 SOLUCOES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESIDUOS LTDA Lançado por Midiã O. - SEMAD-DPA

Para: SEMGOV - CPL - Comissão Permanente de Licitação

Data: 20/06/2023 às 15:42:59

Setores (CC):

SEMGOV - CPL

Setores envolvidos:

SEMAD-DPA, SEMGOV-LICIT, SEMOHSP, SEMOHS-DS, SEMOHS-DOP, PGM/PJ, PGM/GPL, SEMGOV - CPL

SG - Recurso a procedimento licitatório

Entrada*:

Atendimento pessoal

REF: *Pregão Presencial nº 28/2023*

Processo Administrativo nº 263/2023

—
Midiã da Silva Ramos Ciribelli de Oliveira
Agente administrativo

Anexos:

Comp_de_residencia.pdf

Fundamentacao_Tecnica.pdf

RG.pdf

Assinado digitalmente (emissão + anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura
Midiã da Silva Ramos Cirib...	20/06/2023 15:48:09	1Doc MIDIÃ DA SILVA RAMOS CIRIBELLI DE OLIVEIRA C...

Para verificar as assinaturas, acesse <https://casimirodeabreu.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **CF4A-B82E-CE5B-3344**



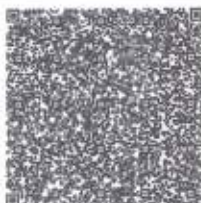
DANF3E - DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA
FISCAL DE ENERGIA ELÉTRICA ELETRÔNICA

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A
AV. MAL. FLORIANO 150 RIO DE JANEIRO RJ CEP 20040-002
CNPJ 07.464.457/0001-46
INSC. ESTADUAL 17390.023 INSC. MUNICIPAL 90794578

ALEXANDRE DA NATIVIDADE PEREIRA
R CDE BONFIM 18 AP 701
TIJUCA / RIO DE JANEIRO, RJ
CEP 20520-053 | MEDIDOR: 489120

01 14 L520 41 0279 Z002

Classificação: Grupo B / Subgrupo B1 Residencial / Residencial	Tipo de Fornecedor: Monofásico								
ALEXANDRE DA NATIVIDADE PEREIRA R CDE BONFIM 18 AP 701 TIJUCA / RIO DE JANEIRO, RJ CEP 20520-053 CPF 074.155.207-85 Conta Contrato: 10118982091		CÓDIGO DA INSTALAÇÃO 0410110897	CÓDIGO DO CLIENTE 33491195	DATAS DE LEITURAS	<table><tr><td>Leitura anterior 22/02/2023</td><td>Leitura atual 24/03/2023</td><td>Nº de dias 30</td><td>Próxima Leitura 24/04/2023</td></tr></table>	Leitura anterior 22/02/2023	Leitura atual 24/03/2023	Nº de dias 30	Próxima Leitura 24/04/2023
Leitura anterior 22/02/2023	Leitura atual 24/03/2023	Nº de dias 30	Próxima Leitura 24/04/2023						
REF: MÊS / ANO MAR/2023		VENCIMENTO 10/04/2023		TOTAL A PAGAR R\$ 451,17					



NOTA FISCAL Nº 8488253 - SÉRIE 05 / DATA DE EMISSÃO: 24/03/2023
Consulte pela Chave de Acesso em:
<http://dfe-portal.sefazvirtual.rj.gov.br/NF3e/consulta>
Chave de acesso:
33230360444437000148660050184682632032907420
Protocolo de autorização: 3332300020175180 - 24/03/2023 às 13:11:47

COMUNICADO AO CLIENTE: REAJUSTE TARIFÁRIO Agência Reguladora - ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.176, de 14/03/2023, autorizou o reajuste médio de 7,47% nas tarifas de energia elétrica para os consumidores da Light, com vigência a partir de 15/03/2023.

Item de fatura	Unid.	Quant.	Preço unit. (R\$) com tributos	Valor (R\$)	PIS/COFINS (R\$)	Base Calc. ICMS (R\$)	Alíquota ICMS (%)	ICMS (R\$)	Taxa unit. (R\$)
Energia Elétrica kWh	kWh	434	0,97237	421,97	10,57	421,97	18,000	75,95	0,77299
Contrib Ilum Pública Municipal				21,62					
Multa 2% conta de 02/2023 sobre R\$ 388,84				7,79					
TOTAL					10,57	421,97		75,95	

Tributo	Base de Calc. (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)
PIS/PASEP	346,02	0,54%	1,88
COFINS	346,02	2,52%	8,71

CONSUMO / kWh		
CONSUMO FATURADO	Nº DIAS FAT	
MAR/23	434	30
FEV/23	408	30
JAN/23	396	31
DEZ/22	344	30
NOV/22	300	30
OUT/22	301	31
SET/22	274	30
AGO/22	256	31
JUL/22	243	29
JUN/22	243	30
MAY/22	248	29
ABR/22	341	31
MAR/22	421	31

Metrica	Grandes	Postos	Leitura	Leitura	Contat	Consumo
489120	Energia kWh	Leitura Comercial	0,071	0,011	1	100

Reservado ao Fisco	
--------------------	--

ATENÇÃO! AVISO DE CORTE Até o dia 24/03/2023 não constava em nossos registros o pagamento da(s) conta(s) de energia elétrica e/ou serviço(s) abaixo listada(s), no total de: R\$ 415,86. O não pagamento implicará no corte do fornecimento de energia, a partir de 10/04/2023, cobrança de multa, juros e atualização monetária, conforme legislação em vigor; inclusão no SERASA e similares; rescisão contratual, após 2 ciclos de faturamento a partir do corte; cobrança, no mínimo, do custo de disponibilidade na conta subsequente ao corte. Caso já tenha(m) sido paga(s), favor desconsiderar este aviso. FEV/23 R\$ 415,86 10/03/2023

PAGUE ESTA
FATURA VIA PIX



VENCIMENTO 10/04/2023	TOTAL A PAGAR *****451,17	CÓDIGO DO CLIENTE 33491195	MAR/2023	Autenticação Mecânica
---------------------------------	-------------------------------------	--------------------------------------	-----------------	-----------------------

83620000004.7.51170053107.8.84911081711.1.10118982091.9



Duque de Caxias, 19 de junho de 2023.

À Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu

ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE CASIMIRO DE ABREU/RJ

Ref: Pregão Presencial n.º 28/2023

Ref: Processo Administrativo n.º 263/2023

AMI3 SOLUCOES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESIDUOS S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 14.177.887/0001-00, com sede na Av. Almeida Garret nº 34, Chácara Rio-Petrópolis, Duque de Caxias/RJ, CEP: 25231-160, representada na forma de seus atos constitutivos, vem, por seu procurador abaixo assinado, à presença de V.Sª., apresentar, dentro do prazo legal estabelecido, com fulcro no art. 109, I da lei de Licitações, seu

RECURSO ADMINISTRATIVO COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO

contra decisão proferida pela d. Comissão no dia 15.06.2023, que inabilitou a recorrente, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

Breve síntese dos fatos

1. Trata-se de Pregão Presencial do tipo menor preço global, para contratação da empresa para prestação dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares até a estação de transbordo de todo Município de Casimiro de Abreu - RJ.
2. Em sessão realizada em 15.06.2023, a d. Comissão entendeu por inabilitar a AMI3 aduzindo ter ela descumprido o item 8.1.5 "a" do Edital de referência.
3. No entanto, tal decisão merece ser revista para habilitar a AMI3 e declará-la vencedora do certame.

Habilitação Regular

Habilitação técnica – regularidade do certificado do CREA-RJ

4. A d. Comissão entendeu que o certificado apresentado não é suficiente para comprovar sua qualificação técnica vez que contém a seguinte restrição:

RESTRIÇÃO(ÕES) DE RAMO: Esta empresa não está habilitada a atuar na(s) área(s) de: OBRAS E SERVICOS DE ENGA CIVIL / OS ENGA CIVIL, ENGENHARIA AMBIENTAL / OS ENGENHARIA AMBIENTAL por não ter profissional RT para a(s) área(s), ficando sua atividade restrita a(s) área(s) de: OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA QUIMICA e advertida que deverá enquadrar-se nos termos do que determina o preceito acima mencionado

5. No entanto, não há que se falar em irregularidade na certidão. Primeiramente porque o Engenheiro Químico pode ser responsável técnico pelos serviços de coleta e, porque a certidão do CREA/RJ é passível de mudança a qualquer tempo, desde que comprovada a mudança nos elementos cadastrais.

6. A alínea "a" do item 8.1.5 não prevê exigência de que a certidão do CREA contenha habilitação para o exercício de obras e serviços de engenharia civil ou ambiental, mas tão somente que se apresente a certidão no Conselho Regional habilitando ao exercício da atividade objeto desta licitação.

7. Como se depreende da leitura da certidão, a AMI3 está habilitada para: TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, ATIVIDADES DE LIMPEZA; COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS; COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS; TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS; ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE.

8. Ou seja, está apta a realizar os serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares até a estação de transbordo, como comprova sua licença ambiental.

9. Isso porque, não há qualquer restrição para que os serviços de limpeza urbana, em especial coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares tenha como responsável técnico Engenheiro Químico ou Químico.

10. A Resolução CONFEA 218/73 e demais normas correlatas não determina a exclusividade dos serviços aos

engenheiros civil ou ambiental. Tampouco a NOP-INEA-26.R-1, que trata do Licenciamento Ambiental faz tal restrição, limitando-se a exigir a profissional com registro ativo.

11. Na realidade, em se tratando de serviço correlato a tratamento de resíduos, atividade expressamente atribuída aos engenheiros químicos, tal restrição se demonstra ilegal.

12. Ademais, o próprio Edital admite, nos termos do seu anexo XIII, o compromisso de inclusão na equipe técnica de profissional apto a responder como responsável técnico pela execução dos serviços.

13. E tal declaração foi devidamente entregue, demonstrando que, quando da realização o objeto contratual, a empresa terá como responsável técnico profissional de Engenharia Civil ou Engenharia Ambiental e, assim, terá Certidão atualizada no CREA-RJ.

Habilitação técnica – Atestados de capacidade técnica

14. Em sessão do dia 15.06.2023, foi determinada diligência para esclarecer o prazo de vigência dos serviços apresentados no atestado técnico.

15. Conforme notas fiscais e medições anexas, verifica-se que o objeto foi executado durante um ano nos quantitativos mínimos exigidos.

16. Habilitação técnica – Certidão de inexistência de dívidas financeiras ambientais

17. Por fim, há de se esclarecer que a não apresentação da certidão descrita no terceiro ponto do item 9.1, 1 do Termo de referência não pode inabilitar a AMI3.

18. Isso porque apenas requerido no Termo de Referência, que dispõe sobre as diretrizes básicas que deverão ser seguidas na execução dos serviços. Ou seja, o Termo de Referência não traz requisitos para participação no certame licitatório e condições de habilitação. Traz sim condições de execução contratual.

19. Portanto, não é possível a exigência de apresentação da certidão no momento do Pregão, mas apenas para a assinatura do contrato.

20. Por se tratar de exigência não prevista no rol taxativo do art. 30 da Lei de Licitações, certidão de inexistência

de débitos não pode ser exigida para a qualificação técnica.¹

21. Outro não é o entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro:

O questionamento da Representante trata, especificamente, da alínea “h” que estabelece como requisito de qualificação técnica a apresentação de Certidão Negativa de Débitos expedida pelo INEA. Em sede de cognição sumária, vislumbro que a exigência apresenta potencial restritivo e, ao que tudo indica, contrariam precedentes desta Corte sobre a matéria, a exemplo dos processos TCE-RJ 240.047-3/191 , 217.415-7/192 e 223.019- 3/193 . Vejamos o pertinente trecho decisão proferida em 12.02.2020, nos autos na Representação TCE/RJ 240.047-3/19:

Em razão do pedido de medida cautelar contido na Representação, a análise dos pressupostos de admissibilidade foi realizada na última decisão plenária. Apesar de ter sido conhecido o feito, o exame de seu mérito foi sobrestado, não obstante já tivesse antecipado meu posicionamento referente às exigências da apresentação de certidões de “nada consta” juntamente com o cadastro técnico federal do IBAMA; e da inexistência, nos últimos cinco anos, de dívidas financeiras referentes às infrações ambientais do INEA, por considerá-las com potencial restritivo e carecerem de fundamentação legal. Reforço, no presente momento, a posição de que inexistente previsão em lei que ampare a obrigação de as empresas apresentarem certidão negativa de débitos junto ao INEA para participarem de licitação, assim como, muito embora existente a previsão de certidão de cadastro técnico federal de atividades poluidoras junto ao IBAMA, a sua exigência no referido certame não foi previamente justificada, razão pela qual resta desamparada a escolha administrativa em exigir tal documento em função até mesmo do próprio objeto a ser contratado. Nesse ponto, cumpre novamente mencionar que, nos autos do processo TCE-RJ nº 216.840-9/19, a Municipalidade de Rio Bonito foi cientificada por este Tribunal da lesividade das referidas exigências, as quais foram impostas em outro procedimento licitatório, em virtude do potencial restritivo dos subitens inseridos, haja vista a desnecessidade dessa previsão para demonstrar a qualificação técnica dos licitantes. Não obstante, será comunicado derradeiramente ao atual Prefeito do Município para que cumpra determinação no sentido de que, em casos futuros, abstenha-se de exigir para fins de qualificação técnica do licitante a apresentação de documentos, cuja natureza seja semelhante às previstas nos itens 11.6. B6 e 11.6B7 do Edital de Pregão Presencial SRP nº 008/2019. (grifos nossos)”

Excerto do voto proferido nos autos do Processo TCE 241.250-8/2022

22. Assim, não que se falar em inabilitação por ausência de apresentação de certidão do INEA.

¹ Neste sentido: ENUNCIADO: As exigências de documentos para efeito de habilitação em certame licitatório não devem exceder os limites fixados nos artigos 27 a 33 da Lei 8.666/1993. (Acórdão TCU 808/2003 – Plenário. Data da Sessão: 02/07/2003.

Relator Min. Benjamin Zymler

ENUNCIADO: A lista de documentos passíveis de serem exigidos dos interessados na etapa de habilitação é exaustiva (arts. 27 a 33 da Lei 8.666/1993) (Acórdão TCU 2197/2007 – Plenário. Data da sessão 17/10/2007. Relator Ministro Augusto Sherman.

Conclusão e Pedido

23. Diante do exposto, requer seja conhecido e provido este recurso para, reconsiderando a decisão exarada pela comissão permanente de licitação, seja declarada habilitada a empresa AMI3 SOLUCOES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESIDUOS S/A pela regularidade de sua qualificação técnica e assim declarada vencedora do certame.

Termos em que, pede deferimento.

Duque de Caxias, 19 de junho de 2023



Alexandre da Natividade Pereira

Representante Legal

CREA: nº 2006102280

AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A

CNPJ: 14.177.887/0001-00

14 177 887/0001-00
AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E
TRANSPORTES DE RESÍDUOS
AV. Almeida Garret, Nº 34
Chacara Rio Petropolis- CEP- 25.231-160
DUQUE DE CAXIAS RJ



33.2.0904621-7

Sociedade anônima

Normal

Norme



00-2023/039716-6

JUCERJA

Último arquivamento:

NIRE: 33.2.0904621-7

AM3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A

Boleto(s):

Hash: E21441B9-3D77-4088-8D17-3D87C55EDC47

Orgão	Calculado	Pago
Junta	698,00	698,00
DNRC	0,00	0,00

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

AM3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A

Código A14

Everton

002

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
046	1	Alteração / Transformação
317	1	Alteração / Desenquadramento de Microempresa
XXXX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR APARECIDA MARIA PEREIRA DA SILVA LOPES, CLAUDIO DA CUNHA VALLE E LINCOLN NUNES MURCIA SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Deferido em 07/02/2023 e arquivado em 07/02/2023

Jorge Paulo Magdaleno Filho

SECRETÁRIO GERAL

Observação:

Nº de Páginas	Capa Nº Páginas
---------------	-----------------

10

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: AMIO SOLUCOES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESIDUOS LTDA

Nome Novo: AMIL SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A

NÍMER: 312.0904621-7 Protocolo: 00-2023/039716-6 Data do protocolo: 12/01/2023

NUMERO: 332.090421-7 / PROCESSO: 00-2023/003199-0 ANEXO DO PROCESSO: 332.090421-7
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 07/02/2023 SOB O NUMERO 33300347437, 00005306652 e demais constantes do termo de autenticação.

Subnet: 6681462FA34A28F53F38277FF4B95E1FA13C0A2D1FF463B39F378B1A192FB164

23 | Anexo: Parecer_Recurso_Processo_263_2023_Contratacao_de_Servico_de_Coleta_e



Pag. 01/10

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA EM SOCIEDADE ANONIMA

Aos 06 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três às 18:00 (dezoito) horas reuniram-se, sócio Wagner Moreira de Souza, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 17/04/1984, portador da carteira de identidade nº 130854243 e CPF 101.349.477/62, residente e domiciliado na Rua Vanízia, nº 6 – Santa Cruz da Serra, Duque de Caxias, RJ, CEP. 25.240-280, e os diretor financeiro Igor Polonio Dantas, solteiro, empresário, nascido em 17/02/1988, portador da carteira de identidade nº 233519952 e CPF 058.509.317/24, residente e domiciliado na Rua Major Tomas Goncalves, nº 62 – Lagunas, Duque de Caxias, RJ, CEP. 25.011-230 e o diretor administrativo, João Pedro Moreira, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 01/05/2003, portador da carteira de identidade nº 81280070 e CPF 152.833.677/11, residente e domiciliado na Rua Jose Moreira da Silva, nº 12 – Santa Cruz da Serra, Duque de Caxias, RJ, CEP. 25.255-080, na sede da sociedade limitada AMI3 Soluções Ambientais e Transportes de Resíduos Ltda, estabelecida na Avenida Almeida Garret, 34, Chácara, Rio-Petropolis – Duque de Caxias – RJ, CEP. 25.231-160, para presidir a reunião foi eleito por aclamação, o sócio Wagner Moreira de Souza, que aceitando a incumbência, convidou o diretor financeiro Igor Polonio Dantas para secretariá-lo, assim constituindo-se a mesa e dando início aos trabalhos.

Instalada a assembleia, declarou o presidente:

1 – Ser ele, Wagner Moreira e Souza, único sócio componente da sociedade limitada que exerce suas atividades, sob denominação de AMI3 Soluções Ambientais e Transportes de Resíduos Ltda, cujo contrato foi devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA, sob o NIRE 332.0904621-7, com capital registrado e integralizado de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) constituído por 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil cotas) no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, pertencendo 100% ao sócio Wagner Moreira de Souza.

2 – O objeto da sociedade continua sendo:

- 1 - Gestão de rede de esgoto – CNAE 3701-1/00,
- 2 - Atividade relacionada a esgoto, exceto a gestão de redes, CNAE 3702-9/00,
- 3 - Coleta de resíduos não-perigosos – CNAE 3811-4/00,
- 4 - Coleta e Remoções de Resíduos – CNAE 3811-4/00,
- 5 - Coleta de resíduos perigosos – CNAE 3812-2/00,
- 6 - Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos – CNAE 3821-1/00,
- 7 - Construção de Edifícios, CNAE 4120-4/00,
- 8 - Obras de urbanização, ruas, praças e calçadas – CNAE 4213-8/00,
- 9 - Instalação e Manutenção Elétrica, CNAE 4321-5/00,

[Handwritten signatures and initials]

Scanned with CamScanner

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA

Nome Nova: AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A

NIRE: 332.0904621-7 Protocolo: 00-2023/039716-6 Data do protocolo: 12/01/2023

CERTIFICOU O ARQUIVAMENTO em 07/02/2023 SOB O NÚMERO 33209347437, 00005366682 e demais constantes do termo de autenticação.



Pag. 03/10

- 10 - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças - CNAE 4663-0/00,
- 11 - Comércio Atacadista de Resíduo de Papéis e Papelão, CNAE 4687-7/01
- 12 - Comércio atacadista de resíduos de Resíduos e Sucata não metálica, exceto de papel e papelão- CNAE 4687-7/02,
- 13 - Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicas - CNAE 4687-7/03,
- 14 - Transporte Rodoviário de produtos perigosos, CNAE 4930-2/03,
- 15 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal - CNAE 4930-2/01,
- 16 - Outras atividades auxiliares de transportes terrestre - CNAE 5229-0/99,
- 17 - Locação de Automóvel sem Condutor - CNAE 7711-0/00,
- 18 - Locação de Outros Meios de Transporte, não especificados anteriormente - CNAE 7719-5/99,
- 19 - Aluguéis de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais, sem operador - CNAE 7739-0/99,
- 20 - Atividade de limpeza não especificada anteriormente, CNAE 8129-0/00, e
- 21 - Atividade paisagística - CNAE 8130-3/00.

O presidente, após esclarecimentos necessários, propôs a transformação da sociedade limitada em sociedade anônima, sob a denominação de AMI3 Soluções Ambientais e Transportes de Resíduos S/A, continuando a sociedade empresarial com mesmo objetivo social, tudo de modo a não haver solução de continuidade nos negócios ora em curso, mantendo a nova firma todos os direitos e obrigações que compõe o patrimônio da sociedade ora transformada, nos termos dos artigos 220 e 222 da Lei 6404/1976.

A proposta foi unanimemente aprovada, decidindo-se também que o capital da sociedade anônima, será igualmente de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), dividido em 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, do valor unitário de R\$1,00 (um real) subscritas na exata proporção do valor das respectivas quotas, emitindo-se oportunamente as ações representativas.

Também ficou decidido que a sociedade anônima será composta por 1 Presidente, 1 Diretor Financeiro e 1 Diretor Administrativo.

Finalmente, propôs o sr. Presidente a constituição do Estatuto da empresa AMI3 Soluções Ambientais e Transportes de Resíduos S/A, da qual se reger-se-á pelos seguintes Artigos:

[Handwritten signatures]

[Handwritten initials]

Scanned with CamScanner

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA

Nome Novo: AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A

NIRE: 332.0904621-7 Protocolo: 00-2023/039716-6 Data do protocolo: 12/01/2023

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 07/02/2023 SOB O NÚMERO 33309347437, 00005306652 e demais constantes do termo de autenticação.



Pag. 04/10

**ESTATUTO DA SOCIEDADE ANONIMA AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E
TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A**

I – DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Sob denominação de **AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A**, fica constituída uma sociedade anônima, que se regerá pelo presente estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicadas.

II – A sociedade é sediada na Avenida Almeida Garret, 34, Chácara, Rio Petrópolis, Duque de Caxias – RJ, CEP 25.231-160, onde tem foro, podendo, entretanto, abrir filiais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional de seu interesse, e o juízo exclusivo da diretoria.

III – Constitui objeto da sociedade :

- 1 - Distribuição de água por caminhões – CNAE 3600-6/02,
- 2 - Gestão de rede de esgoto – CNAE 3701-1/00,
- 3 - Atividade relacionada a esgoto, exceto a gestão de redes, CNAE 3702-9/00,
- 4 - Coleta de resíduos não-perigosos – CNAE 3811-4/00,
- 5 - Coleta e Remoções de Resíduos – CNAE 3811-4/00,
- 6 - Coleta de resíduos perigosos – CNAE 3812-2/00,
- 7 - Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos – CNAE 3821-1/00,
- 8 - Construção de Edifícios, CNAE 4120-4/00,
- 9 - Obras de urbanização, ruas, praças e calçadas – CNAE 4213-8/00,
- 10 - Instalação e Manutenção Elétrica, CNAE 4321-5/00,
- 11 - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças – CNAE 4663-0/00,
- 12 - Comércio Atacadista de Resíduo de Papéis e Papelão, CNAE 4687-7/01
- 13 - Comércio atacadista de resíduos de Resíduos e Sucata não metálica, exceto de papel e papelão– CNAE 4687-7/02,
- 14 - Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicas - CNAE 4687-7/03,
- 15 - Transporte Rodoviário de produtos perigosos, CNAE 4930-2/03,
- 16 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal - CNAE 4930-2/01,
- 17 - Outras atividades auxiliares de transportes terrestre - CNAE 5229-0/99,
- 18 - Locação de Automóvel sem Condutor – CNAE 7711-0/00,
- 19 - Locação de Outros Meios de Transporte, não especificados anteriormente – CNAE 7719-5/99,
- 20 - Aluguéis de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais, sem operador - CNAE 7739-0/99,
- 21 - Atividade de limpeza não especificada anteriormente, CNAE 8129-0/00, e

[Assinaturas manuscritas]

[Assinatura manuscrita]

Scanned with CamScanner

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA

Nome Novo: AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A

NIRE: 332.0904621-7 Protocolo: 00-2023/039716-6 Data do protocolo: 12/01/2023

CERTIFICOU O ARQUIVAMENTO em 07/02/2023 SOB O NÚMERO 33360347437, 00005306652 e demais constantes do termo de autenticação.



Pag. 05/10

22 - Atividade paisagística - CNAE 8130-3/00

IV- O tempo de duração será indeterminado, cabendo a Assembleia Geral alterar sua constituição, modificar sua finalidade, ou promover sua dissolução legal.

V - A sociedade poderá participar de outras sociedades comerciais ou industriais.

DO CAPITAL E DAS AÇÕES

VI - O capital será de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) em moeda corrente do país, dividido em 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil) ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma,

§ 1º O capital poderá ser aumentado sempre que a assembleia o julgar conveniente, e da seguinte forma:

- a) pela emissão de novas ações, subscritas mediante pagamento,
- b) pelo aumento do valor nominal das ações existentes, resultante quer da incorporação de bens, quer pela aplicação das reservas, quer ainda por quaisquer outros meios, a juízo da assembleia.

§ 2º Na hipótese de aumento de capital, os acionistas terão o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da assembleia que deliberou o aumento, para exercício de seu direito de preferência para subscrição de ações.

VII - Cada ação dará direito a um voto nas liberações sociais.

VIII - As ações serão indivisíveis perante a sociedade, que não lhes reconhecerá mais que um proprietário para cada unidade.

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

IX - A sociedade será administrada pelo seu Presidente e seu diretores

Parágrafo Único - Todos terão 4 (quatro) anos de mandato.

X - O presidente e diretores, individualmente ou em conjunto, poderão praticar todos e quaisquer atos, por mais importante que sejam, ainda que envolvam responsabilidade direta ou indireta da sociedade, representando-a sempre, em juízo ou fora dele, com a máxima autonomia e independência.

XI - A diretoria proporá, às assembleias gerais, a forma de distribuição dos dividendos e lucros da sociedade.

XII - Quando se vagar mais de um cargo da diretoria, deverá ser convocada uma assembleia geral e extraordinária, para eleição dos novos titulares até o término do mandato em curso.

[Handwritten signatures]

Scanned with CamScanner

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: AMB SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA

Nome Novo: AMB SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A

NIRE: 332.6904621-7 Protocolo: 00-2023/039716-6 Data do protocolo: 12/01/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 07/02/2023 SOB O NÚMERO 33300347437, 00005306652 e demais constantes do termo de autenticação.



Pag. 06/10

DO CONSELHO FISCAL

XIII – O conselho fiscal compor-se-á de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, residente no país, acionistas ou não, eleitos pela assembleia geral ordinária, que lhes fixará honorários.

XIV – O conselho fiscal funcionará permanentemente e terá as seguintes atribuições:

- a) fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;
- b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar seu parecer as informações que julgar relevantes para assembleia;
- c) denunciar erros, fraudes ou crimes de que tiverem conhecimento;
- d) analisar, trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras da companhia.

DA ASSEMBLEIA

XV – Nos quatro primeiros meses após o término do exercício social, reunir-se-á a Assembleia Geral Ordinária; as extraordinárias realizar-se-ão nas épocas e datas julgadas convenientes aos interesses da sociedade e sempre que convocadas na forma da Lei.

Parágrafo Único – As assembleias gerais ordinárias ou extraordinárias serão presididas por qualquer dos acionistas presentes, escolhidos por aclamação.

XVI – Só poderão participar das assembleias os acionistas cuja as ações tenham sido depositadas quer na sede da sociedade, quer em estabelecimentos bancários, com antecedência mínima de 3 (três) dias.

XVII – Os acionistas, para assinarem o livro de presença, exhibirão o recibo de depósito de suas ações.

XVIII – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á em primeira convocação com a presença de acionistas que representem no mínimo $\frac{1}{4}$ (um quarto) do capital social com direito a voto, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Único – A assembleia geral, após instalada, elegerá o secretário que, juntamente com o presidente aclamado, formarão a mesa; iniciar-se-ão os trabalhos, respeitando a ordem do dia.

DOS FUNDOS SOCIAIS E DOS DIVIDENDOS

XIX – O exercício social coincidirá com ano civil, começando em 01 (primeiro) de janeiro e terminado a 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, quando serão

[Handwritten signatures]

Scanned with CamScanner

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: AMIL SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA

Nome Novo: AMIL SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A

NIRE: 332.0904621-7 Protocolo: 00-2023/039716-6 Data do protocolo: 12/01/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 07/02/2023 SOB O NÚMERO 33300347437, 00005306652 e demais constantes do termo de autenticação.



Pag. 07/10

levantados o balanço patrimonial, DRE e o Inventário, com observância das prescrições legais.

XX - O lucro líquido apurado, após amortizações e depreciações usuais, permitidas em lei, terá a seguinte aplicação:

a) 5% (cinco por cento) para constituição do fundo de reserva legal, destinado a assegurar a integridade do capital social.

b) O restante será distribuído como dividendo aos acionistas, todavia, a assembleia poderá destinar partes desse restante a outras reservas que julgar necessário.

XXI - Os dividendos poderão ser distribuídos a critério da diretoria, em duas prestações, dentro, porém, do exercício em que for aprovado o balanço geral, pela assembleia geral.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

XXII - O primeiro ano social começará na data do arquivamento dos estatutos na Junta Comercial do Rio de Janeiro - JUCERJA, retroagindo a data da constituição da firma que ora transforma em sociedade anônima, continuando sua escrituração nos mesmos livros, abrangendo o primeiro exercício as operações realizadas no corrente ano até 31 (trinta e um) de dezembro.

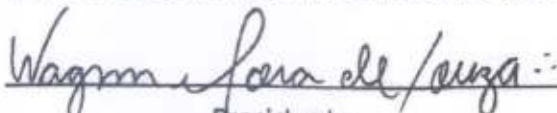
XXIII - Os casos omissos serão regulados pela Lei 6.404/1976 e pela Lei 10.406/2002.

Após debates, houve aprovação unânime das propostas.

Cumpridas as formalidades legais, declarou o Sr Presidente definitivamente transformada a sociedade limitada AM13 Soluções Ambientais e Transportes de Resíduos Ltda com capital de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) inteiramente subscritos e integralizados, conforme discriminação anterior, restando apenas eleger-se a diretoria, os membros do conselho e os respectivos suplentes.

Encerra-se a reunião, lavrando em 3 (três) vias, a presente ata que, depois lida, for aprovada em todos os seus termos, sendo assinada e rubricada em todas as suas folhas, pelo membro da mesa que presidiu e a seguir assinada por todos.

Duque de Caxias, 06 de Janeiro de 2023


Presidente


Secretário

Scanned with CamScanner

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: AM13 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA

Nome Novo: AM13 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A

NIRE: 332.0904601-7 Protocolo: 00-2023/039716-6 Data do protocolo: 12/01/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 07/02/2023 SOB O NÚMERO 33300347437, 00005306652 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 0FF14825A34A78F53F38C77F340051F1A11C0A2D1FF46D85F378D1A193FB164



Pag. 08/10



IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA AMI3 SOLUCOES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESIDUOS LTDA, NIRE 33.2.0904621-7, PROTOCOLO 00-2023/039716-6, ARQUIVADO EM 07/02/2023, SOB O NÚMERO (S) 33300347437 (DEMAIS CONSTANTES NA CAPA), FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
550.782.907-10	SERGIO LUIZ DE ALMEIDA DE JESUS

07 de fevereiro de 2023.

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: AMI3 SOLUCOES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESIDUOS LTDA

Nome Novo: AMI3 SOLUCOES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESIDUOS 2/A

NIRE: 332.0904621-7 Protocolo: 00-2023/039716-6 Data do protocolo: 12/01/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO EM 07/02/2023 SOB O NÚMERO 33300347437, 00005306652 e demais constantes do termo de autenticação.

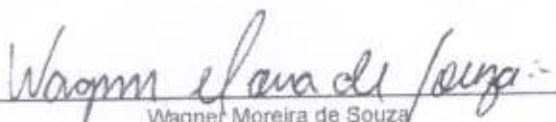


Pag. 10/10

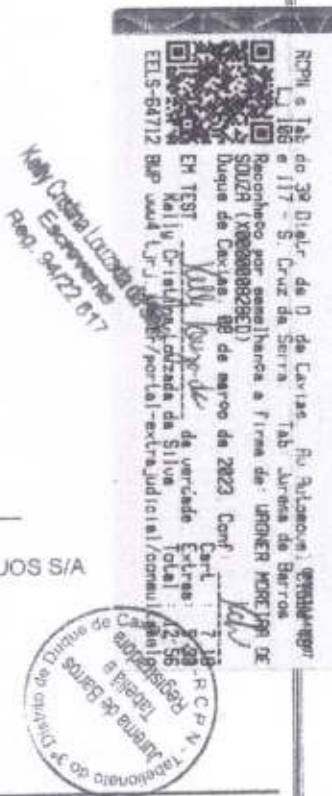
PROCURAÇÃO

AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A, empresa privada, com sede na cidade de Duque de Caxias – RJ, na Avenida Almeida Garret, 34 – Chácara Rio Petrópolis, CEP: 25231-160, inscrita no CNPJ sob o No. **14.177.887/0001-00**, neste ato representada por seu Representante Legal o Sr. **WAGNER MOREIRA DE SOUZA**, portador da carteira de identidade nº **130854243** e CPF **101.349.477-62**, constitui como seu bastante PROCURADOR o Sr. **ALEXANDRE DA NATIVIDADE PEREIRA**, portador da Cédula de Identidade nº **2006102280**, expedida pelo CREA/RJ e do CPF/MF **074.155.207-85**, a quem confere todos os poderes admitidos em lei para representá-la junto a todas repartições públicas municipais, estaduais, federais, e órgão ambientais podendo, em seu nome, requerer, apresentar e assinar documentos, propostas, contratos e reconhecimentos de dívidas, agendar e realizar vistorias e visitas técnicas, participar de sessões públicas de abertura de propostas comerciais e de documentos de habilitação, oferecer lances verbais, assinar atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, prestar declarações, assinar todos os atos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandado, o que será sempre dado como bem firme e valioso.

Duque de Caxias, 03 de março de 2023


Wagner Moreira de Souza

AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A
CNPJ: 14.177.887/0001-00





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Instituto Estadual do Ambiente
Diretoria de Licenciamento Ambiental

LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO)

63.01.01.18

LO Nº IN002964

O Instituto Estadual do Ambiente - INEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007 e pelo Decreto nº 46.619, de 2 de abril de 2019, em especial, do Decreto nº 46.890, de 23 de dezembro de 2019, e suas modificações posteriores, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Licenciamento e demais Procedimentos de Controle Ambiental - SELCA, concede o presente instrumento a

AMI3 SOLUCOES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESIDUOS LTDA

CPF/CNPJ: 14.177.887/0001-00

Endereço: AVENIDA ALMEIDA GARRET 34 - CHÁCARAS RIO-PETRÓPOLIS - DUQUE DE CAXIAS - RJ

Objeto:

coleta e transporte rodoviário de resíduos perigosos classe I, resíduos não perigosos classe IIA e IIB, Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) dos grupos A, E, Resíduos da Construção Civil (RCC) das classes A, B, C, D, Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e resíduos provenientes de sistema de tratamento, coletores e esgoto sanitário e redes de drenagem pluvial.

No seguinte local:

EM TODO O TERRITÓRIO DO ESTADO DO RJ.

Prazo de validade:

Este documento é válido até 30 de maio de 2032, respeitadas as condições nele estabelecidas, e é concedido com base nos autos e informações constantes do processo nº SEI-070002/013908/2021 e seus anexos.

Condições de validade:

- 1-Este documento foi emitido por decisão do Conselho Diretor - CONDIR em sua 672ª Reunião Ordinária de Licenciamento Ambiental, realizada em 05.04.2023, e 673ª Reunião Ordinária de Licenciamento Ambiental, realizada em 12.04.2023, tendo como base o parecer elaborado pela área técnica, nos moldes do art. 8º, inc. V, c/c art. 14º, inc. III, do Decreto Estadual nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, alterado pelo Decreto Estadual nº 46.619, de 02 de abril de 2019;
- 2-Este documento diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o requerente do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei.
- 3-Este documento não pode ser alterado sob pena de perder a validade.
- 4-Requerer a renovação desta licença dentro dos prazos legais estabelecidos no Decreto Estadual nº 46.890, de 23.12.19.
- 5-Requerer renovação da LO, apresentando o relatório de evidências do cumprimento das condicionantes da licença anterior, assinado pelo representante legal.
- 6-Cumprir a NOP-INEA-35 - Norma Operacional para o Sistema online de Manifesto de Transporte de Resíduos - Sistema MTR, aprovada pela Resolução CONEMA nº 79, de 7.3.2018 e publicada no DOERJ de 13.3.2018.
- 7-Manter planilha com todos os registros operacionais contendo: nº do manifesto de resíduos, geradores, tipologia dos resíduos, volume (m3), peso (t), local de beneficiamento (caso haja) e o local de destinação final, bem como cópia de todas as licenças ambientais das empresas que realizam o beneficiamento e a destinação final dos resíduos coletados e transportados.
- 8-Destinar os resíduos coletados somente à empresas com licença ambiental válida.
- 9-Cumprir a NOP-INEA-14 - Programa de Autocontrole de Emissão de Fumaça Preta por Veículos Automotores do Ciclo Diesel - PROCON FUMAÇA PRETA, aprovada de acordo com a Resolução CONEMA nº 58, de 13.12.13.
- 10-Cumprir a ABNT - NBR 13.221 - Transporte Terrestre de Resíduo.
- 11-Manter sistema de rastreabilidade on-line nos veículos transportadores de resíduos.
- 12-Informar previamente qualquer alteração ou a rescisão do contrato comercial de prestação de serviços com a empresa responsável pelo sistema de rastreabilidade.
- 13-Manter atualizada a ART do Responsável Técnico pela atividade requerida, renovando sempre que vencida.
- 14-Transportar apenas com veículos certificados pelo INMETRO, portando no veículo todos os documentos relativos aos resíduos.
- 15-Efetuar os serviços de apoio à frota como lavagem, lubrificação, abastecimento, manutenção e pintura dos veículos somente em empresas licenciadas para tais atividades.

16-Utilizar rótulos de identificação dos resíduos, de acordo com os modelos apresentados nas Normas Operacionais INEA, nos veículos para o transporte rodoviário e caçambas estacionárias.

17-É proibido pernoitar nos veículos transportadores, resíduos classificados como perigosos, infectantes e com características de sólidos urbanos.

18-Manter atualizado o Plano de Ação para Emergência - PAE, revisando-o sempre que houver mudança significativa, principalmente na coordenação da Equipe de Emergência e nos telefones de contato, encaminhando ao INEA uma cópia.

19-Cumprir com programa de treinamento periódico em situações emergenciais com acidentes com os produtos e/ou resíduos transportados, mantendo o registro dos treinamentos (pessoal treinado, instrutor e conteúdo programático).

20-Informar previamente qualquer alteração ou a rescisão do contrato comercial de prestação de serviços com a empresa responsável pelo atendimento a acidentes.

21-Comunicar qualquer acidente ambiental, imediatamente, à Gerência de Operações em Emergências Ambientais, do INEA, plantão de 24 horas (21) 2334-7910, 2334-7911 e 98596-8770.

22-Manter os dados cadastrais atualizados, requerendo qualquer alteração, para análise e parecer.

23-O INEA exigirá novas medidas de controle ambiental sempre que julgar necessário.

Leonardo Daemon D'Oliveira Silva
ID 43479570



A autenticidade deste documento pode ser conferida apontando a câmera para o QRCode.

O não cumprimento das condições constantes nas Normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e na Lei Estadual nº 3.467, de 14 de setembro de 2000, podendo levar ao cancelamento deste documento.

Rio de Janeiro, 30 maio de 2023

Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Daemon D Oliveira Silva**,



Presidente do CONDIR em exercício, em 30/05/2023, às 12:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **52985496** e o código CRC **2BDD21FC**.

Referência: Processo nº SEI-070002/013908/2021

SEI nº 52985496

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312

Telefone:



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CREA-RJ

Página: 1/2
Data: 13/06/2023

CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

72787/2023

VÁLIDA ATÉ: 31/12/2023

Certificamos que a Pessoa Jurídica, abaixo citada, encontra-se registrada neste Conselho, nos termos da Lei Federal Nº 5194, de 24 de dezembro de 1966, não apresentando débitos para com o Crea-RJ até a presente data, assim como seus responsáveis técnicos. As atividades da empresa estão restritas ao(s) ramo(s) especificado(s) nesta CERTIDÃO e somente podem ser exercidas com a participação efetiva do(s) respectivo(s) responsável(eis) técnico(s).

DADOS DO REGISTRO

Registro: 2017200838
Razão Social: AMI3 SOLUCOES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESIDUOS S/A
CNPJ: 14.177.887/0001-00
Data Registro: 29/01/2019
Endereço: AVENIDA ALMEIDA GARRET 34 CHACARAS RIO-PETROPOLIS - DUQUE DE CAXIAS - RJ, CEP: 25231-160

RAMOS ATIVIDADE :

1050-0 OBRAS E SERVICOS DE ENGA CIVIL / OS ENGA CIVIL
1160-0 ENGENHARIA AMBIENTAL / OS ENGENHARIA AMBIENTAL
3070-0 OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA QUIMICA / OS ENG QUIMICA

CAPITAL SOCIAL:

R\$ 2.500.000,00 (MATRIZ)

OBJETO SOCIAL:

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL; ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE SEM OPERADOR; ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES; ATIVIDADES DE LIMPEZA; COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS; COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS; COMÉRCIO ATACADISTA DE RESÍDUOS DE PAPEL E PAPELÃO, COMÉRCIO ATACADISTA DE RESÍDUOS E SUCATAS METÁLICOS, COMÉRCIO ATACADISTA DE RESÍDUOS E SUCATAS NÃO METÁLICOS, EXCETO DE PAPEL E PAPELÃO; CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA; LOCAÇÃO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM CONDUTOR; OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES TERRESTRE, NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS. OBRAS DE TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; GESTÃO DE REDES DE ESGOTO; OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS; LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR; DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POR CAMINHÕES; ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE; ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS.

CLASSE:

A - EXECUCAO DE OBRA, PRESTACAO DE SERVICOS, DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADE TECNICA



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CREA-RJ

Página: 2/2

Data: 13/06/2023

CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

72787/2023

VÁLIDA ATÉ: 31/12/2023

(Continuação da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica Nº 72787/2023)

RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S):

MARCOS ANDRE JOSEPHINO DA SILVA VIEIRA

RNP: 2015007890

Registro: 2015135677 expedido em 07/01/2016

TÍTULO: ENGENHEIRO QUIMICO

Atribuições: RES 218/73 - ART 17(AT.01 A 18)

Inclusão como QT: 25/08/2021

Inclusão como RT: 25/08/2021

Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA QUIMICA / OS ENG QUIMICA

RESTRIÇÃO(ÕES) DE RAMO: Esta empresa não está habilitada a atuar na(s) área(s) de: OBRAS E SERVICOS DE ENGA CIVIL / OS ENGA CIVIL, ENGENHARIA AMBIENTAL / OS ENGENHARIA AMBIENTAL por não ter profissional RT para a(s) área(s), ficando sua atividade restrita a(s) área(s) de: OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA QUIMICA e advertida que deverá enquadrar-se nos termos do que determina o preceito acima mencionado.

FINALIDADE DA CERTIDÃO: Fins de concorrência publica

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica nº 72787/2023

Emitida às: 13/06/2023 08:38 (hora de Brasília)

Código de controle do comprovante: 0.5490681102391289

A capacidade técnico profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.




A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-RJ (www.crea-rj.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Esta certidão perderá a validade caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos desde que não representem a situação correta ou atualizada do registro.

Fica reservado ao Crea-RJ o direito de cobrar qualquer importância que venha a ser considerada devida.

Válida em todo território nacional.

 Prefeitura Municipal de Duque de Caxias - RJ Secretaria Mun de Fazenda Planejamento Fone: (21) 2773-6241 - www.duquedecaxias.rj.gov.br				Série do Documento Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e	
 AMI3 Soluções Ambientais e Transporte de Resíduos Ltda Ambientall Rodovia Washington Luiz, 18695 - LADO IMPAR KM 19 - Santa Cruz da Serra CEP 25240-005 - Duque de Caxias - RJ ami3solucaoambiental@gmail.com Inscrição Municipal 99132878 - CPF/CNPJ 14.177.887/0001-00					
Identificação da Nota Fiscal Eletrônica					
Natureza da Operação Tributado fora do município		Data de Emissão da NFS-e 19/08/2020 10:24:02		Código de Verificação de Autenticidade 41 4A 49	
Número do RPS _____		Série do RPS _____		Data de Emissão do RPS _____	
					Número da Nota Fiscal 104
Consulte a autenticidade deste documento acessando o site: https://www.issnetonline.com.br/duquedecaxias/online					
Dados do Tomador de Serviços					
CNPJ/CPF 01.604.139/0001-07		Inscrição Municipal _____		Razão Social Prefeitura Municipal de Seropédica	
Endereço Rua Maria Lourenço		Número 18		Complemento _____	
CEP 23895-295		Cidade / UF Seropédica / RJ		Bairro Fazenda Caxias	
Telefone (21)2682-2224		e-mail ami3solucaoambiental@gmail.com			
Local dos Serviços					
Seropédica - Rio de Janeiro					
Descrição dos Serviços					
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. VALOR DA TONELADA: 1.459,99 X 287,29 = 419.440,52 REF 10/07/2020 A 31/07/2020 DADOS BANCÁRIOS: BANCO: BRADESCO AG: 2133 C/C:00297089 FAVORECIDO: AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA					
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN					
Atividade do Município 1602 - 16.02 - Outros serviços de transporte de natureza mun...		Alíquota 5,00		Item da LC116/2003 709	
Valor Total dos Serviços R\$ 419.440,52		Desconto Incondicionado R\$ 0,00		Cód. Nacional Atividade Econômica 3811400	
Deduções Base Cálculo R\$ 0,00		Base de Cálculo R\$ 419.440,52		Total do ISSQN R\$ 0,00	
ISSQN Retido Sim		Desconto Condicionado R\$ 0,00			
Retenções de Impostos					
PIS R\$ 0,00		COFINS R\$ 0,00		INSS R\$ 0,00	
IRRF R\$ 0,00		CSLL R\$ 0,00		Outras Retenções R\$ 0,00	
ISSQN R\$ 20.972,03					
Valor Líquido da Nota Fiscal					R\$ 398.468,49
Informações Complementares					



RESUMO PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL

RAZÃO SOCIAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPEDICA

CPF/CNPJ: 01604139/0001-07

PERÍODO: 10/07/2020 a 31/07/2020

ENDEREÇO: RUA JOÃO MOURA DE OLIVEIRA, 9

MUNICÍPIO : SEROPÉDICA

UF: RJ

CEP: 23890-000

DESCRIÇÃO

	TONELADA	UNITÁRIO
Transporte de Resíduos não Perigosos	1.459,99	287,29
VALOR DA NOTA	R\$ 419.440,52	
Deduções (R\$)		Valor do ISS (R%)
Desconto incond (R\$)		

DATA	PLACA	PESO(KG)
10/jul	LQS9937	5460
10/jul	MDH8026	4580
10/jul	IQS7130	1780
10/jul	IQS7130	3160
10/jul	HLF1B94	5270
10/jul	LKT3600	2400
10/jul	FDB0551	7480
10/jul	MDH8026	6240
10/jul	LQS9937	4220
10/jul	LRR5112	6650
10/jul	DKW7365	2610
10/jul	DKW7365	3900
10/jul	LQS9937	4240
10/jul	KCZ6064	8000
10/jul	KCZ6064	7880
11/jul	MDH8026	5120
11/jul	LQS9937	5500
11/jul	IQS7130	5080
11/jul	HLF1B94	5180
11/jul	FDB0551	3520
11/jul	MDH8026	5100
11/jul	LQS9937	3370
11/jul	FDB0551	2800
12/jul	LQS9937	4050
13/jul	FDB0551	7190
13/jul	MDH8026	5740
13/jul	LQS9937	5790
13/jul	LQS9937	3250
13/jul	HLF1B94	6180
13/jul	IQS7130	4370
13/jul	DKW7365	3880
13/jul	DKW7365	3560
13/jul	DKW7365	3090
13/jul	IQS7130	3680
13/jul	IQS7130	1770
13/jul	MDH8026	6220
13/jul	LQS9937	4530
13/jul	LQS9937	3150
13/jul	FDB0551	5110
14/jul	LQS9937	4730
14/jul	LQS9937	2100
14/jul	MDH8026	8230
14/jul	FDB0551	3080
14/jul	IQS7130	5170
14/jul	LRR5112	6950
14/jul	HLF1B94	3390
14/jul	HLF1B94	6270




14/jul	KCZ6064	3880
14/jul	KCZ6064	3600
14/jul	IQS7130	4370
14/jul	IQS7130	3500
14/jul	FDB0551	7230
14/jul	LQS9937	5530
14/jul	LQS9937	2270
15/jul	IQS7130	5640
15/jul	LQS9937	5230
15/jul	MDH8026	6750
15/jul	KCZ6064	5890
15/jul	DKW7365	3270
15/jul	DKW7365	4610
15/jul	KCZ6064	9130
15/jul	KCZ6064	10440
15/jul	KCZ6064	7390
15/jul	KCZ6064	10910
15/jul	FDB0551	5150
15/jul	LQS9937	2770
15/jul	IQS7130	4300
15/jul	FDB0551	3520
16/jul	LQS9937	4010
16/jul	MDH8026	3250
16/jul	HLF1B94	6010
16/jul	FDB0551	2990
16/jul	MDH8026	4790
16/jul	FDB0551	5540
16/jul	IQS7130	3830
16/jul	IQS7130	4020
16/jul	KCZ6064	8870
16/jul	KCZ6064	8290
16/jul	LKT3600	5840
16/jul	LSP8035	1160
16/jul	KCZ6064	7380
16/jul	KCZ6064	10130
17/jul	LQS9937	5790
17/jul	MDH8026	4760
17/jul	FDB0551	5120
17/jul	FDB0551	7310
17/jul	DKW7365	5360
17/jul	DKW7365	3310
17/jul	LRR5112	6890
17/jul	IQS7130	5200
17/jul	IQS7130	1990
17/jul	HLF1B94	5160
17/jul	KCZ6064	5880
17/jul	KCZ6064	7980
17/jul	LQS9937	5020
17/jul	MDH8026	7710
18/jul	IQS7130	5560

18/jul	LQS9937	5860
18/jul	MDH8026	5540
18/jul	IQS7130	3020
18/jul	MDH8026	5540
18/jul	LQS9937	3610
18/jul	HLF1B94	5980
18/jul	FDB0551	2680
19/jul	FDB0551	3690
20/jul	FDB0551	5270
20/jul	MDH8026	7270
20/jul	LQS9937	5330
20/jul	FDB0551	6860
20/jul	FDB0551	2360
20/jul	LKT3600	2370
20/jul	DKW7365	4300
20/jul	DKW7365	5990
20/jul	DKW7365	2900
20/jul	IQS7130	4490
20/jul	IQS7130	5070
20/jul	HLF1B94	6030
20/jul	MDH8026	7260
20/jul	LQS9937	5480
20/jul	LQS9937	2990
21/jul	IQS7130	4980
21/jul	IQS7130	3540
21/jul	LQS9937	5700
21/jul	LQS9937	2600
21/jul	FDB0551	7100
21/jul	MDH8026	8380
21/jul	KCZ6064	5230
21/jul	KCZ6064	8750
21/jul	KCZ6064	7880
21/jul	KCZ6064	8590
21/jul	FDB0551	4350
21/jul	LQS9937	5220
21/jul	MDH8026	7430
21/jul	HLF1B94	6210
21/jul	HLF1B94	3260
22/jul	MDH8026	4700
22/jul	FDB0551	4940
22/jul	LQS9937	5390
22/jul	IQS7130	4710
22/jul	IQS7130	1410
22/jul	LQS9937	3420
22/jul	DKW7365	3530
22/jul	DKW7365	3980
22/jul	MDH8026	5290
22/jul	FDB0551	3960
22/jul	KCZ6064	7260
22/jul	KCZ6064	9230

22/jul	KCZ6064	7810
22/jul	KCZ6064	9310
22/jul	KCZ6064	7610
22/jul	KCZ6064	8470
22/jul	KCZ6064	8060
23/jul	FDB0551	2240
23/jul	DKW7365	5280
23/jul	LQS9937	4910
23/jul	MDH8026	4110
23/jul	IQS7130	5150
23/jul	LSP8035	2760
23/jul	HLF1B94	6230
23/jul	KCZ6064	8190
23/jul	KCZ6064	9950
23/jul	KCZ6064	8320
23/jul	LQS9937	3230
23/jul	FDB0551	4300
23/jul	IQS7130	3770
24/jul	MDH8026	5240
24/jul	LQS9937	5590
24/jul	IQS7130	1340
24/jul	IQS7130	5350
24/jul	KCZ6064	9050
24/jul	KCZ6064	8910
24/jul	KCZ6064	7760
24/jul	KCZ6064	8040
24/jul	KCZ6064	7610
24/jul	KCZ6064	7800
24/jul	LRR5112	6980
24/jul	DKW7365	3690
24/jul	DKW7365	3240
24/jul	FDB0551	7200
24/jul	FDB0551	850
24/jul	HLF1B94	4810
24/jul	LQS9937	4040
24/jul	IQS7130	5210
24/jul	FDB0551	4190
25/jul	LQS9937	4700
25/jul	KCZ6064	8340
25/jul	KCZ6064	9570
25/jul	KCZ6064	8310
25/jul	KCZ6064	8240
25/jul	HLF1B94	5740
25/jul	FDB0551	2440
25/jul	LRT5006	6490
25/jul	LQS9937	3790
25/jul	IQS7130	4940
25/jul	IQS7130	1430
25/jul	FDB0551	5500
25/jul	LQS9937	3150

26/jul	LQS9937	3300
26/jul	KCZ6064	9120
26/jul	KCZ6064	8540
26/jul	KCZ6064	8850
26/jul	KCZ6064	8400
26/jul	KCZ6064	8220
27/jul	KCZ6064	8280
27/jul	KCZ6064	7710
27/jul	LRT5006	3450
27/jul	LRT5006	6250
27/jul	LQS9937	3360
27/jul	DKW7365	5540
27/jul	DKW7365	3820
27/jul	DKW7365	3650
27/jul	LQS9937	5450
27/jul	IQS7130	3250
27/jul	IQS7130	2590
27/jul	MDH8026	7580
27/jul	LQS9937	1160
27/jul	LQS9937	5230
27/jul	HLF1B94	4340
27/jul	FDB0551	7490
27/jul	FDB0551	760
28/jul	FDB0551	5290
28/jul	MDH8026	6300
28/jul	LRT5006	7090
28/jul	LQS9937	5890
28/jul	LQS9937	2200
28/jul	LRR5112	7480
28/jul	IQS7130	3930
28/jul	IQS7130	3710
28/jul	HLF1B94	5920
28/jul	LRE4161	1810
28/jul	FDB0551	6760
28/jul	FDB0551	3030
28/jul	MDH8026	5330
28/jul	KCZ6064	6120
28/jul	KCZ6064	6550
28/jul	KCZ6064	8740
28/jul	KCZ6064	5920
29/jul	HLF1B94	5800
29/jul	FDB0551	4110
29/jul	LQS9937	4340
29/jul	LRT5006	4870
29/jul	MDH8026	3870
29/jul	KCZ6064	6960
29/jul	KCZ6064	7760
29/jul	KCZ6064	9030
29/jul	KCZ6064	7690
29/jul	IQS7130	2830

29/jul	IQS7130	2680
29/jul	FDB0551	3220
29/jul	DKW7365	3310
29/jul	DKW7365	1820
29/jul	LRE4161	2450
29/jul	LRE4161	1950
29/jul	MDH8026	3550
30/jul	MDH8026	3990
30/jul	LQS9937	4620
30/jul	IQS7130	3460
30/jul	IQS7130	1000
30/jul	KCZ6064	8150
30/jul	KCZ6064	8860
30/jul	KCZ6064	8400
30/jul	KCZ6064	8030
30/jul	KCZ6064	8600
30/jul	FDB0551	3630
30/jul	MDH8026	3120
30/jul	LRT5006	4490
30/jul	HLF1B94	3720
30/jul	FDB0551	1860
31/jul	HLF1B94	4090
31/jul	LQS9937	5590
31/jul	FDB0551	7460
31/jul	LRT5006	6430
31/jul	MDH8026	5140
31/jul	IQS7130	4440
31/jul	IQS7130	4030
31/jul	FDB0551	4780
31/jul	LQS9937	4850
31/jul	LKT3600	2130
31/jul	DKW7365	2750
TOTAL:		1459990

 Prefeitura Municipal de Duque de Caxias - RJ Secretaria Mun de Fazenda Planejamento Fone: (21) 2773-6241 - www.duquedecaxias.rj.gov.br				Série do Documento Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e	
		Ami3 Soluções Ambientais e Transporte de Resíduos Ltda Ambiental Rodovia Washington Luiz, 18695 - LADO IMPAR KM 19 - Santa Cruz da Serra CEP 25240-005 - Duque de Caxias - RJ ami3solucaoambiental@gmail.com Inscrição Municipal 99132878 - CPF/CNPJ 14.177.887/0001-00			
Identificação da Nota Fiscal Eletrônica					
Natureza da Operação Tributado fora do município		Data de Emissão da NFS-e 19/08/2020 16:36:33		Código de Verificação de Autenticidade D0 C5 3B	
Número do RPS _____		Série do RPS _____		Data de Emissão do RPS _____	
Consulte a autenticidade deste documento acessando o site: https://www.issnetonline.com.br/duquedecaxias/online					Número da Nota Fiscal 108
Dados do Tomador de Serviços					
CNPJ/CPF 01.604.139/0001-07		Inscrição Municipal _____		Razão Social Prefeitura Municipal de Seropédica	
Endereço Rua Maria Lourenço		Número 18		Complemento Fazenda Caxias	
CEP 23895-295		Cidade / UF Seropédica / RJ		Telefone (21)2682-2224	
				e-mail ami3solucaoambiental@gmail.com	
Local dos Serviços					
Descrição dos Serviços					
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. VALOR DA TONELADA: 216,97 X 287,29 = 62.333,31 REF 07/07/2020 A 09/07/2020 DADOS BANCÁRIOS: BANCO: BRADESCO AG: 2133 C/C: 00297089 FAVORECIDO: AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA					
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN					
Atividade do Município 1602 - 16.02 - Outros serviços de transporte de natureza mun...		Alíquota 5,00		Item da LC116/2003 709	
				Cód. Nacional Atividade Econômica 3811400	
Valor Total dos Serviços R\$ 62.333,31		Desconto Incondicionado R\$ 0,00		Deduções Base Cálculo R\$ 0,00	
		Base de Cálculo R\$ 62.333,31		Total do ISSQN R\$ 0,00	
				ISSQN Retido Sim	
				Desconto Condicionado R\$ 0,00	
Retenções de Impostos					
PIS R\$ 0,00		COFINS R\$ 0,00		INSS R\$ 0,00	
		IRRF R\$ 0,00		CSLL R\$ 0,00	
				Outras Retenções R\$ 0,00	
				ISSQN R\$ 3.116,67	
Valor Líquido da Nota Fiscal					R\$ 59.216,64
Informações Complementares					

**RESUMO PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL**

RAZÃO SOCIAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPEDICA

CPF/CNPJ: 01604139/0001-07

PERÍODO: 07/07/2020 a 09/07/2020

ENDEREÇO: RUA JOÃO MOURA DE OLIVEIRA, 9

MUNICÍPIO : SEROPÉDICA




UF:RJ

CEP: 23890-000

DESCRIÇÃO

	TONELADA	UNITÁRIO
Transporte de Resíduos não Perigosos	216,97	287,29
VALOR DA NOTA	R\$ 62.333,31	
Deduções (R\$)		Valor do ISS (R%)
Desconto incond (R\$)		

DATA	PLACA	PESO(KG)
07/07/2020	LRR5112	5410
07/07/2020	LQS9937	2980
07/07/2020	LQS9937	4690
07/07/2020	FDB0551	6390
07/07/2020	MDH8026	7480
07/07/2020	KCZ6064	5900
07/07/2020	LRR5112	3330
07/07/2020	KCZ6064	7220
07/07/2020	LSP8035	3630
07/07/2020	LSP8035	3350
07/07/2020	KCZ6064	6880
07/07/2020	LQS9937	5570
07/07/2020	LQS9937	1530
07/07/2020	LRR5112	7030
07/07/2020	FDB0551	5130
08/07/2020	FDB0551	5100
08/07/2020	LQS9937	3450
08/08/2020	FDB0551	4630
08/07/2020	KCZ6064	6210
08/07/2020	KCZ6064	6680
08/07/2020	KCZ6064	5580
08/07/2020	MDH8026	4850
08/07/2020	LQS9937	3050
08/07/2020	LQS9937	4200
08/07/2020	DKW7365	5370
08/07/2020	DKW7365	820
08/07/2020	HLF1B94	2630
08/07/2020	HLF1B94	4480
08/07/2020	IQS7130	4810
08/07/2020	IQS7130	2520
08/07/2020	FDB0551	3940
08/07/2020	LQS9937	4890
08/07/2020	FDB0551	3190
09/07/2020	LQS9937	5210
09/07/2020	IQS7130	4340
09/07/2020	KCZ6064	8570
09/07/2020	KCZ6064	5960
09/07/2020	KCZ6064	7120
09/07/2020	KCZ6064	9140
09/07/2020	MDH8026	4960
09/07/2020	LQS9937	3090
09/07/2020	IQS7130	4850
09/07/2020	HLF1B94	5110
09/07/2020	LKT3600	1400
09/07/2020	MDH8026	1920
09/07/2020	LQS9937	2380
TOTAL		216970

 Prefeitura Municipal de Duque de Caxias - RJ Secretaria Mun de Fazenda Planejamento Fone: (21) 2773-6241 - www.duquedecaxias.rj.gov.br				Série do Documento Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e	
		Ami3 Soluções Ambientais e Transporte de Resíduos Ltda Ambientall Rodovia Washington Luiz, 18695 - LADO IMPAR KM 19 - Santa Cruz da Serra CEP 25240-005 - Duque de Caxias - RJ ami3solucaoambiental@gmail.com Inscrição Municipal 99132878 - CPF/CNPJ 14.177.887/0001-00			
Identificação da Nota Fiscal Eletrônica					
Natureza da Operação Tributado fora do município		Data de Emissão da NFS-e 19/08/2020 10:50:57		Código de Verificação de Autenticidade B6 DB FF	
Número do RPS _____		Série do RPS _____		Data de Emissão do RPS _____	
Consulte a autenticidade deste documento acessando o site: https://www.issnetonline.com.br/duquedecaxias/online					Número da Nota Fiscal 105
Dados do Tomador de Serviços					
CNPJ/CPF 01.604.139/0001-07		Inscrição Municipal _____		Razão Social Prefeitura Municipal de Seropédica	
Endereço Rua Maria Lourenço		Número 18		Complemento _____	
CEP 23895-295		Cidade / UF Seropédica / RJ		Bairro Fazenda Caxias	
Telefone (21)2682-2224		e-mail ami3solucaoambiental@gmail.com			
Local dos Serviços					
Seropédica - Rio de Janeiro					
Descrição dos Serviços					
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. VALOR DA TONELADA: 297,19 X 287,29 = 85.379,71 REF 01/07/2020 A 06/07/2020 DADOS BANCÁRIOS: BANCO: BRADESCO AG: 2133 C/C:00297089 FAVORECIDO: AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA					
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN					
Atividade do Município 1602 - 16.02 - Outros serviços de transporte de natureza mun...		Aliquota 5,00		Item da LC116/2003 709	
Valor Total dos Serviços R\$ 85.379,71		Desconto Incondicionado R\$ 0,00		Cód. Nacional Atividade Econômica 3811400	
Deduções Base Cálculo R\$ 0,00		Base de Cálculo R\$ 85.379,71		Total do ISSQN R\$ 0,00	
ISSQN Retido Sim		Desconto Condicionado R\$ 0,00			
Retenções de Impostos					
PIS R\$ 0,00		CORFINS R\$ 0,00		INSS R\$ 0,00	
IRRF R\$ 0,00		CSLL R\$ 0,00		Outras Retenções R\$ 0,00	
Valor Líquido da Nota Fiscal					R\$ 81.110,72
Informações Complementares					

**RESUMO PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL**

RAZÃO SOCIAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPEDICA

CPF/CNPJ: 01604139/0001-07

PERÍODO: 01/07/2020 a 06/07/2020

ENDEREÇO: RUA JOÃO MOURA DE OLIVEIRA, 9

MUNICÍPIO : SEROPÉDICA

UF:RJ




CEP: 23890-000

DESCRIÇÃO

	TONELADA	UNITÁRIO
Transporte de Resíduos não Perigosos	297,19	287,29
VALOR DA NOTA	R\$ 85.379,71	
Deduções (R\$)		Valor do ISS (R%)
Desconto incond (R\$)		

DATA	PLACA	PESO(KG)
01/jul	KCZ6064	7460
01/jul	LRR5112	6780
01/jul	LSP8035	3680
01/jul	DKW7365	2010
01/jul	KCZ6064	7320
01/jul	FDB0551	4300
01/jul	MDH8026	5690
01/jul	MDH8026	4000
01/jul	FDB0551	4530
01/jul	IQS7130	2700
01/jul	LQS9937	6500
01/jul	IQS7130	3590
01/jul	HLF1B94	1910
02/jul	LQS9937	5830
02/jul	MDH8026	5040
02/jul	FDB0551	4070
02/jul	IQS7130	3750
02/jul	KCZ6064	5970
02/jul	LQS9937	2850
02/jul	HLF1B94	5410
02/jul	HLF1B94	4710
03/jul	LQS9937	4530
03/jul	LQS9937	4910
03/jul	MDH8026	7210
03/jul	LQS9937	5420
03/jul	MDH8026	4680
03/jul	LRR5112	8630
03/jul	FDB0551	6330
03/jul	KVH4D86	2350
03/jul	FDB0551	1490
03/jul	LQS9937	6360
03/jul	HLF1B94	4940
04/jul	LQS9937	5860
04/jul	FDB0551	2880
04/jul	MDH8026	5170
04/jul	LQS9937	5380
04/jul	FDB0551	3690
04/jul	FDB0551	4100
04/jul	LQS9937	6210
04/jul	MDH8026	6940
05/jul	FDB0551	2940
06/jul	LQS9937	3850
06/jul	LQS9937	5930
06/jul	MDH8026	8250
06/jul	FDB0551	6530
06/jul	LRR5112	5280
06/jul	LRE4161	2020

06/jul	KVH4D86	6820
06/jul	DKW7365	3890
06/jul	DKW7365	3060
06/jul	DKW7365	2890
06/jul	FDB0551	1770
06/jul	KCZ6064	6940
06/jul	KCZ6064	8350
06/jul	KCZ6064	7610
06/jul	LQS9937	5560
06/jul	LQS9937	2830
06/jul	MDH8026	4780
06/jul	FDB0551	5630
06/jul	LRR5112	7080
		297190

 Prefeitura Municipal de Duque de Caxias - RJ Secretaria Mun de Fazenda Planejamento Fone: (21) 2773-6241 - www.duquedecaxias.rj.gov.br				Série do Documento Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e	
		Ami3 Soluções Ambientais e Transporte de Resíduos Ltda Ambientall Rodovia Washington Luiz, 18695 - LADO IMPAR KM 19 - Santa Cruz da Serra CEP 25240-005 - Duque de Caxias - RJ ami3solucaoambiental@gmail.com Inscrição Municipal 99132878 - CPF/CNPJ 14.177.867/0001-00			
Identificação da Nota Fiscal Eletrônica					
Natureza da Operação		Data de Competência da NFS-e		Data de Emissão da NFS-e	
Tributado fora do município		07/07/2020		07/07/2020 14:02:39	
Código de Verificação de Autenticidade		96 81 12		Número da Nota Fiscal	
Número do RPS		Série do RPS		Data de Emissão do RPS	
				44	
Consulte a autenticidade deste documento acessando o site: https://www.issnetonline.com.br/duquedecaxias/online					
Dados do Tomador de Serviços					
CNPJ/CPF		Inscrição Municipal		Razão Social	
01.604.139/0001-07				Prefeitura Municipal de Seropédica	
Endereço		Número		Complemento	
Rua Maria Lourenço		18		Fazenda Caxias	
CEP		Cidade / UF		Telefone	
23895-295		Seropédica / RJ		(21)2682-2224	
				e-mail	
				ami3solucaoambiental@gmail.com	
Local dos Serviços					
Seropédica - Rio de Janeiro					
Descrição dos Serviços					
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. VALOR DA TONELADA 1.890,12 X 287,29 = R\$ 543.012,57 DADOS BANCÁRIOS: BANCO BRADESCO AG: 2133 C/C:0029708-9 FAVORECIDO: AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA.					
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN					
Atividade do Município		Alíquota		Item da LC116/2003	
1602 - 16.02 - Outros serviços de transporte de natureza mun...		5,00		709	
Cód. Nacional Atividade Econômica		3811400			
Valor Total dos Serviços		Desconto Incondicionado		Deduções Base Cálculo	
R\$ 543.012,57		R\$ 0,00		R\$ 0,00	
Base de Cálculo		Total do ISSQN		ISSQN Retido	
R\$ 543.012,57		R\$ 0,00		Sim	
Desconto Condicionado		R\$ 0,00			
Retenções de Impostos					
PIS		COFINS		INSS	
R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00	
IRRF		CSLL		Outras Retenções	
R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00	
ISSQN		R\$ 27.150,63			
Valor Líquido da Nota Fiscal				R\$ 515.861,94	
Informações Complementares					



RESUMO PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL

RAZÃO SOCIAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPEDICA

CPF/CNPJ: 01604139/0001-07

PERÍODO: 01/06/2020 a 30/06/2020

ENDEREÇO: RUA JOÃO MOURA DE OLIVEIRA, 9

MUNICÍPIO : SEROPÉDICA

UF:RJ

CEP: 23890-000

DESCRIÇÃO

	TONELADA	UNITÁRIO
Transporte de Resíduos não Perigosos	1.890,12	287,29
VALOR DA NOTA	R\$ 543.012,57	
Deduções (R\$)		Valor do ISS (R%)
Desconto incond (R\$)		

<div> <div>AMI</div> <div>MEDIÇÃO - 01/06 - 30/06/2020</div> </div>		
DATA	PLACA	PESO(KG)
01/jun	LSE7019	10270
01/jun	DKW7365	1890
01/jun	DKW7365	1670
01/jun	DKW7365	4120
01/jun	LRR5112	4710
01/jun	LRR5112	6290
01/jun	LQS9937	6440
01/jun	LRT5006	7620
01/jun	KCZ6064	8410
01/jun	LRT5006	7560
01/jun	LQS9937	2210
01/jun	LQS9937	7060
01/jun	LRT5006	1590
01/jun	IQS7130	5090
02/jun	LQS9937	6070
02/jun	LRT5006	7500
02/jun	LQS9937	6130
02/jun	IQS7130	3930
02/jun	LRT5006	4210
02/jun	LQS9937	5600
02/jun	LRT5006	7520
02/jun	LQS9937	3460
02/jun	LRR5112	4800
02/jun	LRR5112	8320
02/jun	KCZ6064	8750
02/jun	KCZ6064	3970
03/jun	KVH4D86	6230
03/jun	DKW7365	3130
03/jun	DKW7365	1630
03/jun	DKW7365	1900
03/jun	LQS9937	5200
03/jun	LRT5006	7760
03/jun	LQS9937	4520
03/jun	FDB0551	5800
03/jun	LQS9937	5000
04/jun	KVH4D86	11490
04/jun	LRR5112	3000
04/jun	FDB0551	2230
04/jun	LQS9937	5810
04/jun	LRT5006	3350
04/jun	LRT5006	4760
04/jun	LRT5006	7070
04/jun	LRR5112	5050
04/jun	LRR5112	4750
04/jun	FDB0551	3540
04/jun	FDB0551	4420
04/jun	LQS9937	4930

05/jun	DKW7365	2710
05/jun	DKW7365	2120
05/jun	DKW7365	2370
05/jun	LRE4161	11240
05/jun	LRT5006	6540
05/jun	FDB0551	6440
05/jun	FDB0551	4070
05/jun	HLF1B94	3860
05/jun	LQS9937	6760
05/jun	LQS9937	3790
05/jun	LRR5112	8540
05/jun	LRT5006	5020
06/jun	HLF1B94	5430
06/jun	LQS9937	3080
06/jun	LRR5112	4030
06/jun	LRT5006	3490
06/jun	LQS9937	5470
06/jun	FDB0551	3410
06/jun	LRT5006	3300
08/jun	KVH4D86	10940
08/jun	KVH4D86	4550
08/jun	KVH4D86	3190
08/jun	LQS9937	6720
08/jun	LQS9937	2840
08/jun	MDH8026	5230
08/jun	MDH8026	6130
08/jun	MDH8026	7020
08/jun	LQS9937	6080
08/jun	LQS9937	7370
08/jun	HLF1B94	4900
08/jun	FDB0551	4600
08/jun	FDB0551	2160
09/jun	MDH8026	5680
09/jun	KCZ6064	6590
09/jun	FDB0551	7450
09/jun	FDB0551	7380
09/jun	LQS9937	6760
09/jun	HLF1B94	6680
09/jun	MDH8026	6300
09/jun	LQS9937	7070
09/jun	MDH8026	6390
09/jun	HLF1B94	6120
09/jun	FDB0551	5560
09/jun	FDB0551	2880
10/jun	HLF1B94	3290
10/jun	IQS7130	4360
10/jun	MDH8026	4330
10/jun	FDB0551	4830
10/jun	MDH8026	1910
10/jun	LQS9937	6340

10/jun	FDB0551	7590
11/jun	KVH4D86	5050
11/jun	KVH4D86	3640
11/jun	KVH4D86	3120
11/jun	LQS9937	6540
11/jun	LQS9937	2260
11/jun	HLF1B94	4740
11/jun	MDH8026	4900
11/jun	IQS7130	2930
11/jun	LQS9937	3190
11/jun	IQS7130	5500
11/jun	FDB0551	2360
12/jun	KVH4D86	1940
12/jun	KCZ6064	7930
12/jun	KCZ6064	7630
12/jun	KCZ6064	8240
12/jun	KCZ6064	7300
12/jun	FDB0551	4640
12/jun	IQS7130	4370
12/jun	MDH8026	6300
12/jun	MDH8026	4600
12/jun	IQS7130	5580
12/jun	FDB0551	6170
12/jun	LQS9937	5560
12/jun	LQS9937	6870
13/jun	KVH4D86	3990
13/jun	LQS9937	2780
13/jun	FDB0551	4800
13/jun	IQS7130	5120
13/jun	MDH8026	6770
13/jun	FDB0551	5690
13/jun	IQS7130	4660
13/jun	LQS9937	5230
13/jun	KCZ6064	6950
13/jun	KCZ6064	7430
13/jun	KCZ6064	8680
13/jun	MDH8026	5060
14/jun	LQS9937	3440
15/jun	DKW7365	3430
15/jun	DKW7365	3050
15/jun	DKW7365	2160
15/jun	IQS7130	5950
15/jun	IQS7130	2620
15/jun	FDB0551	7750
15/jun	FDB0551	1470
15/jun	LQS9937	4770
15/jun	FDB0551	4100
15/jun	MDH8026	6340
15/jun	IQS7130	4520
15/jun	MDH8026	5080




15/jun	LQS9937	7000
15/jun	LQS9937	2580
15/jun	KCZ6064	8310
15/jun	KCZ6064	7160
15/jun	KCZ6064	6830
15/jun	KCZ6064	7650
15/jun	KCZ6064	7370
15/jun	KCZ6064	7460
15/jun	KCZ6064	8290
16/jun	IQS7130	5900
16/jun	DKW7365	1180
16/jun	LQS9937	6750
16/jun	FDB0551	7550
16/jun	KCZ6064	8800
16/jun	KCZ6064	8240
16/jun	IQS7130	4470
16/jun	FDB0551	3490
16/jun	IQS7130	5160
16/jun	MDH8026	8410
16/jun	LQS9937	6950
16/jun	LQS9937	3420
17/jun	KVH4D86	6790
17/jun	DKW7365	3270
17/jun	DKW7365	1500
17/jun	FDB0551	4330
17/jun	LQS9937	5190
17/jun	IQS7130	5890
17/jun	MDH8026	6010
17/jun	MDH8026	5380
17/jun	KCZ6064	6760
17/jun	KCZ6064	8850
17/jun	KCZ6064	9440
17/jun	KCZ6064	7090
17/jun	KCZ6064	8660
17/jun	KCZ6064	8670
17/jun	LQS9937	6040
17/jun	IQS7130	5010
17/jun	MDH8026	4010
17/jun	FDB0551	3400
18/jun	LRR5112	8280
18/jun	DKW7365	5780
18/jun	MDH8026	4800
18/jun	LQS9937	1990
18/jun	LQS9937	5070
18/jun	IQS7130	5640
18/jun	FDB0551	2580
18/jun	KCZ6064	8280
18/jun	KCZ6064	7990
18/jun	KCZ6064	8230
18/jun	KCZ6064	8840

18/jun	HLF1B94	4370
18/jun	HLF1B94	3170
18/jun	IQS7130	3890
18/jun	LQS9937	5480
18/jun	FDB0551	5290
18/jun	FDB0551	1750
19/jun	LKT3600	7250
19/jun	KVH4D86	3870
19/jun	KVH4D86	3660
19/jun	LQS9937	6740
19/jun	FDB0551	7740
19/jun	MDH8026	4830
19/jun	IQS7130	2520
19/jun	IQS7130	3870
19/jun	IQS7130	4350
19/jun	MDH8026	5690
19/jun	FDB0551	4480
20/jun	LQS9937	2510
20/jun	MDH8026	4190
20/jun	IQS7130	4210
20/jun	LQS9937	4750
20/jun	IQS7130	5210
20/jun	MDH8026	5010
20/jun	HLF1B94	6050
20/jun	HLF1B94	4330
20/jun	FDB0551	2920
21/jun	MDH8026	2520
22/jun	LRR5112	10120
22/jun	LRE4161	3630
22/jun	KVH4D86	4260
22/jun	KVH4D86	2500
22/jun	KVH4D86	2550
22/jun	LQS9937	7630
22/jun	FDB0551	6610
22/jun	FDB0551	2550
22/jun	IQS7130	4500
22/jun	IQS7130	5340
22/jun	MDH8026	7450
22/jun	FDB0551	4470
22/jun	HLF1B94	4790
22/jun	HLF1B94	5140
22/jun	LQS9937	7800
23/jun	IQS7130	2990
23/jun	IQS7130	5000
23/jun	KCZ6064	6910
23/jun	KCZ6064	6970
23/jun	KCZ6064	10680
23/jun	KCZ6064	4900
23/jun	FDB0551	6810
23/jun	LQS9937	7070

23/jun	LQS9937	4660
23/jun	HLF1B94	5530
23/jun	HLF1B94	3900
23/jun	MDH8026	7880
23/jun	FDB0551	4400
23/jun	MDH8026	7790
24/jun	LSP8035	4280
24/jun	LSP8035	3710
24/jun	DKW7365	5490
24/jun	LRR5112	6490
24/jun	MDH8026	5730
24/jun	LQS9937	6610
24/jun	IQS7130	5100
24/jun	HLF1B94	2530
24/jun	FDB0551	4610
24/jun	KCZ6064	3990
24/jun	KCZ6064	6620
24/jun	KCZ6064	8580
24/jun	KCZ6064	8780
24/jun	KCZ6064	9940
24/jun	LQS9937	5170
24/jun	FDB0551	4630
24/jun	MDH8026	4100
25/jun	LRR5112	6340
25/jun	IQS7130	4400
25/jun	MDH8026	5210
25/jun	FDB0551	3070
25/jun	HLF1B94	3920
25/jun	LQS9937	5530
25/jun	IQS7130	3430
25/jun	LQS9937	4620
25/jun	KCZ6064	9560
25/jun	KCZ6064	7590
25/jun	KCZ6064	5910
25/jun	FDB0551	4540
26/jun	LSP8035	3990
26/jun	LSP8035	4970
26/jun	LKT3600	10340
26/jun	KVH4D86	6190
26/jun	KCZ6064	5390
26/jun	KCZ6064	6620
26/jun	MDH8026	5230
26/jun	HLF1B94	4430
26/jun	FDB0551	6700
26/jun	LQS9937	5940
26/jun	IQS7130	4600
26/jun	IQS7130	2910
26/jun	MDH8026	4440
26/jun	FDB0551	5000
26/jun	LQS9937	4540

27/jun	FDB0551	5000
27/jun	LQS9937	3760
27/jun	IQS7130	5360
27/jun	HLF1B94	5310
27/jun	MDH8026	4820
27/jun	FDB0551	6060
27/jun	LQS9937	5340
27/jun	MDH8026	2850
27/jun	KCZ6064	7190
27/jun	KCZ6064	5370
27/jun	KCZ6064	8230
27/jun	KCZ6064	7470
27/jun	KCZ6064	7650
28/jun	KCZ6064	6630
28/jun	MDH8026	3500
29/jun	LSP8035	8940
29/jun	LSP8035	5110
29/jun	DKW7365	9250
29/jun	DKW7365	4580
29/jun	MDH8026	7660
29/jun	IQS7130	4890
29/jun	IQS7130	5170
29/jun	LQS9937	2910
29/jun	LQS9937	6530
29/jun	KCZ6064	5940
29/jun	KCZ6064	7240
29/jun	FDB0551	6570
29/jun	FDB0551	3180
29/jun	HLF1B94	5770
29/jun	LQS9937	5430
29/jun	MDH8026	5720
29/jun	MDH8026	2810
30/jun	FDB0551	1790
30/jun	FDB0551	4770
30/jun	MDH8026	7730
30/jun	FDB0551	6700
30/jun	LQS9937	6560
30/jun	LQS9937	6860
30/jun	LQS9937	3110
30/jun	FDB0551	5310
30/jun	FDB0551	5760
30/jun	IQS7130	4060
30/jun	MDH8026	7440
30/jun	HLF1B94	2570
30/jun	KCZ6064	7220
30/jun	KCZ6064	7410
30/jun	KCZ6064	7530
30/jun	KCZ6064	7520
30/jun	KCZ6064	7330
30/jun	KCZ6064	7030

30/jun	KCZ6064	6320
TOTAL:		1890120

 Prefeitura Municipal de Duque de Caxias - RJ Secretaria Mun de Fazenda Planejamento Fone: (21) 2773-6241 - www.duquedecaxias.rj.gov.br				Série do Documento Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e	
		Ami3 Soluções Ambientais e Transporte de Resíduos Ltda Ambientall Rodovia Washington Luiz, 18695 - LADO IMPAR KM 19 - Santa Cruz da Serra CEP 25240-005 - Duque de Caxias - RJ ami3solucaoambiental@gmail.com Inscrição Municipal 99132878 - CPF/CNPJ 14.177.887/0001-00			
Identificação da Nota Fiscal Eletrônica					
Natureza da Operação Tributado fora do município		Data de Emissão da NFS-e 26/06/2020 16:19:30		Código de Verificação de Autenticidade 9B A2 F0	
Número do RPS:		Série do RPS:		Data de Emissão do RPS:	
				Número da Nota Fiscal 7	
Consulte a autenticidade deste documento acessando o site: http://www.issnetonline.com.br/duquedecaxias/online					
Dados do Tomador de Serviços					
CNPJ/CPF 01.604.139/0001-07		Inscrição Municipal:		Razão Social Prefeitura Municipal de Seropédica	
Endereço Rua Maria Lourenço		Número 18		Complemento Fazenda Caxias	
CEP 23895-295		Cidade / UF Seropédica / RJ		Telefone (21)2682-2224	
				e-mail	
Local dos Serviços					
Seropédica - Rio de Janeiro					
Descrição dos Serviços					
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. VALOR DA TONELADA 1.730,20X 287,29 = R\$ 497.069,15 DADOS BANCÁRIOS: BANCO BRADESCO AG: 2133 C/C:0029708-9 FAVORECIDO: AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA.					
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN					
Atividade do Município 1602 - 16.02 - Outros serviços de transporte de natureza mun...			Alíquota 5,00	Item da LC116/2003 709	Cód. Nacional Atividade Econômica 3811400
Valor Total dos Serviços R\$ 497.069,15	Desconto Incondicionado R\$ 0,00	Deduções Base Cálculo R\$ 0,00	Base de Cálculo R\$ 497.069,15	Total do ISSQN R\$ 0,00	ISSQN Retido Sim
				Desconto Condicionado R\$ 0,00	
Retenções de Impostos					
PIS R\$ 0,00	COFINS R\$ 0,00	INSS R\$ 0,00	IRRF R\$ 0,00	CSLL R\$ 0,00	Outras Retenções R\$ 0,00
					ISSQN R\$ 24.853,46
Valor Líquido da Nota Fiscal					R\$ 472.215,69
Informações Complementares					

**RESUMO PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL**

RAZÃO SOCIAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPEDICA

CPF/CNPJ: 01604139/0001-07

PERÍODO: 01/05/2020 a 31/05/2020

ENDEREÇO: RUA JOÃO MOURA DE OLIVEIRA, 9

MUNICÍPIO : SEROPÉDICA

UF:RJ

CEP: 23890-000

DESCRIÇÃO

	TONELADA	UNITÁRIO
Transporte de Resíduos não Perigosos	1.730,20	287,29
VALOR DA NOTA	R\$ 497.069,15	
Deduções (R\$)		Valor do ISS (R%)
Desconto incond (R\$)		

<div> <div>AMI</div> <div>MEDIÇÃO - 01/05 - 31/05/2020</div> </div>		
DATA	PLACA	PESO(KG)
01/mai	LRT5006	5710
01/mai	LRT5006	3440
01/mai	LQS9937	3820
01/mai	FDB0551	5460
01/mai	MDH8026	3600
01/mai	LQS9937	4750
01/mai	LRR5112	5970
01/mai	KCZ6064	7140
01/mai	KCZ6064	6280
01/mai	KCZ6064	5330
01/abr	FDB0551	3230
02/mai	KCZ6064	3720
02/abr	MDH8026	4420
02/mai	FDB0551	2340
02/mai	LQS9937	5070
02/mai	LRT5006	5010
02/mai	LQS9937	2980
02/mai	FDB0551	6240
02/mai	LRT5006	3560
02/mai	LRR5112	4940
02/mai	KVH4D86	3170
02/mai	KVH4D86	2890
02/mai	KVH4D86	3460
03/mai	MDH8026	2960
04/mai	MDH8026	7780
04/mai	LQS9937	6560
04/mai	LRT5006	8340
04/mai	FDB0551	7210
04/mai	FDB0551	2140
04/mai	KCZ6064	5900
04/mai	KCZ6064	6410
04/mai	LQS9937	4870
04/mai	LQS9937	7670
04/mai	MDH8026	6220
04/mai	LRT5006	8240
04/mai	FDB0551	5840
04/mai	LSE7019	3930
04/mai	KVH4D86	4130
04/mai	KVH4D86	2620
05/mai	FDB0551	5800
05/mai	MDH8026	8270
05/mai	LRT5006	7690
05/mai	LQS9937	7530
05/mai	KCZ6064	4070
05/mai	LQS9937	7190
05/mai	LRT5006	7640
05/mai	FDB0551	3250

05/mai	MDH8026	5360
06/mai	MDH8026	4680
06/mai	LQS9937	4570
06/mai	LRT5006	5240
06/mai	FDB0551	3760
06/mai	LQS9937	4470
06/mai	FDB0551	4530
06/mai	KCZ6064	6970
06/mai	LRT5006	4330
06/mai	MDH8026	3380
06/mai	KVH4D86	1020
06/mai	DKW7365	2170
06/mai	DKW7365	2390
06/mai	DKW7365	2060
06/mai	DKW7365	1670
07/mai	KCZ6064	6120
07/mai	MDH8026	3790
07/mai	MDH8026	5310
07/mai	LRT5006	3450
07/mai	LRT5006	2570
07/mai	LQS9937	6340
07/mai	LRT5006	4640
07/mai	DKW7365	2440
08/mai	MDH8026	4460
08/mai	LQS9937	6720
08/mai	FDB0551	4370
08/mai	MDH8026	3790
08/mai	LRT5006	7850
08/mai	FDB0551	5550
08/mai	FDB0551	6330
08/mai	LQS9937	6430
08/mai	LRT5006	4120
08/mai	KVH4D86	1780
08/mai	KVH4D86	3290
08/mai	KVH4D86	1870
09/mai	LQS9937	5650
09/mai	MDH8026	4020
09/mai	LRT5006	5970
09/mai	FDB0551	5780
09/mai	MDH8026	6570
09/mai	LQS9937	4640
09/mai	FDB0551	1930
09/mai	LRT5006	3710
10/mai	LRT5006	1730
11/mai	LQS9937	6410
11/mai	FDB0551	6780
11/mai	MDH8026	7810
11/mai	LRT5006	7700
11/mai	FDB0551	5550
11/mai	LQS9937	6480

11/mai	MDH8026	5140
11/mai	KVH4D86	13450
11/mai	DKW7365	3590
11/mai	DKW7365	2330
11/mai	DKW7365	3030
11/mai	DKW7365	1960
12/mai	LQS9937	7680
12/mai	MDH8026	7980
12/mai	LRT5006	6850
12/mai	LRT5006	5110
12/mai	FDB0551	2640
12/mai	FDB0551	4140
12/mai	FDB0551	5760
12/mai	KCZ6064	7090
12/mai	KCZ6064	8010
12/mai	KCZ6064	6320
12/mai	KCZ6064	7830
12/mai	KCZ6064	7990
12/mai	LRT5006	6380
12/mai	LQS9937	7720
12/mai	MDH8026	5020
13/mai	FDB0551	5160
13/mai	MDH8026	5560
13/mai	LRT5006	7770
13/mai	IQS7130	2560
13/mai	IQS7130	4740
13/mai	MDH8026	4570
13/mai	MDH8026	3570
13/mai	FDB0551	3680
13/mai	KCZ6064	7110
13/mai	KCZ6064	10210
13/mai	KCZ6064	5460
13/mai	KCZ6064	8510
13/mai	LRT5006	6740
13/mai	DKW7365	1640
13/mai	DKW7365	2520
13/mai	DKW7365	1350
14/mai	IQS7130	4490
14/mai	LRT5006	5840
14/mai	FDB0551	3160
14/mai	MDH8026	5190
14/mai	KCZ6064	7850
14/mai	KCZ6064	6490
14/mai	KCZ6064	5880
14/mai	FDB0551	4760
14/mai	MDH8026	3210
14/mai	FDB0551	4050
14/mai	LRT5006	5350
14/mai	KVH4D86	5370
15/mai	MDH8026	4320

15/mai	IQS7130	4530
15/mai	LRT5006	5090
15/mai	KCZ6064	7190
15/mai	MDH8026	3430
15/mai	MDH8026	3540
15/mai	FDB0551	4280
15/mai	LRT5006	6370
15/mai	FDB0551	5120
15/mai	KVH4D86	3910
15/mai	KVH4D86	1520
15/mai	KVH4D86	1470
16/mai	MDH8026	4890
16/mai	FDB0551	1870
16/mai	LRT5006	4390
16/mai	IQS7130	3840
16/mai	MDH8026	3300
16/mai	LRT5006	4700
16/mai	MDH8026	3340
16/mai	KCZ6064	6350
16/mai	KCZ6064	6990
16/mai	FDB0551	5510
17/mai	FDB0551	2740
18/mai	MDH8026	6360
18/mai	IQS7130	4390
18/mai	IQS7130	5190
18/mai	LRT5006	7520
18/mai	LRT5006	4320
18/mai	FDB0551	5480
18/mai	FDB0551	4670
18/mai	LQS9937	6080
18/mai	KVH4D86	5210
18/mai	KVH4D86	3860
19/mai	FDB0551	3870
19/mai	LQS9937	6050
19/mai	FDB0551	6470
19/mai	MDH8026	8370
19/mai	LQS9937	2570
19/mai	LQS9937	7120
19/mai	KCZ6064	6530
19/mai	KCZ6064	9130
19/mai	KCZ6064	7230
19/mai	FDB0551	7740
19/mai	LQS9937	7280
19/mai	LRT5006	3510
19/mai	LRT5006	8740
19/mai	MDH8026	5130
20/mai	KCZ6064	6020
20/mai	KCZ6064	6570
20/mai	LQS9937	4770
20/mai	LRT5006	5290

20/mai	LRT5006	5990
20/mai	MDH8026	6230
20/mai	FDB0551	6880
20/mai	FDB0551	3890
20/mai	LRT5006	6210
20/mai	LQ59937	5240
20/mai	MDH8026	3860
20/mai	DKW7365	840
20/mai	KVH4D86	3970
20/mai	KVH4D86	4410
21/mai	KCZ6064	6240
21/mai	KCZ6064	5190
21/mai	LQ59937	4400
21/mai	MDH8026	5230
21/mai	LQ59937	4580
21/mai	LRT5006	4370
21/mai	MDH8026	5090
21/mai	LRT5006	3020
21/mai	FDB0551	3400
22/mai	LQ59937	6550
22/mai	MDH8026	4980
22/mai	LRT5006	7180
22/mai	KCZ6064	8330
22/mai	KCZ6064	4450
22/mai	KCZ6064	5770
22/mai	KCZ6064	8620
22/mai	LRT5006	7630
22/mai	LQ59937	4970
22/mai	FDB0551	4180
22/mar	FDB0551	6340
22/mai	IQS7130	3820
22/mai	KVH4D86	9900
22/mai	DKW7365	1660
22/mai	DKW7365	2700
22/mai	DKW7365	2080
23/mai	FDB0551	5050
23/mai	LQ59937	5310
23/mai	LQ59937	3530
23/mai	MDH8026	6640
23/mai	LRT5006	6060
23/mai	FDB0551	4540
23/mai	LRT5006	4260
23/mai	LQ59937	2030
23/mai	IQS7130	2800
24/mai	FDB0551	3850
25/abr	LQ59937	7590
25/abr	LRT5006	8560
25/mai	FDB0551	6540
25/mai	IQS7130	5190
25/mai	MDH8026	6910

25/mai	LQS9937	5890
25/mai	LRT5006	8080
25/mai	KVH4D86	4680
25/mai	KVH4D86	4380
25/mai	LSE7019	8650
26/mai	LQS9937	7410
26/mai	FDB0551	5370
26/mai	MDH8026	4360
26/mai	MDH8026	7820
26/mai	LRT5006	7950
26/mai	KCZ6064	7540
26/mai	KCZ6064	7730
26/mai	KCZ6064	7600
26/mai	IQS7130	4370
26/mai	IQS7130	5320
26/mai	LRT5006	8050
26/mai	LQS9937	5450
26/mai	MDH8026	4350
26/mai	LRR5112	9070
27/mai	LQS9937	6030
27/mai	LRT5006	6720
27/mai	FDB0551	5000
27/mai	IQS7130	2490
27/mai	MDH8026	5110
27/mai	KCZ6064	6850
27/mai	KCZ6064	7860
27/mai	KCZ6064	8100
27/mai	MDH8026	3540
27/mai	LRT5006	4800
27/mai	LQS9937	4060
27/mai	KVH4D86	7040
27/mai	KVH4D86	5020
27/mai	KVH4D86	3090
27/mai	DKW7365	6810
28/mai	IQS7130	4730
28/mai	KCZ6064	6980
28/mai	KCZ6064	6330
28/mai	KCZ6064	7610
28/mai	KCZ6064	5670
28/mai	KCZ6064	5390
28/mai	KCZ6064	6540
28/mai	KCZ6064	5900
28/mai	LQS9937	4830
28/mai	MDH8026	4840
28/mai	LRT5006	4340
28/mai	LQS9937	2810
28/mai	MDH8026	3980
28/mai	LQS9937	5040
28/mai	LRT5006	4320
28/mai	LSE7019	11140

29/mai	KCZ6064	7550
29/mai	KCZ6064	7930
29/mai	LQS9937	5910
29/mai	MDH8026	5580
29/mai	IQS7130	4260
29/mai	LQS9937	7340
29/mai	IQS7130	5390
29/mai	LRT5006	6060
29/mai	LRT5006	4090
30/mai	LQS9937	5170
30/mai	LRT5006	4540
30/mai	LRT5006	5850
30/mai	LRR5112	3360
30/mai	IQS7130	3770
30/mai	LRR5112	1770
30/mai	KCZ6064	5870
30/mai	KCZ6064	6340
30/mai	KCZ6064	6690
30/mai	KCZ6064	6440
30/mai	KCZ6064	7280
30/mai	KCZ6064	7120
30/mai	LQS9937	5200
30/mai	IQS7130	4880
30/mai	LRR5112	7950
30/mai	DKW7365	2560
30/mai	DKW7365	6590
30/mai	DKW7365	2890
30/mai	DKW7365	6750
30/mai	DKW7365	5920
30/mai	DKW7365	5790
31/mai	LRT5006	2950
TOTAL:		1730200



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Número da Nota:

1166

Competência:

Junho/2020

Data e Hora da Emissão:

15/06/2020 17:53:00

Código Verificação:

885412405

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ: 14.177.887/0001-00
Inscrição Municipal: 19794
Telefone:
Inscrição Estadual:
Nome/Razão Social: AMI3 SOLUCOES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESIDUOS LTDA
Nome de Fantasia:
Endereço: AV COELHO DA ROCHA, 543, BELFORD ROXO - Belford Roxo-RJ
E-mail:

TOMADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ: 01.604.139/0001-07 | RG:
INSC: MUNICIPAL: Inscrição Estadual:
Nome/Razão Social: MUNICÍPIO SEROPÉDICA
Endereço: MARIA LOURENÇO N° 18 BAIRRO: CENTRO CIDADE: SEROPÉDICA - RJ CEP: 23890000
E-mail: Não informado

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. VALOR DA TONELADA 1.643,24 X 287,29 = R\$ 472.086,41 DADOS BANCÁRIOS: BANCO BRADESCO AG: 2133 C/C 0029708-9 FAVORECIDO: AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA.

VALOR TOTAL DA NOTA: R\$ 472.086,41

CNAE - 3811400 - COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS
Item da Lista de Serviços - 7.09 - VARRIÇÃO, COLETA, REMOÇÃO, INCINERAÇÃO, TRATAMENTO, RECICLAGEM, SEPARAÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO, REJEITOS E OUTROS RESÍDUOS QUAISQUER.



VALOR SERVIÇOS: R\$ 472.086,41	VALOR DEDUÇÃO: R\$ 0,00	DESC. INCOND: R\$ 0,00	BASE DE CÁLCULO: R\$ 472.086,41	ALÍQUOTA: 5%	VALOR ISS: R\$ 0,00	VALOR ISS RETIDO: R\$ 23.604,32	DESC. COND: R\$ 0,00
-----------------------------------	----------------------------	---------------------------	------------------------------------	-----------------	------------------------	------------------------------------	-------------------------

VALOR PIS: R\$ 0,00	VALOR COFINS: R\$ 0,00	VALOR IR: R\$ 0,00	VALOR INSS: R\$ 0,00	VALOR CSLL: R\$ 0,00	OUTRAS RETENÇÕES: R\$ 0,00	VALOR LÍQUIDO: R\$ 448.482,09
------------------------	---------------------------	-----------------------	-------------------------	-------------------------	-------------------------------	----------------------------------

DADOS COMPLEMENTARES

O ISS É RETIDO PELO TOMADOR E O MESMO COMPROMETE-SE A ENVIAR AS GUIAS PAGAS.

OUTRAS INFORMAÇÕES / CRÍTICAS

EXIGIBILIDADE ISS
Exigível

REGIME TRIBUTAÇÃO
Microempresa municipal

SIMPLES NACIONAL
Não

LOCAL PRESTAÇÃO
SERVIÇO
Seropédica - RJ

LOCAL INCIDÊNCIA
Seropédica - RJ

Observação: Valor Aproximado dos Tributos Federais R\$ 83495,62 (Aliq 13,45), Tributos Estaduais R\$ 0,00 (Aliq 0,00 IBPT) e Municipal de R\$ 21975,62 (Aliq IBPT 4,9 IBPT)

Sistema desenvolvido pela Modernização Pública

**RESUMO PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL**

RAZÃO SOCIAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPEDICA

CPF/CNPJ: 01604139/0001-07

PERÍODO: 01/04/2020 a 30/04/2020

ENDEREÇO: RUA JOÃO MOURA DE OLIVEIRA, 9

MUNICÍPIO : SEROPÉDICA

UF:RJ

CEP: 23890-000

DESCRIÇÃO

TONELADA

UNITÁRIO

Transporte de Resíduos não Perigosos

1.643,24**287,29**

VALOR DA NOTA

R\$ 472.086,41

Deduções (R\$)

Valor do ISS (R%)

Desconto incond (R\$)

<div> <div>AMI</div> <div>MEDIÇÃO - 01/04 - 30/04/2020</div> </div>		
DATA	PLACA	PESO(KG)
01/abr	FDB0551	4870
01/abr	MDH8026	5070
01/abr	LQS9937	5650
01/abr	FDB0551	5860
01/abr	FDB0551	3030
01/abr	LRT5006	5260
01/abr	IQS7130	3050
01/abr	HLF1B94	3640
01/abr	LRT5006	5490
01/abr	DKW7365	1800
01/abr	DKW7365	2190
01/abr	DKW7365	2760
02/abr	MDH8026	5380
02/abr	LRT5006	5240
02/abr	LQS9937	6470
02/abr	HLF1B94	6170
02/abr	FDB0551	6280
02/abr	FDB0551	2760
02/abr	LQS9937	7450
02/abr	LRT5006	3360
02/abr	KCZ6064	7670
03/abr	FDB0551	6510
03/abr	HLF1B94	4940
03/abr	HLF1B94	6250
03/abr	LRT5006	8590
03/abr	KCZ6064	9330
03/abr	KCZ6064	6960
03/abr	KCZ6064	4690
03/abr	FDB0551	3070
03/abr	FDB0551	1820
03/abr	FDB0551	3100
03/abr	LRT5006	5020
03/abr	DKW7365	6900
03/abr	DKW7365	2200
03/abr	DKW7365	1880
03/abr	LSP8035	4300
03/abr	LSP8035	1970
04/abr	MDH8026	9140
04/abr	FDB0551	6230
04/abr	FDB0551	3750
04/abr	LRT5006	4360
04/abr	LQS9937	6360
04/abr	LRT5006	5480
04/abr	KCZ6064	6910
04/abr	KCZ6064	7660
04/abr	KCZ6064	8420
04/abr	KCZ6064	7590

04/abr	KCZ6064	7190
04/abr	MDH8026	5630
05/abr	LQS9937	4490
05/abr	KCZ6064	6490
05/abr	KCZ6064	7160
05/abr	KCZ6064	7510
05/abr	KCZ6064	6420
05/abr	KCZ6064	7280
06/abr	LRT5006	4810
06/abr	FDB0551	7670
06/abr	LQS9937	6190
06/abr	MDH8026	7240
06/abr	LRT5006	8070
06/abr	LQS9937	7340
06/abr	KCZ6064	3340
06/abr	KCZ6064	5130
06/abr	FDB0551	5460
06/abr	LKT3600	4540
06/abr	LKT3600	1300
06/abr	DKW7365	2300
06/abr	DKW7365	3490
06/abr	DKW7365	1930
06/abr	DKW7365	2080
07/abr	MDH8026	7640
07/abr	LRT5006	7200
07/abr	KCZ6064	7470
07/abr	LRT5006	2240
07/abr	LRT5006	4630
07/abr	MDH8026	7050
07/abr	LQS9937	5870
07/abr	FDB0551	1650
07/abr	FDB0551	6830
07/abr	LRT5006	5260
07/abr	FDB0551	6290
07/abr	KVH4D86	4300
08/abr	LRT5006	3480
08/abr	FDB0551	5100
08/abr	MDH8026	5660
08/abr	KCZ6064	7570
08/abr	KCZ6064	9610
08/abr	KCZ6064	7980
08/abr	KCZ6064	8450
08/abr	FDB0551	5380
08/abr	MDH8026	4540
08/abr	LRT5006	5780
08/abr	LSP8035	5230
08/abr	LSP8035	3550
08/abr	LSP8035	3640
09/abr	FDB0551	2240
09/abr	MDH8026	4900

09/abr	HLF1B94	4930
09/abr	HLF1B94	4720
09/abr	LQS9937	7210
09/abr	LRT5006	5310
09/abr	LRT5006	3870
09/abr	FDB0551	5230
09/abr	FDB0551	4450
09/abr	KCZ6064	6690
09/abr	DKW7365	2150
10/abr	MDH8026	6520
10/abr	LRT5006	5470
10/abr	LQS9937	7710
10/abr	MDH8026	4210
10/abr	FDB0551	3940
10/abr	LRT5006	3020
10/abr	KCZ6064	8660
10/abr	KCZ6064	7890
10/abr	KCZ6064	9480
10/abr	KCZ6064	5860
10/abr	FDB0551	5730
11/abr	LQS9937	2510
11/abr	LRT5006	5050
11/abr	MDH8026	4900
11/abr	LQS9937	3070
11/abr	HLF1B94	4760
11/abr	LRT5006	3510
11/abr	FDB0551	5650
11/abr	FDB0551	2540
11/abr	LSP8035	3520
11/abr	LSP8035	2610
11/abr	LSP8035	2890
12/abr	LQS9937	3280
13/abr	MDH8026	7720
13/abr	LRT5006	9320
13/abr	LQS9937	6520
13/abr	LRT5006	10640
13/abr	FDB0551	5970
13/abr	FDB0551	7530
13/abr	LQS9937	2900
13/abr	LQS9937	7360
13/abr	FDB0551	1720
13/abr	KCZ6064	7560
13/abr	LSP8035	2440
13/abr	LSP8035	1260
13/abr	LSP8035	1550
14/abr	LQS9937	6400
14/abr	LQS9937	7480
14/abr	MDH8026	7790
14/abr	LRR5112	8300
14/abr	LRR5112	7820

14/abr	LQS9937	7160
14/abr	FDB0551	6290
14/abr	FDB0551	4960
15/abr	FDB0551	6450
15/abr	FDB0551	4580
15/abr	IQS7130	2440
15/abr	LQS9937	3350
15/abr	FDB0551	4930
15/abr	LQS9937	5710
15/abr	IQS7130	3330
15/abr	LQS9937	5220
15/abr	LRR5112	3310
15/abr	LSP8035	2900
15/abr	LSP8035	3600
16/abr	IQS7130	4670
16/abr	IQS7130	4290
16/abr	FDB0551	5290
16/abr	LQS9937	7030
16/abr	FDB0551	4310
16/abr	LQS9937	5890
16/abr	FDB0551	3670
16/abr	LRR5112	7250
16/abr	KCZ6064	7400
17/abr	IQS7130	5760
17/abr	IQS7130	5510
17/abr	LQS9937	4360
17/abr	FDB0551	6140
17/abr	LQS9937	5640
17/abr	LRR5112	8510
17/abr	FDB0551	4910
17/abr	LQS9937	3610
17/abr	KCZ6064	7670
17/abr	KCZ6064	9490
17/abr	KVH4D86	1690
17/abr	KVH4D86	4090
17/abr	KVH4D86	2500
17/abr	KVH4D86	1720
18/abr	LQS9937	5720
18/abr	FDB0551	4530
18/abr	LQS9937	5250
18/abr	LRT5006	5490
18/abr	FDB0551	1850
18/abr	LRR5112	3290
18/abr	KCZ6064	9560
18/abr	KCZ6064	5810
18/abr	FDB0551	2810
18/abr	LRT5006	4130
19/abr	LQS9937	3270
19/abr	KCZ6064	9040
19/abr	KCZ6064	8260

19/abr	KCZ6064	5150
19/abr	KCZ6064	6450
19/abr	KCZ6064	6080
20/abr	LRR5112	9220
20/abr	LQS9937	6700
20/abr	LRT5006	7210
20/abr	FDB0551	6380
20/abr	FDB0551	1950
20/abr	LQS9937	8070
20/abr	KCZ6064	5430
20/abr	LSP8035	6650
20/abr	LSP8035	2780
20/abr	LSP8035	1640
21/abr	LQS9937	5670
21/abr	FDB0551	5920
21/abr	LQS9937	6400
21/abr	LRT5006	8200
21/abr	LRT5006	5260
21/abr	LQS9937	2280
21/abr	LQS9937	6810
21/abr	FDB0551	6440
21/abr	LRT5006	4730
21/abr	FDB0551	3210
21/abr	LRR5112	8160
21/abr	KCZ6064	6950
21/abr	KCZ6064	6050
22/abr	LRT5006	3200
22/abr	FDB0551	4000
22/abr	LRT5006	5850
22/abr	MDH8026	6220
22/abr	LRT5006	3680
22/abr	FDB0551	6550
22/abr	LQS9937	5120
22/abr	LQS9937	4770
22/abr	LSP8035	3370
22/abr	LSP8035	2650
22/abr	LSP8035	5420
22/abr	KVH4D86	6660
23/abr	LRT5006	3920
23/abr	LRT5006	2580
23/abr	LRT5006	4080
23/abr	MDH8026	4980
23/abr	KCZ6064	7680
23/abr	KCZ6064	7140
23/abr	KCZ6064	8190
23/abr	KCZ6064	8630
23/abr	KCZ6064	8310
23/abr	LQS9937	5440
23/abr	FDB0551	4780
23/abr	LQS9937	5020

23/abr	FDB0551	3040
24/abr	LRT5006	5950
24/abr	MDH8026	3930
24/abr	LQS9937	6050
24/abr	FDB0551	6290
24/abr	FDB0551	3650
24/abr	MDH8026	4620
24/abr	LQS9937	3360
24/abr	LRT5006	6320
24/abr	DKW7365	6810
24/abr	LSP8035	3630
24/abr	LSP8035	3360
25/abr	MDH8026	4830
25/abr	MDH8026	4340
25/abr	LRT5006	3420
25/abr	FDB0551	6480
25/abr	LRT5006	6460
25/abr	LQS9937	5260
25/abr	FDB0551	2040
25/abr	LQS9937	4580
26/abr	LRT5006	1660
27/abr	MDH8026	5700
27/abr	FDB0551	7380
27/abr	FDB0551	5250
27/abr	LRT5006	5250
27/abr	LQS9937	7810
27/abr	LRT5006	8640
27/abr	MDH8026	6160
27/abr	LQS9937	1940
27/abr	LQS9937	6410
27/abr	LSP8035	6240
27/abr	LSP8035	4550
27/abr	LSP8035	3690
28/abr	MDH8026	7590
28/abr	FDB0551	5760
28/abr	LRT5006	6610
28/abr	KCZ6064	6040
28/abr	KCZ6064	7800
28/abr	LQS9937	3150
28/abr	LRT5006	5370
28/abr	LQS9937	7190
28/abr	FDB0551	6940
28/abr	MDH8026	7100
28/abr	KVH4D86	540
29/abr	FDB0551	3990
29/abr	MDH8026	5240
29/abr	LRT5006	5320
29/abr	LRT5006	3420
29/abr	MDH8026	3060
29/abr	LQS9937	4340

29/abr	FDB0551	2730
29/abr	LQS9937	5330
29/abr	KVH4D86	1340
29/abr	KVH4D86	1440
29/abr	LSP8035	3070
29/abr	LSP8035	2420
29/abr	LSP8035	570
30/abr	FDB0551	3070
30/abr	LQS9937	5070
30/abr	MDH8026	4570
30/abr	KCZ6064	7790
30/abr	KCZ6064	8270
30/abr	LRR5112	5670
30/abr	LRT5006	3050
30/abr	FDB0551	3760
30/abr	LRT5006	4510
30/abr	LSP8035	5830
30/abr	LQS9937	4420
TOTAL:		1643240



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Número da Nota:

1076

Competência:

Maio/2020

Data e Hora da Emissão:

06/05/2020 13:55:00

Código Verificação:

59F0B9C02

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ:
14.177.887/0001-00
Inscrição Municipal:
19794
Telefone:
Inscrição Estadual:
Nome/Razão Social:
AMI3 SOLUCOES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESIDUOS LTDA
Nome de Fantasia:
Endereço:
AV COELHO DA ROCHA ,543 ,BELFORD ROXO - Belford Roxo-RJ
E-mail:

TOMADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ:
01.604.139/0001-07 | RG:
INSC-MUNICIPAL:
Inscrição Estadual:
Nome/Razão Social:
MUNICÍPIO SEROPEDICA
Endereço:
MARIA LOURENÇO N° 18 BAIRRO: CENTRO CIDADE: SEROPEDICA - RJ CEP: 23890000
E-mail:
Não informado

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. VALOR DA TONELADA 1,676,26 X 287,29 = R\$ 481.572,73 DADOS BANCARIOS:
BANCO BRADESCO AG: 2133 C/C.0029708-9 FAVORECIDO: AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA.

VALOR TOTAL DA NOTA: R\$ 481.572,73

CNAE - 3812200 - COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS
Item da Lista de Serviços - 7.09 - VARRIÇÃO, COLETA, REMOÇÃO, INCINERAÇÃO, TRATAMENTO, RECICLAGEM, SEPARAÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO, REJEITOS E OUTROS RESÍDUOS QUÁISQUER



VALOR SERVIÇOS: R\$ 481.572,73	VALOR DEDUÇÃO: R\$ 0,00	DESC. INCOND: BASE DE CÁLCULO: R\$ 481.572,73	ALÍQUOTA: 5%	VALOR ISS: R\$ 0,00	VALOR ISS RETIDO: R\$ 24.078,64	DESC. COND: R\$ 0,00
-----------------------------------	----------------------------	---	-----------------	------------------------	---------------------------------------	-------------------------

VALOR PIS: R\$ 0,00	VALOR COFINS: R\$ 0,00	VALOR IR: R\$ 0,00	VALOR INSS: R\$ 0,00	VALOR CSLL: R\$ 0,00	OUTRAS RETENÇÕES: R\$ 0,00	VALOR LÍQUIDO: R\$ 457.494,09
------------------------	---------------------------	-----------------------	-------------------------	-------------------------	-------------------------------	----------------------------------

DADOS COMPLEMENTARES

O ISS É RETIDO PELO TOMADOR E O MESMO COMPROMETE-SE A ENVIAR AS GUIAS PAGAS

OUTRAS INFORMAÇÕES / CRÍTICAS

EXIGIBILIDADE ISS
Exigível

REGIME TRIBUTAÇÃO
Microempresa municipal

SIMPLES NACIONAL
Não

LOCAL PRESTAÇÃO SERVIÇO
SEROPEDICA - RJ

LOCAL INCIDÊNCIA
SEROPEDICA - RJ

Observação: Valor Aproximado dos Tributos Federais R\$ 61532,96 (Aliq 13,45), Tributos Estaduais R\$ 0,00 (Aliq 0,00 IBPT) e Municipal de R\$ 22417,21 (Aliq IBPT 4,9 IBPT)

Sistema desenvolvido pela Modernização Pública



RESUMO PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL

RAZÃO SOCIAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPEDICA

CPF/CNPJ: 01604139/0001-07

PERÍODO: 01/03/2020 a 31/03/2020

ENDEREÇO: RUA JOÃO MOURA DE OLIVEIRA, 9

MUNICÍPIO : SEROPÉDICA

UF:RJ

CEP: 23890-000

DESCRIÇÃO

	TONELADA	UNITÁRIO
Transporte de Resíduos não Perigosos	1.676,26	287,29
VALOR DA NOTA	R\$ 481.572,73	
Deduções (R\$)		Valor do ISS (R%)
Desconto incond (R\$)		

<div> <div>AMI</div> <div>MEDIÇÃO - 01/03 - 31/03/2020</div> </div>		
DATA	PLACA	PESO(KG)
01/03/2020	IQS7130	3880
02/03/2020	FDB0551	5130
02/03/2020	LQS9937	7660
02/03/2020	LRT5006	7870
02/03/2020	LPK9278	5930
02/03/2020	KWA7394	3710
02/03/2020	IQS7130	5740
02/03/2020	FDB0551	4120
02/03/2020	LRT5006	5610
02/03/2020	KCZ6064	6690
02/03/2020	KCZ6064	8490
02/03/2020	LSP8035	7610
02/03/2020	DKW7365	2650
03/02/2020	FDB0551	5610
03/02/2020	LQS9937	8340
03/03/2020	LRT5006	9370
03/03/2020	FDB0551	1960
03/03/2020	KWA7394	7290
03/03/2020	LRT5006	5640
03/03/2020	IQS7130	5270
04/03/2020	FDB0551	3660
04/03/2020	KWA7394	4590
04/03/2020	KCZ6064	4870
04/03/2020	LPK9278	3960
04/03/2020	LPK9278	4490
04/03/2020	LQS9937	6590
04/03/2020	IQS7130	4190
04/03/2020	IQS7130	5440
04/03/2020	FDB0551	5820
04/03/2020	LRT5006	8200
04/03/2020	LSP8035	9860
04/03/2020	DKW7365	1090
04/03/2020	KVH4D86	1230
04/03/2020	KVH4D86	340
04/03/2020	LSE7019	7470
04/03/2020	LSP8035	1600
05/03/2020	LQS9937	6350
05/03/2020	FDB0551	7880
05/03/2020	LRT5006	6430
05/03/2020	LRT5006	6330
05/03/2020	LPK9278	8650
05/03/2020	KCZ6064	8910
05/03/2020	KCZ6064	7470
05/03/2020	KWA7394	7510
05/03/2020	IQS7130	4460
05/02/2020	LRT5006	4340
05/03/2020	IQS7130	3620

06/03/2020	LRT5006	6690
06/03/2020	IQS7130	4940
06/03/2020	LRT5006	6020
06/03/2020	FDB0551	4320
06/03/2020	KCZ6064	7800
06/03/2020	KCZ6064	6800
06/03/2020	FDB0551	5760
06/03/2020	KWA7394	4470
06/03/2020	LQS9937	7300
06/03/2020	DKW7365	340
06/03/2020	DKW7365	3040
06/03/2020	DKW7365	4230
06/03/2020	DKW7365	620
06/03/2020	LKT3600	2820
06/03/2020	LKT3600	1220
06/03/2020	LSE7019	2590
06/03/2020	LSE7019	2800
07/03/2020	FDB0551	6070
07/03/2020	FDB0551	5740
07/03/2020	FDB0551	4650
07/03/2020	LRT5006	5540
07/03/2020	FDB0551	4740
07/03/2020	LQS9937	6320
07/03/2020	LPK9278	8910
07/03/2020	LPK9278	2830
07/03/2020	LRT5006	4980
07/03/2020	IQS7130	4150
07/03/2020	IQS7130	3770
07/03/2020	KCZ6064	5940
07/03/2020	KCZ6064	5050
07/03/2020	LSE7019	1150
07/03/2020	LRE4161	2610
08/03/2020	FDB0551	4560
09/03/2020	FDB0551	6200
09/03/2020	FDB0551	3720
09/03/2020	FDB0551	7350
09/03/2020	LRT5006	5450
09/03/2020	LRT5006	8070
09/03/2020	IQS7130	4570
09/03/2020	IQS7130	4840
09/03/2020	KWA7394	5950
09/03/2020	KWA7394	6990
09/03/2020	LQS9937	8000
09/03/2020	KCZ6064	5430
09/03/2020	KCZ6064	1800
09/03/2020	LSE7019	2930
09/03/2020	LSE7019	2180
09/03/2020	LKT3600	2670
09/03/2020	LKT3600	4260
09/03/2020	LSP8035	3690

09/03/2020	LRE4161	6680
10/03/2020	KWA7394	6330
10/03/2020	LQS9937	7780
10/03/2020	LRT5006	9570
10/03/2020	IQS7130	4630
10/03/2020	IQS7130	4510
10/03/2020	LRT5006	5500
10/03/2020	LQS9937	4690
10/03/2020	KCZ6064	5500
10/03/2020	KCZ6064	2110
10/03/2020	FDB0551	2890
10/03/2020	FDB0551	7280
10/03/2020	LPK9278	8400
10/03/2020	LSP8035	3170
11/03/2020	FDB0551	4310
11/03/2020	LQS9937	6700
11/03/2020	IQS7130	2410
11/03/2020	IQS7130	4180
11/03/2020	LRT5006	7820
11/03/2020	LRT5006	4740
11/03/2020	LPK9278	7790
11/03/2020	LQS9937	4400
11/03/2020	LSP8035	6640
11/03/2020	DKW7365	1040
11/03/2020	DKW7365	1660
12/03/2020	LQS9937	5860
12/03/2020	FDB0551	4180
12/03/2020	KWA7394	5540
12/03/2020	KWA7394	6750
12/03/2020	LQS9937	1790
12/03/2020	LQS9937	7160
12/03/2020	LRT5006	5120
12/03/2020	LRT5006	3880
12/03/2020	LPK9278	8360
12/03/2020	LSE7019	2920
12/03/2020	DKW7365	2170
13/03/2020	LRT5006	6710
13/03/2020	LQS9937	6100
13/03/2020	MDH8026	8020
13/03/2020	FDB0551	6090
13/03/2020	LRT5006	5560
13/03/2020	LQS9937	3810
13/03/2020	LPK9278	6640
13/03/2020	KCZ6064	7230
13/03/2020	KCZ6064	4540
13/03/2020	MDH8026	3820
13/03/2020	LSE7019	3050
13/03/2020	LKT3600	700
13/03/2020	LKT3600	960
13/03/2020	LSP8035	4190

13/03/2020	DKW7365	1780
14/03/2020	FDB0551	3530
14/03/2020	LQS9937	6120
14/03/2020	LPK9278	5710
14/03/2020	LPK9278	2850
14/03/2020	LRT5006	4450
14/03/2020	LRT5006	6270
14/03/2020	LQS9937	1960
14/03/2020	MDH8026	5620
14/03/2020	KWA7394	5850
16/03/2020	KWA7394	4260
16/03/2020	LQS9937	8600
16/03/2020	MDH8026	6330
16/03/2020	LRT5006	8410
16/03/2020	FDB0551	6810
16/03/2020	LQS9937	4410
16/03/2020	KCZ6064	7170
16/03/2020	KCZ6064	8390
16/03/2020	FDB0551	2540
16/03/2020	MDH8026	4180
16/03/2020	LSP8035	2460
16/03/2020	DKW7365	3660
16/03/2020	DKW7365	2790
16/03/2020	KVH4D86	1700
17/03/2020	MDH8026	6730
17/03/2020	LQS9937	7960
17/03/2020	LQS9937	4830
17/03/2020	LPK9278	8500
17/03/2020	LRT5006	7180
17/03/2020	LRT5006	6300
17/03/2020	LSE7019	2210
17/03/2020	DKW7365	220
18/03/2020	LQS9937	5930
18/03/2020	LRT5006	7840
18/03/2020	FDB0551	6270
18/03/2020	LQS9937	1530
18/03/2020	LRT5006	7950
18/03/2020	KCZ6064	6050
18/03/2020	LQS9937	5790
18/03/2020	LPK9278	8650
18/03/2020	DKW7365	2840
18/03/2020	DKW7365	2690
18/03/2020	LSP8035	1220
19/03/2020	FDB0551	3700
19/03/2020	LQS9937	6410
19/03/2020	FDB0551	6880
19/03/2020	LRT5006	6430
19/03/2020	LQS9937	5400
19/03/2020	LPK9278	6670
19/03/2020	LPK9278	5320

19/03/2020	FDB0551	4870
19/03/2020	KCZ6064	7430
19/03/2020	DKW7365	1700
20/03/2020	LQS9937	5870
20/03/2020	LQS9937	7310
20/03/2020	FDB0551	5610
20/03/2020	LPK9278	7230
20/03/2020	LQS9937	7000
20/03/2020	LRT5006	7910
20/03/2020	FDB0551	4850
20/03/2020	LRT5006	6650
20/03/2020	LSP8035	1580
20/03/2020	DKW7365	1930
20/03/2020	DKW7365	1910
20/03/2020	DKW7365	1900
21/03/2020	LRT5006	3390
21/03/2020	FDB0551	2760
21/03/2020	FDB0551	2000
21/03/2020	LQS9937	6630
21/03/2020	LPK9278	3580
21/03/2020	LQS9937	5260
21/03/2020	LRT5006	6420
21/03/2020	FDB0551	4440
21/03/2020	FDB0551	3850
22/03/2020	LRT5006	2290
23/03/2020	LRT5006	9220
23/03/2020	LQS9937	7010
23/03/2020	LPK9278	6900
23/03/2020	HLF1B94	3610
23/03/2020	FDB0551	2390
23/03/2020	FDB0551	6170
23/03/2020	LQS9937	7060
23/03/2020	KCZ6064	7980
23/03/2020	KCZ6064	7140
23/03/2020	FDB0551	7110
23/03/2020	LRT5006	6490
23/03/2020	DKW7365	1390
23/03/2020	DKW7365	3440
23/03/2020	DKW7365	3080
23/03/2020	LSP8035	2530
23/03/2020	LSP8035	1520
24/03/2020	FDB0551	6120
24/03/2020	LRT5006	8670
24/03/2020	LQS9937	8720
24/03/2020	LRT5006	3920
24/03/2020	LQS9937	6390
24/03/2020	HLF1B94	6360
24/03/2020	KCZ6064	8680
24/03/2020	KCZ6064	7650
24/03/2020	KCZ6064	7720

24/03/2020	KCZ6064	7310
24/03/2020	FDB0551	4860
25/03/2020	LRT5006	8600
25/03/2020	LPK9278	8360
25/03/2020	LPK9278	8280
25/03/2020	LRT5006	6320
25/03/2020	LRT5006	3550
25/03/2020	FDB0551	3120
25/03/2020	KCZ6064	8240
25/03/2020	KCZ6064	7520
25/03/2020	KCZ6064	7680
25/03/2020	DKW7365	1440
25/03/2020	DKW7365	2300
25/03/2020	DKW7365	2130
26/03/2020	LRT5006	3020
26/03/2020	LQS9937	2390
26/03/2020	MDH8026	8220
26/03/2020	LPK9278	6370
26/03/2020	FDB0551	2530
26/03/2020	FDB0551	4750
26/03/2020	KCZ6064	7410
26/03/2020	KCZ6064	7290
26/03/2020	KCZ6064	5970
26/03/2020	KCZ6064	6800
26/03/2020	KCZ6064	9700
26/03/2020	LRT5006	8440
26/03/2020	LQS9937	5840
26/03/2020	FDB0551	4120
27/03/2020	MDH8026	4770
27/03/2020	MDH8026	6730
27/03/2020	LPK9278	6720
27/03/2020	LRT5006	4040
27/03/2020	LRT5006	7150
27/03/2020	LRT5006	3440
27/03/2020	FDB0551	6260
27/03/2020	FDB0551	6040
27/03/2020	LQS9937	5530
27/03/2020	KCZ6064	7230
27/03/2020	KCZ6064	7360
27/03/2020	KCZ6064	7070
27/03/2020	KCZ6064	6550
27/03/2020	LQS9937	5570
27/03/2020	FDB0551	2490
27/03/2020	DKW7365	200
27/03/2020	DKW7365	2410
27/03/2020	DKW7365	2930
27/03/2020	DKW7365	1110
27/03/2020	DKW7365	1280
27/03/2020	LKT3600	750
27/03/2020	LKT3600	3140

28/03/2020	LRT5006	6320
28/03/2020	LQS9937	2980
28/03/2020	MDH8026	5410
28/03/2020	FDB0551	7090
28/03/2020	LRT5006	5500
28/03/2020	LQS9937	4860
29/03/2020	FDB0551	3430
30/03/2020	LRT5006	7810
30/03/2020	MDH8026	8030
30/03/2020	FDB0551	6150
30/03/2020	FDB0551	2920
30/03/2020	FDB0551	5130
30/03/2020	LQS9937	5290
30/03/2020	LQS9937	7890
30/03/2020	LQS9937	830
30/03/2020	IQS7130	2140
30/03/2020	LRT5006	6220
30/03/2020	LSP8035	1680
30/03/2020	DKW7365	1870
30/03/2020	DKW7365	3320
30/03/2020	KVH4D86	1590
31/03/2020	LRT5006	8090
31/03/2020	LQS9937	7470
31/03/2020	MDH8026	7440
31/03/2020	FDB0551	2180
31/03/2020	LQS9937	7100
31/03/2020	LRT5006	5110
31/03/2020	MDH8026	6360
31/03/2020	FDB0551	7060
TOTAL:		1676260



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Número da Nota: 1050
Competência: Abril/2020
Data e Hora da Emissão: 07/04/2020 11:51:00
Código Verificação: 63C4C9E20

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ: 14.177.887/0001-00
Inscrição Municipal: 19794
Telefone: Inscrição Estadual:
Nome/Razão Social: AMI3 SOLUCOES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESIDUOS LTDA
Nome de Fantasia:
Endereço: AV COELHO DA ROCHA, 543, BELFORD ROXO - Belford Roxo-RJ
E-mail:

TOMADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ: 01.604.139/0001-07 | RG:
INSC: MUNICIPAL: Inscrição Estadual:
Telefone: Inscrição Estadual:
Nome/Razão Social: MUNICÍPIO SEROPEDICA
Endereço: MARIA LOURENÇO N° 18 BAIRRO: CENTRO CIDADE: SEROPEDICA - RJ CEP: 23890000
E-mail: Não Informado

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESIDUOS SÓLIDOS URBANO, VALOR DA TONELADA 1.825,02 X 287,26= 524.309,99/ REF 01/02/2020 A 28/02/2020
DADOS BANCÁRIOS: BANCO BRADESCO, AG:2730-8 C/C: 0016166-7 FAVORECIDO: AMI3 SOLUCOES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESIDUOS LTDA

VALOR TOTAL DA NOTA: R\$ 524.309,99

CNAE - 3811400 - COLETA DE RESIDUOS NÃO-PERIGOSOS
Item da Lista de Serviços - 7.09 - VARRIÇÃO, COLETA, REMOÇÃO, INCINERAÇÃO, TRATAMENTO, RECICLAGEM, SEPARAÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO, REJEITOS E OUTROS RESIDUOS QUAISQUER

VALOR SERVIÇOS:	VALOR DEDUÇÃO:	DESC. INCOND:	BASE DE CÁLCULO:	ALÍQUOTA:	VALOR ISS:	VALOR ISS RETIDO:	DESC. COND:
R\$ 524.309,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 524.309,99	5%	R\$ 26.215,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Nota Fiscal

VALOR PIS:	VALOR COFINS:	VALOR IR:	VALOR INSS:	VALOR CSLL:	OUTRAS RETENÇÕES:	VALOR LÍQUIDO:
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 524.309,99

DADOS COMPLEMENTARES

O ISS É RETIDO PELO TOMADOR E O MESMO COMPROMETE-SE A ENVIAR AS GUIAS PAGAS.

OUTRAS INFORMAÇÕES / CRÍTICAS

EXIGIBILIDADE ISS	REGIME TRIBUTAÇÃO	SIMPLES NACIONAL	LOCAL PRESTAÇÃO SERVIÇO	LOCAL INCIDÊNCIA
Exigível	Microempresa municipal	Não	SEROPEDICA - RJ	SEROPEDICA - RJ

Observação: ESTA NFS-E FOI EMITIDA EM SUBSTITUIÇÃO À NFS-E 20201048 Valor Aproximado dos Tributos Federais R\$ 70519,69 (Aliq 13,45), Tributos Estaduais R\$ 0,00 (Aliq 0,00 IBPT) e Municipal de R\$ 25691,19 (Aliq 1BPT 4,9 IBPT)

Sistema desenvolvido pela Modernização Pública

**RESUMO PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL**

RAZÃO SOCIAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPEDICA

CPF/CNPJ: 01604139/0001-07

ENDEREÇO: RUA JOÃO MOURA DE OLIVEIRA, 9

MUNICÍPIO : SEROPÉDICA

UF:RJ

CEP: 23890-000

DESCRIÇÃO

	TONELADA	UNITÁRIO
Transporte de Resíduos não Perigosos	1.825,02	287,29
VALOR DA NOTA	R\$ 524.309,99	
Deduções (R\$)		Valor do ISS (R%)
Desconto incond (R\$)		

<div> <div>AMI</div> <div>MEDIÇÃO - 01/02 - 29/02</div> </div>			
DATA	PLACA	PESO(KG)	
01/fev	LSP8035	14550	
01/fev	LRE4161	4500	
01/fev	KVH4D86	3780	
01/fev	LRT5006	5260	
01/fev	LQS9937	5410	
01/fev	LRT5006	3160	
01/fev	KWA7394	5650	
01/fev	LPK9278	3920	
01/fev	MDH8026	6260	
01/fev	LRT5006	2760	
02/fev	LRT5006	6510	
03/fev	LRT5006	8610	
03/fev	HLF1B94	7920	
03/fev	HLF1B94	2560	
03/fev	MDH8026	9070	
03/fev	LPK9278	7730	
03/fev	LRT5006	6130	
03/fev	KWA7394	5610	
03/fev	KCZ6064	6910	
03/fev	KCZ6064	8820	
03/fev	KCZ6064	10230	
03/fev	LKT3600	2110	
03/fev	LSP8035	5480	
04/fev	KWA7394	8860	
04/fev	LRT5006	9040	
04/fev	KWA7394	5820	
04/fev	LRT5006	4830	
04/fev	HLF1B94	7380	
04/fev	KCZ6064	7700	
04/fev	KCZ6064	9890	
04/fev	KCZ6064	10770	
04/fev	LKT3600	3980	
04/fev	LSP8035	1530	
04/fev	LKT3600	5250	
05/fev	MDH8026	6290	
05/fev	MDH8026	5040	
05/fev	LRT5006	7240	
05/fev	LPK9278	9560	
05/fev	LPK9278	5890	
05/fev	LLK7335	9120	
05/fev	LLK7335	5470	
05/fev	LRT5006	4560	
05/fev	KWA7394	7910	
05/fev	KVH4D86	920	
05/fev	DKW7365	1610	
06/fev	KWA7394	6880	

06/fev	MDH8026	9300
06/fev	LRT5006	7630
06/fev	LPK9278	5420
06/fev	FDB0551	4560
06/fev	LRT5006	4630
06/fev	KWA7394	6260
06/fev	FDB0551	6120
06/fev	KCZ6064	8110
06/fev	DKW7365	6840
06/fev	LSE7019	3060
06/fev	LSE7019	3180
06/fev	LSE7019	3090
07/fev	KWA7394	6380
07/fev	LRT5006	6160
07/fev	MDH8026	6260
07/fev	LPK9278	7850
07/fev	LLK7335	7660
07/fev	FDB0551	7560
07/fev	FDB0551	4610
07/fev	LRT5006	6580
07/fev	KCZ6064	6800
07/fev	KCZ6064	5440
07/fev	LRE4161	13330
07/fev	LSE7019	1980
07/fev	DKW7365	6750
08/fev	LRT5006	4550
08/fev	MDH8026	7710
08/fev	LRT5006	6390
08/fev	KWA7394	8800
08/fev	FDB0551	2970
08/fev	LPK9278	4720
08/fev	FDB0551	6690
08/fev	LSP8035	3730
08/fev	LSP8035	5790
08/fev	KVH4D86	2400
09/fev	FDB0551	6460
10/fev	LRT5006	8660
10/fev	LLK7335	4300
10/fev	LLK7335	8170
10/fev	LLK7335	5790
10/fev	LRT5006	5640
10/fev	MDH8026	9130
10/fev	FDB0551	7710
10/fev	KWA7394	7420
10/fev	KCZ6064	7830
10/fev	KCZ6064	8250
10/fev	KCZ6064	9280
10/fev	KCZ6064	8320
11/fev	LLK7335	5820
11/fev	LPK9278	9130

11/fev	KCZ6064	8930
11/fev	KCZ6064	9050
11/fev	LRT5006	6790
11/fev	FDB0551	7400
11/fev	KWA7394	8060
11/fev	LLK7335	3140
11/fev	LRT5006	6830
11/fev	LSP8035	5150
11/fev	DKW7365	3450
12/fev	LLK7335	3440
12/fev	FDB0551	5420
12/fev	LRT5006	4720
12/fev	MDH8026	4030
12/fev	MDH8026	7120
12/fev	LPK9278	6780
12/fev	KCZ6064	6150
12/fev	LRT5006	4060
12/fev	FDB0551	3860
13/fev	LRT5006	4110
13/fev	FDB0551	4780
13/fev	LLK7335	2750
13/fev	KWA7394	9090
13/fev	KCZ6064	9430
13/fev	KCZ6064	8850
13/fev	HLF1B94	1550
13/fev	LRT5006	4680
13/fev	LLK7335	5630
13/fev	HLF1B94	5220
14/fev	LRT5006	6940
14/fev	LLK7335	7790
14/fev	FDB0551	6530
14/fev	MDH8026	8270
14/fev	KWA7394	4720
14/fev	LLK7335	6030
14/fev	KCZ6064	9380
14/fev	LRT5006	6690
15/fev	MDH8026	8700
15/fev	LRT5006	7920
15/fev	LLK7335	2930
15/fev	LRT5006	4490
15/fev	FDB0551	6940
15/fev	KWA7394	6940
15/fev	LLK7335	2960
15/fev	LPK9278	3750
15/fev	LPK9278	3070
15/fev	HLF1B94	5320
15/fev	KVH4D86	3830
15/fev	KVH4D86	5050
15/fev	KVH4D86	2080
15/fev	LSP8035	11850

16/fev	LLK7335	5560
17/fev	MDH8026	6060
17/fev	FDB0551	7860
17/fev	IQS7130	5280
17/fev	LLK7335	8860
17/fev	KWA7394	6560
17/fev	FDB0551	5800
17/fev	FDB0551	4380
17/fev	LSP8035	2550
17/fev	KVH4D86	6200
17/fev	LSE7019	6520
18/fev	FDB0551	7810
18/fev	MDH8026	8050
18/fev	LRT5006	8390
18/fev	LRT5006	7790
18/fev	FDB0551	5710
18/fev	LRT5006	4680
18/fev	KWA7394	6720
18/fev	IQS7130	4240
18/fev	IQS7130	1950
18/fev	IQS7130	5090
18/fev	DKW7365	3510
18/fev	LSP8035	8210
19/fev	KWA7394	6540
19/fev	IQS7130	4290
19/fev	LRT5006	6020
19/fev	LRT5006	4460
19/fev	FDB0551	5980
19/fev	MDH8026	7810
19/fev	FDB0551	5140
19/fev	KCZ6064	5320
19/fev	KCZ6064	5780
19/fev	LSE7019	5910
19/fev	LSE7019	4560
19/fev	KVH4D86	3100
19/fev	LKT3600	1460
20/fev	KWA7394	5780
20/fev	IQS7130	2580
20/fev	IQS7130	2770
20/fev	LPK9278	7720
20/fev	FDB0551	4940
20/fev	KCZ6064	8610
20/fev	FDB0551	6990
20/fev	LRT5006	8080
21/fev	LRT5006	6100
21/fev	LQS9937	8200
21/fev	KWA7394	4260
21/fev	LQS9937	6740
21/fev	FDB0551	6570
21/fev	KCZ6064	5530

21/fev	KCZ6064	7640
21/fev	IQS7130	4980
21/fev	FDB0551	4240
21/fev	LPK9278	9510
21/fev	LSP8035	1850
21/fev	LSP8035	980
21/fev	KVH4D86	5140
22/fev	LRT5006	4780
22/fev	IQS7130	5430
22/fev	KWA7394	5370
22/fev	KCZ6064	6230
22/fev	KCZ6064	8100
22/fev	KCZ6064	7050
22/fev	KCZ6064	8350
22/fev	KCZ6064	6590
22/fev	FDB0551	1980
22/fev	LRT5006	4440
22/fev	LRT5006	5180
22/fev	FDB0551	4410
22/fev	LQS9937	5850
22/fev	LPK9278	7520
23/fev	LPK9278	8350
23/fev	LQS9937	6060
24/fev	LRT5006	6940
24/fev	IQS7130	3850
24/fev	LRT5006	4870
24/fev	KCZ6064	5460
24/fev	KCZ6064	8400
24/fev	LQS9937	6150
24/fev	LPK9278	5790
24/fev	FDB0551	6790
24/fev	KWA7394	5340
24/fev	FDB0551	5210
24/fev	KVH4D86	2650
24/fev	KVH4D86	5220
24/fev	KVH4D86	4990
25/fev	LRT5006	5620
25/fev	IQS7130	3220
25/fev	IQS7130	3010
25/fev	FDB0551	5460
25/fev	LPK9278	6760
25/fev	LQS9937	5660
25/fev	KWA7394	6150
25/fev	LRT5006	3840
25/fev	FDB0551	2870
25/fev	KCZ6064	8250
25/fev	KCZ6064	10970
25/fev	KCZ6064	9220
25/fev	KCZ6064	8350
25/fev	KCZ6064	8110

25/fev	KCZ6064	7240
25/fev	KCZ6064	8090
25/fev	FDB0551	3370
25/fev	LSP8035	1610
26/fev	LRT5006	5480
26/fev	IQS7130	5540
26/fev	LPK9278	4910
26/fev	KWA7394	5400
26/fev	KCZ6064	7310
26/fev	KCZ6064	7430
26/fev	KCZ6064	9150
26/fev	FDB0551	3330
26/fev	LRT5006	7240
26/fev	LQS9937	5340
27/fev	KVH4D86	2180
26/fev	KVH4D86	1780
26/fev	LSE7019	4010
27/fev	LRT5006	6090
27/fev	LQS9937	6360
27/fev	FDB0551	2600
27/fev	IQS7130	3930
27/fev	IQS7130	5470
27/fev	KWA7394	5180
27/fev	LPK9278	6680
27/fev	KCZ6064	7660
27/fev	KCZ6064	7310
27/fev	KCZ6064	6930
27/fev	KCZ6064	6060
27/fev	FDB0551	5180
27/fev	LRT5006	6060
28/fev	LQS9937	8010
28/fev	LRT5006	7740
28/fev	FDB0551	7810
28/fev	KWA7394	4800
28/fev	IQS7130	5970
28/fev	KCZ6064	7750
28/fev	KCZ6064	7850
28/fev	KCZ6064	5360
28/fev	KCZ6064	8340
28/fev	FDB0551	5110
28/fev	LRT5006	5300
28/fev	DKW7365	1690
28/fev	DKW7365	1490
28/fev	KVH4D86	7260
29/fev	LPK9278	8430
29/fev	IQS7130	1340
29/fev	IQS7130	5440
29/fev	KWA7394	7230
29/fev	LRT5006	5550
29/fev	LRT5006	4190

29/fev	LRT5006	5350
29/fev	LQ59937	5710
29/fev	LPK9278	5020
29/fev	KCZ6064	8500
29/fev	KCZ6064	7680
29/fev	KCZ6064	8210
29/fev	KCZ6064	7120
29/fev	DKW7365	1790
29/fev	LSP8035	7910
29/fev	DKW7365	5600
TOTAL:		1825020



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Número da Nota:

1063

Competência:

Abril/2020

Data e Hora da Emissão:

07/04/2020 15:39:00

Código Verificação:

FB28246B6

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ: 14.177.887/0001-00
Inscrição Municipal: 19794
Telefone: Inscrição Estadual:
Nome/Razão Social: AMI3 SOLUCOES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESIDUOS LTDA
Nome de Fantasia:
Endereço: AV COELHO DA ROCHA ,543 ,BELFORD ROXO - Belford Roxo-RJ
E-mail:

TOMADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ: 01.604.139/0001-07 | RG:
INSC: MUNICIPAL: Inscrição Estadual:
Telefone:
Nome/Razão Social: MUNICÍPIO SEROPEDICA
Endereço: MARIA LOURENÇO N° 18 BAIRRO: CENTRO CIDADE: SEROPEDICA - RJ CEP: 23890000
E-mail: Não Informado

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. VALOR DA TONELADA: 1.504,35 X 287,29 = 432.184,71. REF 09/01/2020 A 31/01/2020/ DADOS BANCÁRIOS: BANCO: BRADESCO AG: 2730-8 C/C: 0016166-7 FAVORECIDO: AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA

VALOR TOTAL DA NOTA: R\$ 432.184,71

CNAE - 3811400 - COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS
Item da Lista de Serviços - 7.08 - VARRIÇÃO, COLETA, REMOÇÃO, INCINERAÇÃO, TRATAMENTO, RECICLAGEM, SEPARAÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO, REJEITOS E OUTROS RESÍDUOS QUAISQUER.



VALOR SERVIÇOS: R\$ 432.184,71	VALOR DEDUÇÃO: R\$ 0,00	DESC. INCOND: BASE DE CÁLCULO: R\$ 0,00 R\$ 432.184,71	ALÍQUOTA: 5%	VALOR ISS: R\$ 0,00	VALOR ISS RETIDO: R\$ 21.609,24	DESC. COND: R\$ 0,00
-----------------------------------	----------------------------	---	-----------------	------------------------	------------------------------------	-------------------------

VALOR PIS: R\$ 0,00	VALOR COFINS: R\$ 0,00	VALOR IR: R\$ 0,00	VALOR INSS: R\$ 0,00	VALOR CSLL: R\$ 0,00	OUTRAS RETENÇÕES: R\$ 0,00	VALOR LÍQUIDO: R\$ 410.575,47
------------------------	---------------------------	-----------------------	-------------------------	-------------------------	-------------------------------	----------------------------------

DADOS COMPLEMENTARES

O ISS É RETIDO PELO TOMADOR E O MESMO COMPROMETE-SE A ENVIAR AS GUIAS PAGAS

OUTRAS INFORMAÇÕES / CRÍTICAS

EXIGIBILIDADE ISS
Exigível

REGIME TRIBUTAÇÃO
Microempresa municipal

SIMPLES NACIONAL
Não

LOCAL PRESTAÇÃO
SERVIÇO:
Seropédica - RJ

LOCAL INCIDÊNCIA
Seropédica - RJ

Observação: Valor Aproximado dos Tributos Federais R\$ 58128,84 (Aliq 13,45), Tributos Estaduais R\$ 0,00 (Aliq 0,00 IBPT) e Municipal de R\$ 20118,2 (Aliq IBPT 4,9 IBPT)

Sistema desenvolvido pela Modernização Pública

**RESUMO PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL**

RAZÃO SOCIAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPEDICA

CPF/CNPJ: 01604139/0001-07

PERÍODO: 09/01/2020 a 31/01/2020

ENDEREÇO: RUA JOÃO MOURA DE OLIVEIRA, 9

MUNICÍPIO : SEROPÉDICA UF:RJ CEP: 23890-000

DESCRIÇÃO

	TONELADA	UNITÁRIO
Transporte de Resíduos não Perigosos	1.504,35	287,29
VALOR DA NOTA	R\$ 432.184,71	
Deduções (R\$)		Valor do ISS (R%)
Desconto incond (R\$)		

<div> <div>AMI</div> <div>MEDICÃO - 09/01 Á 31/01/2020</div> </div>		
DATA	PLACA	PESO(KG)
09/01/2020	LRT5006	6160
09/01/2020	MDH8026	5710
09/01/2020	LLK7335	2230
09/01/2020	DKW7365	5070
09/01/2020	KWA7394	6720
09/01/2020	LRT5006	4370
09/01/2020	MDH8026	5950
09/01/2020	LQS9937	6810
09/01/2020	HLF1B94	7040
10/01/2020	MDH8026	6570
10/01/2020	LRT5006	7190
10/01/2020	KWA7394	5790
10/01/2020	LPK9278	4610
10/01/2020	LQS9937	6730
10/01/2020	KVH4D86	8050
10/01/2020	KVH4D86	7650
10/01/2020	DKW7365	4310
10/01/2020	LRT5006	6320
10/01/2020	MDH8026	5220
10/01/2020	LLK7335	9480
10/01/2020	KCZ6064	9180
10/01/2020	KCZ6064	9330
10/01/2020	KCZ6064	7910
11/01/2020	LRT5006	3080
11/01/2020	MDH8026	3910
11/01/2020	KWA7394	6070
11/01/2020	LRT5006	5550
11/01/2020	LKT3600	3440
11/01/2020	MDH8026	5120
11/01/2020	LPK9278	3390
11/01/2020	LQS9937	4980
12/01/2020	LRT5006	3980
13/01/2020	LRT5006	10050
13/01/2020	LPK9278	9200
13/01/2020	KWA7394	6080
13/01/2020	DKW7365	2740
13/01/2020	KVH4D86	7120
13/01/2020	KVH4D86	7490
13/01/2020	LKT3600	1570
13/01/2020	LKT3600	7440
13/01/2020	LKT3600	2670
13/01/2020	DKW7365	2990
13/01/2020	DKW7365	2730
13/01/2020	LQS9937	8570
13/01/2020	LLK7335	6610

13/01/2020	LRT5006	6610
13/01/2020	LLK7335	8730
13/01/2020	LQS9937	5430
13/01/2020	KCZ6064	9910
14/01/2020	MDH8026	7620
14/01/2020	MDH8026	4260
14/01/2020	LQS9937	7500
14/01/2020	LRT5006	8330
14/01/2020	KWA7394	7430
14/01/2020	LLK7335	8120
14/01/2020	LRT5006	7850
14/01/2020	LLK7335	4250
14/01/2020	LPK9278	8740
14/01/2020	KCZ6064	9770
14/01/2020	KCZ6064	6960
14/01/2020	KCZ6064	9530
15/01/2020	LRT5006	4730
15/01/2020	KCZ6064	7310
15/01/2020	KCZ6064	6360
15/01/2020	KCZ6064	6720
15/01/2020	LLK7335	4170
15/01/2020	LQS9937	6120
15/01/2020	KWA7394	6660
15/01/2020	LPK9278	2630
15/01/2020	LPK9278	5360
15/01/2020	KVH4D86	4960
15/01/2020	KVH4D86	8900
15/01/2020	KVH4D86	6930
15/01/2020	LKT3600	1300
15/01/2020	LRT5006	5880
15/01/2020	MDH8026	6680
15/01/2020	LLK7335	6950
16/01/2020	LRT5006	4280
16/01/2020	MDH8026	5840
16/01/2020	LLK7335	2790
16/01/2020	LRT5006	3920
16/01/2020	LRE4161	6320
16/01/2020	HLF1B94	4240
16/01/2020	LPK9278	7220
16/01/2020	KCZ6064	7840
16/01/2020	KCZ6064	9190
16/01/2020	KCZ6064	9300
16/01/2020	KWA7394	5260
16/01/2020	LLK7335	2640
17/01/2020	LRT5006	6740
17/01/2020	KCZ6064	11330
17/01/2020	KCZ6064	7980
17/01/2020	KCZ6064	8520
17/01/2020	MDH8026	5570
17/01/2020	KWA7394	2580

17/01/2020	LLK7335	5550
17/01/2020	LPK9278	7660
17/01/2020	HLF1B94	5970
17/01/2020	LRT5006	4890
17/01/2020	LLK7335	4290
17/01/2020	MDH8026	5580
18/01/2020	LRT5006	5080
18/01/2020	LLK7335	4460
18/01/2020	LLK7335	2750
18/01/2020	LRT5006	4430
18/01/2020	DKW7365	4250
18/01/2020	KWA7394	7560
18/01/2020	KVH4D86	3650
18/01/2020	LPK9278	5710
18/01/2020	HLF1B94	5710
19/01/2020	LRT5006	6350
20/01/2020	LRT5006	8850
20/01/2020	MDH8026	8050
20/01/2020	KWA7394	7700
20/01/2020	LPK9278	8740
20/01/2020	HLF1B94	6660
20/01/2020	HLF1B94	2620
20/01/2020	LLK7335	8890
20/01/2020	KCZ6064	8720
20/01/2020	KCZ6064	10270
20/01/2020	KCZ6064	9700
20/01/2020	KCZ6064	8050
20/01/2020	KVH4D86	5890
20/01/2020	DKW7365	4980
20/01/2020	KCZ6064	8700
20/01/2020	LRT5006	6480
20/01/2020	LRE4161	10160
20/01/2020	LLK7335	6060
21/01/2020	LLK7335	3770
21/01/2020	LPK9278	8230
21/01/2020	HLF1B94	7050
21/01/2020	MDH8026	7550
21/01/2020	KWA7394	8300
21/01/2020	LRT5006	7920
21/01/2020	KCZ6064	7000
21/01/2020	KCZ6064	9390
21/01/2020	LKT3600	4630
21/01/2020	KVH4D86	2150
21/01/2020	KCZ6064	8540
21/01/2020	LLK7335	6200
22/01/2020	LQS9937	6300
22/01/2020	MDH8026	7480
22/01/2020	KWA7394	3220
22/01/2020	LRT5006	6160
22/01/2020	DKW7365	2990

22/01/2020	KVH4D86	3240
22/01/2020	LKT3600	5000
22/01/2020	LRT5006	5300
22/01/2020	LLK7335	5480
22/01/2020	LPK9278	4870
22/01/2020	LRT5006	4960
22/01/2020	KCZ6064	9400
22/01/2020	KCZ6064	8500
22/01/2020	LLK7335	3850
22/01/2020	KCZ6064	10540
22/01/2020	KCZ6064	12460
22/01/2020	KCZ6064	8860
23/01/2020	LLK7335	2210
23/01/2020	LQS9937	3690
23/01/2020	LRT5006	4360
23/01/2020	HLF1B94	5130
23/01/2020	KWA7394	5040
23/01/2020	LQS9937	5020
23/01/2020	LRT5006	3830
23/01/2020	LPK9278	5490
24/01/2020	LRT5006	5840
24/01/2020	HLF1B94	5110
24/01/2020	KVH4D86	3420
24/01/2020	KVH4D86	7660
24/01/2020	LKT3600	11370
24/01/2020	DKW7365	1760
24/01/2020	LLK7335	4230
24/01/2020	LSE7019	4670
24/01/2020	LRT5006	4100
24/01/2020	LQS9937	5480
24/01/2020	LPK9278	7650
24/01/2020	KCZ6064	9220
24/01/2020	KCZ6064	8730
24/01/2020	KCZ6064	5240
24/01/2020	LLK7335	4920
24/01/2020	KWA7394	3160
25/01/2020	LLK7335	2290
25/01/2020	LRT5006	4150
25/01/2020	LQS9937	1780
25/01/2020	LRT5006	5820
25/01/2020	MDH8026	5150
25/01/2020	LPK9278	4230
25/01/2020	KWA7394	5780
25/01/2020	LQS9937	5750
26/01/2020	LLK7335	5290
27/01/2020	LRT5006	8480
27/01/2020	LKT3600	2660
27/01/2020	LKT3600	6080
27/01/2020	LKT3600	5660
27/01/2020	MDH8026	8130

27/01/2020	KCZ6064	8900
27/01/2020	LSP8035	3510
27/01/2020	LQS9937	4690
27/01/2020	LRT5006	5950
27/01/2020	LQS9937	8380
27/01/2020	LLK7335	9000
28/01/2020	LRT5006	7300
28/01/2020	MDH8026	2530
28/01/2020	MDH8026	7340
28/01/2020	LKT3600	1990
28/01/2020	LKT3600	7240
28/01/2020	LLK7335	6700
28/01/2020	MDH8026	3150
28/01/2020	DKW7365	4690
28/01/2020	DKW7365	3290
28/01/2020	LQS9937	7320
28/01/2020	KWA7394	6170
28/01/2020	KWA7394	6350
28/01/2020	HLF1B94	6940
28/01/2020	MDH8026	4190
28/01/2020	LRT5006	7020
28/01/2020	KCZ6064	8020
28/01/2020	KCZ6064	7170
29/01/2020	KVH4D86	1260
29/01/2020	LRT5006	6100
29/01/2020	DKW7365	6850
29/01/2020	LRE4161	2120
29/01/2020	LKT3600	4610
29/01/2020	LSP8035	1250
29/01/2020	LSP8035	12380
29/01/2020	KWA7394	6780
29/01/2020	MDH8026	6340
29/01/2020	MDH8026	6400
29/01/2020	LQS9937	8140
29/01/2020	KCZ6064	10160
29/01/2020	LRT5006	4680
29/01/2020	LPK9278	5970
30/01/2020	LRT5006	2760
30/01/2020	MDH8026	5380
30/01/2020	HLF1B94	2700
30/01/2020	HLF1B94	6800
30/01/2020	KWA7394	4690
30/01/2020	KCZ6064	8370
30/01/2020	KCZ6064	8670
30/01/2020	KCZ6064	9450
30/01/2020	KCZ6064	9730
30/01/2020	LQS9937	5820
30/01/2020	LPK9278	5690
30/01/2020	LRT5006	5320
30/01/2020	LRT5006	3360

31/01/2020	MDH8026	4220
31/01/2020	MDH8026	5770
31/01/2020	LRT5006	5750
31/01/2020	HLF1B94	5180
31/01/2020	KWA7394	4250
31/01/2020	MDH8026	5080
31/01/2020	LRT5006	4800
31/01/2020	LSP8035	2870
31/01/2020	KVH4D86	3500
31/01/2020	LQS9937	5240
31/01/2020	LPK9278	6770
31/01/2020	KCZ6064	11590
TOTAL:		1504350



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Número da Nota:

1019

Competência:

Marco/2020

Data e Hora da Emissão:

09/03/2020 15:18:00

Código Verificação:

AF1766FF5

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ: 14.177.887/0001-00
Inscrição Municipal: 19794
Telefone: Inscrição Estadual:
Nome/Razão Social: AMI3 SOLUCOES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESIDUOS LTDA
Nome de Fantasia:
Endereço: AV COELHO DA ROCHA, 543, BELFORD ROXO - Belford Roxo-RJ
E-mail:

TOMADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ: 01.604.139/0001-07 | RG:
INSC:MUNICIPAL: Inscrição Estadual:
Telefone: Inscrição Estadual:
Nome/Razão Social: MUNICÍPIO SEROPEDICA
Endereço: MARIA LOURENÇO N° 18 BAIRRO: CENTRO CIDADE: SEROPEDICA - RJ CEP: 23890000
E-mail: Não Informado

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANO. VALOR DA TONELADA: 466,78 X 269,00 = R\$ 125.563,82 /REF. REF 01/01/2020 A 09/01/2020 /DADOS BANCÁRIOS: BANCO BRADESCO AG 2730-8 C/C: 0016166-7 FAVORECIDO: AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA

VALOR TOTAL DA NOTA: R\$ 125.563,82

CNAE - 3811400 - COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS
Item da Lista de Serviços - 7.09 - VARRIÇÃO, COLETA, REMOÇÃO, INCINERAÇÃO, TRATAMENTO, RECICLAGEM, SEPARAÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO, REJEITOS E OUTROS RESÍDUOS QUAISQUER.



VALOR SERVIÇOS:	VALOR DEDUÇÃO:	DESC. INCOND. BASE DE CÁLCULO:	ALÍQUOTA:	VALOR ISS:	VALOR ISS RETIDO:	DESC. COND.
R\$ 125.563,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5%	R\$ 0,00	R\$ 6.278,19	R\$ 0,00

VALOR PIS:	VALOR COFINS:	VALOR IR:	VALOR INSS:	VALOR CSLL:	OUTRAS RETENÇÕES:	VALOR LÍQUIDO:
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 119.285,63

DADOS COMPLEMENTARES

O ISS É RETIDO PELO TOMADOR E O MESMO COMPROMETE-SE A ENVIAR AS GUIAS PAGAS.

OUTRAS INFORMAÇÕES / CRÍTICAS

EXIGIBILIDADE ISS
Exigível

REGIME TRIBUTAÇÃO
Microempresa municipal

SIMPLES NACIONAL
Não

LOCAL PRESTAÇÃO
SERVIÇO
Seropédica - RJ

LOCAL INCIDÊNCIA
Seropédica - RJ

Observação: Valor Aproximado dos Tributos Federais R\$ 16888,33 (Aliq 13,45), Tributos Estaduais R\$ 0,00 (Aliq 0,00 IBPT) e Municipal de R\$ 5845 (Aliq IBPT 4,9 IBPT)

Sistema desenvolvido pela Modernização Pública

**RESUMO PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL**

RAZÃO SOCIAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPEDICA

CPF/CNPJ: 01604139/0001-07

PERÍODO: 01/01/2020 a 09/01/2020

ENDEREÇO: RUA JOÃO MOURA DE OLIVEIRA, 9

MUNICÍPIO : SEROPÉDICA

UF:RJ

CEP: 23890-000

DESCRIÇÃO

	TONELADA	UNITÁRIO
Transporte de Resíduos não Perigosos	466,78	269,00
VALOR DA NOTA	R\$ 125.563,82	
Deduções (R\$)		Valor do ISS (R%)
Desconto incond (R\$)		

DATA	PLACA	PESO(KG)
01/01/2020	LKT3600	1710
01/01/2020	LRT5006	2180
02/01/2020	KVH4D86	2220
02/01/2020	LLK7335	3240
02/01/2020	LKT3600	1350
02/01/2020	LRT5006	5380
02/01/2020	MDH8026	7040
02/01/2020	KWA7394	8610
02/01/2020	LPK9278	8940
02/01/2020	LPK9278	4010
02/01/2020	LRT5006	5890
02/01/2020	LLK7335	7080
02/01/2020	LQS9937	8490
03/01/2020	MDH8026	8790
03/01/2020	LKT3600	2710
03/01/2020	LRT5006	9750
03/01/2020	LKT3600	2570
03/01/2020	DKW7365	1000
03/01/2020	LLK7335	9030
03/01/2020	LQS9937	9090
03/01/2020	LRT5006	10240
03/01/2020	LLK7335	8330
03/01/2020	KWA7394	7730
03/01/2020	LPK9278	9670
03/01/2020	KCZ6064	7330
04/01/2020	MDH8026	6350
04/01/2020	KWA7394	7620
04/01/2020	LLK7335	3000
04/01/2020	LQS9937	5910
04/01/2020	LRT5006	6020
04/01/2020	LLK7335	2730
04/01/2020	LPK9278	9040
05/01/2020	MDH8026	6530
06/01/2020	KWA7394	6300
06/01/2020	MDH8026	7730
06/01/2020	LRT5006	10280
06/01/2020	LRT5006	5250
06/01/2020	LLK7335	9200
06/01/2020	LPK9278	9450
06/01/2020	DKW7365	4740
06/01/2020	DKW7365	5390
06/01/2020	LKT3600	1410
06/01/2020	KCZ6064	7740
06/01/2020	LRT5006	8000
06/01/2020	LLK7335	5940
06/01/2020	LQS9937	8790
07/01/2020	MDH8026	8810

07/01/2020	KCZ6064	7520
07/01/2020	LRT5006	8100
07/01/2020	KWA7394	8850
07/01/2020	LRT5006	7090
07/01/2020	LLK7335	5320
07/01/2020	LLK7335	7600
07/01/2020	LQS9937	8770
07/01/2020	LPK9278	9540
08/01/2020	KWA7394	2000
08/01/2020	KWA7394	2420
08/01/2020	LRT5006	6480
08/01/2020	MDH8026	8180
08/01/2020	LKT3600	3640
08/01/2020	LKT3600	3240
08/01/2020	HLF1B94	7360
08/01/2020	LQS9937	6320
08/01/2020	LRT5006	4850
08/01/2020	LLK7335	3560
08/01/2020	DKW7365	1210
08/01/2020	LSP8035	600
08/01/2020	LLK7335	5460
09/01/2020	LRT5006	6160
09/01/2020	MDH8026	5710
09/01/2020	LLK7335	2230
09/01/2020	DKW7365	5070
09/01/2020	KWA7394	6720
09/01/2020	LRT5006	4370
09/01/2020	MDH8026	5950
09/01/2020	LQS9937	6810
09/01/2020	HLF1B94	7040
TOTAL		466780



República Federativa do Brasil
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

Registro Nacional
200029319-0

Nome

ALEXANDRE DA NATIVIDADE PEREIRA

Filiação

GUTENBERG VELOSO PEREIRA

MARIA SAO PEDRO DA NATIVIDADE PEREIRA

C.P.F.

074.155.207-85

Documento de Identidade

11127559-0 IFP/RJ

Tipo Sang.

O-

Nascimento

17/06/1976

Naturalidade

RIO DE JANEIRO

UF

RJ

Nacionalidade

BRASILEIRA

Crea de Registro

CREA-RJ

Emissão

23/06/2015

Data de Registro

07/02/2006

Ass. Presidente

[Assinatura]

Registro no Crea

200610228



Título Profissional

Engenheiro Civil

Engenheiro de Segurança do Trabalho

Ass. do Profissional

[Assinatura]

de como Documento de Identidade e tem Fé Pública (52ª do art. 56 da Lei nº 5194 de 24/12/66 e Lei nº 8296 de 07/05/75)

Protocolo 1- 4.992/2023

De: Régis B. - SEMGOV - CPL

Para: SEMGOV-LICIT - Licitação

Data: 21/06/2023 às 14:50:35

Setores (CC):

SEMGOV-LICIT, SEMOHSP

Processo Administrativo nº 263/2023

Pregão Presencial nº 28/2023

OBJETO: Contratação de empresa legalmente habilitada para a execução dos SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES ATÉ A ESTAÇÃO DE TRANSBORDO DE TODO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU - RJ.

Recorrente: AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A, estabelecida na Av. Almeida Garret, nº. 34, Chácara Rio-Petrópolis, Duque de Caxias/RJ, inscrita no CNPJ. nº 14.177.887/0001-00.

1 - DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

1.1 Da Tempestividade:

O aviso da Licitação referente ao Pregão Presencial nº 28/2023 foi publicado no Jornal Oficial do Município de Casimiro de Abreu no dia 23/05/2023 e no Jornal de grande circulação do Estado, Jornal EXTRA, no dia 20/05/2023 e, com abertura prevista para o dia 06/06/2023, às 09h:30min.

Tendo em vista que a fase de habilitação das empresas participantes do certame foi finalizada em 15/06/2023, o prazo para recurso expirou em 20/06/2023.

Preconiza o Edital, no item 9:

9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso.

9.1.1. Aos licitantes que manifestarem a intenção de recorrer, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso;

9.1.2. Aos demais licitantes, independentemente de intimação, será concedido igual prazo para apresentação de contrarrazões, o qual começará a contar a partir do término do prazo concedido ao recorrente.

O pregoeiro recebeu as razões recursais, encaminhadas através do processo 4992/2023, em 20/06/2023, sendo o recurso considerado **TEMPESTIVO**.

1.2. Da representação.

Preliminarmente, foi verificado que o recorrente, **AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A** juntou os documentos pertinentes à representação.

2 . DOS ARGUMENTOS DO RECORRENTE

Após a fase de habilitação, a empresa **AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A**, através de seu representante, manifestou interesse de interpor recurso contra sua inabilitação.

A recorrente alega que o fato de haver a restrição que determina que a empresa poderá executar apenas atividades de Obras e Serviços de Engenharia Química, no seu Registro de Pessoa Jurídica (p. 22 da peça recursal) emitido pelo CREA, não a privaria de ser habilitada para o certame em questão.

A recorrente entende que a declaração de inclusão do engenheiro civil no quadro técnico suprimiria a restrição no Registro da Pessoa Jurídica no CREA-RJ.

3. CONCLUSÃO:

Ante ao exposto, foi verificada na petição administrativa da recorrente, os requisitos mínimos exigíveis para análise da presente, quais sejam: a) Representatividade da Requerente; b) Exposição dos Motivos; c) Fundamentação legal; e d) Formulação de pedidos.

Nestes termos conheço o pedido das razões recursais, por tempestivos. A fim de informar os demais participantes do certame, será encaminhado o link para acesso ao processo de recurso para as empresas participantes e aberto prazo para apresentação de

contrarrazões.

Cabe informa que a empresa apresentou documentação anexa referente ao que foi solicitado em diligência, a fim de esclarecer a forma que foram executados os serviços objetos do atestado de capacidade técnica apresentado no certame.

—

Régis Silva Bento

Presidente CPL/Pregoeiro

Assinado digitalmente (emissão) por:

Assinante	Data	Assinatura
Régis Silva Bento	21/06/2023 15:06:15	1Doc RÉGIS SILVA BENTO CPF 121.XXX.XXX-00

Para verificar as assinaturas, acesse <https://casimirodeabreu.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **59AE-2C3C-E2C2-3524**

Protocolo 2- 4.992/2023

De: Régis B. - SEMGOV-LICIT

Para: SEMGOV-LICIT - Licitação

Data: 21/06/2023 às 15:12:49

Abertura de prazo para contrarrazões.

—

Régis Silva Bento

Presidente CPL/Pregoeiro

Anexos:

Abertura_de_prazo2.pdf

Assunto: Recurso Pregão 28/2023 - Ami3

De: Régis Silva Bento <cplcasimirodeabreurj@gmail.com>

Data: 21/06/2023 15:13

Para: destinatarios-nao-revelados: ;

BCC: atendimento@fgcengenharia.com.br, Delurb - Fernanda Figueiredo <fernandaf@delurbambiental.com.br>, licitacao@delurbambiental.com.br

Segue o link para acesso ao processo de recurso impetrado pela empresa **AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A**. Fica aberto o prazo para apresentação de contrarrazões até o dia 26/06/2023.

[Processo 4992/2023](#)

--

Att,
Régis Silva Bento
Presidente CPL/Pregoeiro
Casimiro de Abreu, RJ

Protocolo (Nota interna 26/06/2023 12:06) 4.992/2023

De: Izadora R. - SEMOHSP

Para: -

Data: 26/06/2023 às 12:06:55

Cesar Tomas Miranda Goncalves - PGM/PJ

—

Izadora Rodrigues

Assistente - Mat.: 15.365

Protocolo 3- 4.992/2023

De: Régis B. - SEMGOV - CPL

Para: SEMOHS-DOP - Departamento de Obras e Projetos

Data: 27/06/2023 às 07:43:38

Encaminhado para prosseguimento.

Contrarrazão: Protocolo 5.139/2023 - SG - Contra razões (Fgc Engenharia)

—

Régis Silva Bento

Presidente CPL/Pregoeiro

Protocolo 5.139/2023

De: FGC PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO CIVIL LTDA

Para: SEMGOV - CPL - Comissão Permanente de Licitação

Data: 26/06/2023 às 16:33:13

Setores (CC):

SEMGOV - CPL

Prezados Senhores,

Boa tarde.

Servimo-nos do presente para encaminhar anexo, arquivo com nossas contrarrazões ao recurso da empresa AMI3 Soluções Ambientais e Transporte de Resíduos S. A.

Atenciosamente,

Anexos:

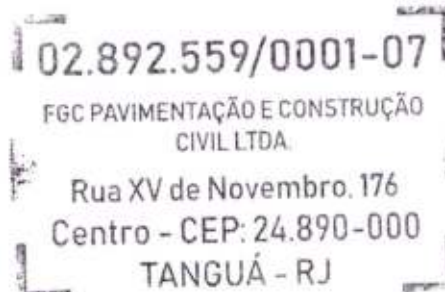
CONTRARRAZOES_RECURSOS_AMI3_2_.pdf

Contrato_Social_FGC1_6_ALTERACAO.pdf

Identidade_Maxwell_Soares_Nova_2_.jpg

IDENTIDADE_SOLANGE_2_.pdf

PROCURACAO_PUBLICA_FGC1_2023_2_.pdf



Tanguá, 21 de junho de 2023.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU

Ref. PREGÃO PRESENCIAL N.º 28/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 263/2023

Ilm.º Sr. Pregoeiro,

FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, sediada na Rua XV de Novembro, nº 176, Centro, Tanguá - RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 02.892.559/0001-07 por seu representante abaixo assinado, vem tempestivamente, interpor estas CONTRARRAZÕES, ao inconsistente recurso apresentado pela empresa AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS S.A., perante essa distinta administração que de forma absolutamente coerente declarou a recorrente inabilitada no processo licitatório em pauta.

1- Considerações Iniciais:

Ilustre Sr. Pregoeiro,

O respeitável julgamento das contrarrazões interpostas, recai neste momento para sua responsabilidade, o qual a empresa CONTRARRAZOANTE confia na lisura, na isonomia e na

Rua XV de Novembro, nº 176 – Centro – Tanguá – RJ - CEP: 24.890-000
Tel./Fax: + 55 21 3637-7113 atendimento@fgcengenharia.com.br
www.fgcengenharia.com.br



imparcialidade a ser praticada no julgamento em questão onde demonstraremos o não cumprimento de todas as exigências do presente processo de licitação por parte da empresa AMI3, ratificando e expressando nosso apoio à acertada decisão proferida por V. S^a e por demais membros da Comissão de Pregão de Casimiro de Abreu, quando da inabilitação da recorrente.

A CONTRARRAZOANTE solicita que o Ilustre Pregoeiro analise todos os fatos apontados, tomando para si a responsabilidade do julgamento.

2- Dos Fatos:

A RECORRENTE interpôs na data de 20 de junho de 2023, RECURSO ADMINISTRATIVO em face da decisão lavrada na Ata da Reunião de Licitação realizada em 15/06/2023, que acabou por declará-la INABILITADA no procedimento licitatório PREGÃO PRESENCIAL N.º 28/2023 - Processo Administrativo Nº 2181/2020.

Após análise da documentação apresentada, a Comissão Permanente de Licitação declarou a recorrente INABILITADA por apresentar Certidão de Registro no Crea com restrição para habilitação na área de Engenharia Civil e Engenharia Ambiental. Destaca também que o atestado de capacidade técnica operacional da empresa, através das informações no corpo do documento, não atender ao quantitativo exigido no item 6.1.5.2 do edital. Menciona ainda que a recorrente não apresentou a Certidão Ambiental expedida pelo INEA solicitada no item 9.1 do Termo de Referência.

Sobre seu atestado de Capacidade Técnica, a recorrente alega que:

Rua XV de Novembro, nº 176 – Centro - Tanguá - RJ - CEP: 24.890-000
Tel./Fax: + 55 21 3637-7113 atendimento@fgcengenharia.com.br
www.fgcengenharia.com.br



Habilitação técnica – Atestados de capacidade técnica

14. Em sessão do dia 15.06.2023, foi determinada diligência para esclarecer o prazo de vigência dos serviços apresentados no atestado técnico.

15. Conforme notas fiscais e medições anexas, verifica-se que o objeto foi executado durante um ano nos quantitativos mínimos exigidos.

Vamos nos ater às exigências editalícias no que concerne aos atestados de capacidade técnica.

No item 6.1.5.2 o edital exigia: "Comprovação do licitante possuir, na data de realização do certame, **Atestado QUANTITATIVO** em nome da empresa onde comprove ter executado no mínimo 50% do volume do contrato de um ano a ser contratado, através da apresentação certidão(ões) e/ou atestado(s) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, na forma estabelecida no Inciso II e §2º e 3º do artigo 30, da Lei Federal nº 8.666/1993. os referidos atestados deverão comprovar que a licitante possui capacidade técnico-operacional para executar na quantidade mínima, prazo e volume acima mencionado os serviços de:

. Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos urbanos"

A empresa AMI3 apresentou para atendimento do item acima um único atestado emitido pela Prefeitura Municipal de Seropédica, conforme reproduzido abaixo.



ATESTADO TÉCNICO

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA, sediada na Rodovia Washington Luiz, 18.695 - km-19 - Santa Cruz da Serra - Duque de Caxias/RJ - inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.177.887/0001-00, Inscrição Estadual nº 87.06343.7, tendo como Responsável Técnico perante o CREA-RJ, a profissional Engenheiro Químico MARCOS ANDRÉ JOSEPHINO DA SILVA VIEIRA - CREA nº 2015125677, executou para a PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPÉDICA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.604.139/0001-07, através da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, os serviços de COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) E RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE (RSS), com fornecimento de todos os insumos, mão-de-obra e equipamentos necessários, conforme contrato assinado entre as partes sob o nº 001/2020, oriundo do Processo 006/2020, valor total de R\$ 1.772.063,91 (um milhão setecentos e setenta e dois mil sessenta e três reais e noventa e um centavos), com prazo de vigência de 90 (noventa) dias a partir de 09/01/2020. Tendo sido Aditivo da Seguinte forma:

1º Termo Aditivo - Prorrogação de prazo por mais 90 (noventa) dias a partir do dia 08 de abril de 2020, valor total de R\$ 1.772.063,91 (um milhão setecentos e setenta e dois mil sessenta e três reais e noventa e um centavos).

Os serviços foram realizados obedecendo e cumprindo os prazos e padrões de qualidade exigidos por este Município e fazem parte integrante da seguinte planilha contratual:

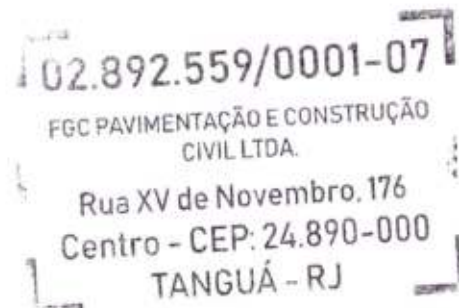
01 - 07

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Coleta de Resíduos Sólidos de Saúde, Transporte e destinação final (RSS)	T	236
2	Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), Doméstico (Orgânico e Inorgânico), Transporte e destinação final (orgânicos e recicláveis)	T	2018

Observemos que o único atestado apresentado pela empresa recorrente foi confeccionado claramente com apenas os dados contidos no contrato de prestação de serviços e termo aditivo, inclusive com valores idênticos para o contrato e o termo aditivo. Não se levou em consideração o que realmente foi executado pela empresa, a quantidade realmente executada pela empresa. Como exemplos, temos:

- O atestado menciona coleta de resíduos sólidos de saúde. Porém, as notas fiscais apresentadas não demonstram a execução de tal serviço.

Ora, como pode a Prefeitura atestar que foram executados serviços de Coleta de Resíduos de Saúde, se não há nenhuma Nota Fiscal para tal serviço?



Outro ponto a se destacar é que os quantitativos de toneladas mencionados nas notas fiscais são significativamente diferentes do quantitativo existente no atestado.

Indispensável ainda ressaltar que o quantitativo de 2016 toneladas apresentado no atestado menciona, para além do RSD (resíduo sólido domiciliar, composto por lixo orgânico e inorgânico) objeto do presente certame, a existência de RSU (resíduos sólidos urbanos). Que, de acordo com o Art. 13 da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil, em seu item I letra C, define os "resíduos sólidos urbanos" como os resíduos englobados como resíduos domiciliares (os originários de atividades domésticas em residências urbanas) e como os resíduos de limpeza urbana (os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana). Fato este corroborado pela menção no próprio corpo do atestado da existência de caminhão basculante e pá carregadeira na descrição dos equipamentos utilizados na execução dos serviços. Equipamentos estes comuns na atividade de remoção de RSU de logradouros públicos, em particular os RCC – resíduos da construção civil, remoção de galhos, entulhos e inservíveis, dentre outros.

Diante de todo o exposto acima, torna-se inviável a utilização do referido atestado como comprovação do licitante possuir o quantitativo mínimo exigido no item 6.1.5.2 do edital.

Conforme a sistemática adotada pela Lei nº 8.666/93, na etapa de habilitação, entre outros aspectos, a Administração deverá analisar a qualificação técnica dos licitantes, com o objetivo de aferir se dispõem de conhecimento, experiência e aparelhamentos técnico e humano suficientes para satisfazer o contrato a ser celebrado.

Para isso, a Lei de Licitações autoriza a Administração a exigir a comprovação da capacitação técnico-operacional, nos termos de seu art. 30, inc. II, e a comprovação da capacitação técnico-profissional, de acordo com seu art. 30, § 1º, inc. I.

No primeiro caso (capacitação técnico-operacional), a experiência a ser verificada é a da pessoa licitante, devendo comprovar, enquanto organização empresarial, sua aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. Quanto à capacitação técnico-profissional, o foco da exigência é a demonstração da experiência do profissional indicado pelo licitante para atuar como seu responsável técnico.

que: Não obstante o silêncio legal, o TCU reconheceu, por meio da publicação da Súmula nº 263,

“para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

Não poderíamos deixar de citar Yara Darcy Police Monteiro:

“Questão que foi muito controvertida, todavia já pacificada na doutrina e jurisprudência, é a relativa à comprovação da capacitação técnica da empresa e do profissional responsável nas licitações para contratação de obras e serviços de engenharia. Não mais pairam dúvidas de que, segundo a dicção do art. 30, II, e seu §1º, I, pode o edital exigir a ‘comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação’ da empresa participante, sem prejuízo da comprovação de aptidão dos membros da equipe técnica que se responsabilizarão pelos trabalhos, na forma e com as limitações fixadas no citado §1º e inc. I do mesmo art. 30” (cf. Licitação: Fases e Procedimento, NDJ, 2000, p. 43).

Essa, inclusive, é a inteligência do Superior Tribunal de Justiça, in verbis:

“Administrativo.Licitação.Interpretação do art. 30, II e §1º, da Lei 8.666/93.

1. Não se comete violação ao art. 30, II, da Lei .666/93, quando, em procedimento licitatório, exige-se a comprovação, em nome da empresa proponente, de atestados técnicos emitidos por operadoras de telefonia no Brasil de execução, em qualquer tempo, de serviço de implantação de cabos telefônicos classe “L” e “C” em período consecutivo de vinte e quatro meses, no volume mínimo de 60.000 HxH, devidamente certificados pela entidade profissional competente.



2. 'O exame do disposto no art. 37, XXI da Constituição Federal, e sua parte final, referente a 'exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações', revela que o propósito aí objetivado é oferecer iguais oportunidades de contratação com o Poder Público, não a todo e qualquer interessado, indiscriminadamente, mas sim, apenas a quem possa evidenciar que efetivamente dispõe de condições para executar aquilo a que se propõe' (Adilson Dallari).

Em abono dessa matiz, também se manifestou o Egrégio Tribunal de Contas da União:

"Habilitação. Qualificação técnica. Capacitação técnico-profissional. Capacitação técnico-operacional. Concorrência. A estabilidade do futuro contrato pode ser garantida com a exigência de atestados de capacitação técnico-profissional aliada ao estabelecimento de requisitos destinados a comprovar a capacitação técnico-operacional nos termos do inciso II do art. 30 da Lei nº 8.666/93. (TC-009.987/94-0, publicado no Boletim de Licitações e Contratos, NDJ, 1995, vol. 11, p. 564).

O art. 30, II da Lei Federal é expresso ao asseverar a possibilidade de exigir-se a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos e, por certo, na melhor regra de hermenêutica jurídica, a lei não contém palavras inúteis.

É exatamente para salvaguardar o interesse público de ocorrências dessa natureza, que a lei admite que se verifique a qualificação tanto da empresa, quanto de seu responsável técnico, para efeitos habilitatórios.

Aliás, não se pode olvidar que, com a Emenda Constitucional nº 19/98, foi introduzido, com um dos princípios basilares, norteadores da atividade administrativa, o da eficiência.

Destarte, para dar cumprimento a tal preceito, em prol do interesse público, deve a entidade licitante salvaguardar-se de que o futuro contratado detém aptidão suficiente para bem desempenhar o objeto colimado.

Novamente invocando a Corte Superior de Justiça, citamos o seguinte julgado que corrobora o alegado:

“Administrativo. Procedimento Licitatório. Atestado Técnico. Comprovação. Autoria. Empresa. Legalidade.

Quando, em procedimento licitatório, exige-se comprovação, em nome da empresa, não está sendo violado o art. 30, §1º, II, caput, da Lei nº 8.66/93. É de vital importância, no trato da coisa pública, a permanente perseguição ao binômio qualidade e eficiência, objetivando não só a garantir a segurança jurídica do contrato, mas também a consideração de certos fatores que integram a finalidade das licitações, máxime em se tratando daquelas de grande complexidade e de vulto financeiro tamanho que imponha ao administrador a elaboração de dispositivos, sempre em atenção à pedra de toque do ato administrativo –a lei – mas com dispositivos que busquem resguardar a Administração de aventureiros ou de licitantes de competência estrutural, administrativa e organizacional duvidosa.

Recurso provido (Resp. nº 44.750-SP, rel. Ministro Francisco Falcão, 1ª T., unânime, DJ de 25.9.00)”

A inabilitação da licitante, ora recorrente, se deu pelo descumprimento de uma exigência previamente estabelecida no instrumento convocatório, na forma das legislações que regem sobre o assunto, e todos os atos dele decorrentes, deverão resguardar a vinculação ao instrumento convocatório para que surtam os efeitos legais desejados. O Princípio da vinculação ao instrumento convocatório, trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo. Nesse sentido, vale citar a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. E o artigo 43, inciso V, ainda exige

Rua XV de Novembro, 176 - Centro - Tanguá - RJ - CEP: 24.890-000
Tel./Fax: + 55 21 3637-7113 atendimento@fgcengenharia.com.br
www.fgcengenharia.com.br



02.892.559/0001-07
FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO
CIVIL LTDA.
Rua XV de Novembro, 176
Centro - CEP: 24.890-000
TANGUÁ - RJ

que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).

É o que posiciona a jurisprudência do STJ:

“A Administração Pública não pode descumprir as normas legais, tampouco as condições editalícias, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/93, art.41) REsp nº 797.179/MT, 1ª T., rel. Min.Denise Arruda, j. em 19.10.2006, DJ de 07.11.2006)” “Consoante dispõe o art. 41 da Lei 8.666/93, a Administração encontra-se estritamente vinculada ao edital de licitação, não podendo descumprir as normas e condições dele constantes. É o instrumento convocatório que dá validade aos atos administrativos praticados no curso da licitação, de modo que o descumprimento às suas regras deveria ser reprimido. (MS nº 13.005/DF, 1ª S., rel. Min. Denise Arruda, j.em 10.10.2007, DJe de 17.11.2008).”

Imperioso destacar ainda, que a recorrente descumpriu o exigido no item 9.1 do Termo de Referência, parte integrante e inseparável do edital em tela.

- Certidão Ambiental Expedida pelo INEA Declarando a Inexistência nos últimos 5 anos, de dívidas financeiras referentes à infrações ambientais praticadas pelo requerente. conforme Decreto Estadual 44.820 de 2 de Junho de 2014, em seu Artigo 18º, §1º Item V.;

A Certidão Ambiental do Inea vem sendo solicitada em diversos certames tanto na esfera federal, quanto estadual e municipal. Prova disto é que diversas empresas do ramo de coleta de resíduos a vem solicitando junto ao INEA, conforme pode ser conferido no site do INEA-RJ e, inclusive

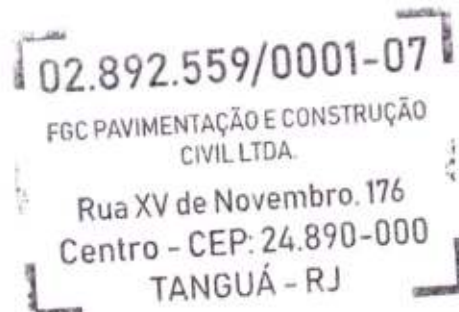
tanto esta contrarrazoante quanto a empresa Delurb apresentaram suas certidões de habilitação em seus envelopes de habilitação..

Outro fato importante que merece ser analisado é a certidão que a recorrente deixou de apresentar, trata das infrações ambientais. Documento este de suma importância para demonstrar que as empresas cumprem a legislação ambiental vigente. Principalmente, no caso das empresas que realizam os serviços de coleta e transporte de resíduos. Devido à complexidade dos serviços e as questões ambientais diretamente ligadas à atividade se faz necessário exigir documentos que comprovem que a empresa licitante cumpre a legislação ambiental vigente, resguardando com isto o órgão contratante.

Quando a Administração estabelece, no edital, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas e documentos para habilitação com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta/documentação ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os 12 princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou. Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital.

No mesmo sentido é a lição de José dos Santos Carvalho Filho:

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial. Mais importante ainda, é frisar que isoladamente não basta apenas buscar a competitividade em detrimento do tão almejado "menor preço", sem que haja a legalidade de um procedimento. A habilitação de uma licitante indevida, que fira os princípios da lei e não guarde conformidade com os requisitos estabelecidos pela Administração, é motivo para a nulidade de todo o procedimento licitatório.



Constitui ônus do licitante estar em dia com as exigências previstas no Edital do certame, que sabiamente vinculam as partes aos seus termos, não se tratando de exigência ilegal ou destituída de razoabilidade.

Desconsiderar tal fato significaria sim afrontar os princípios da isonomia, da legalidade, do julgamento objetivo e da vinculação ao Edital, consagrados no diploma Licitatório.

A Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso XXI, assegura a igualdade de condições a todos os concorrentes. Nesse quesito, o artigo 3º da Lei nº 8.666/93, estabelece que o procedimento licitatório destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, devendo ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoabilidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Desta forma conclui-se que, a recorrente não observou os termos do edital, que em razão do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, constitui lei entre as partes e sua observância é essencial para garantir a igualdade de tratamento que devem ser submetidos todos os licitantes, dado que suas cláusulas a todos obrigam o cumprimento.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital.

Por todo o exposto, conclui-se que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório. Pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere.

Dessa forma, não há qualquer razão para alterar a decisão já tomada, acertadamente, pelo Pregoeiro e comissão de Pregão do Município de Casimiro de Abreu e que respeita todos os princípios basilares dos certames licitatórios.

3- Do Pedido:

A Lei Federal nº 8.666, em seu artigo 3º, que dá a verdadeira amplitude constitucional do seu objetivo e fornece os subsídios necessários para uma interpretação sistemática da Lei de Licitações, institui: "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos".

Dado o julgamento exato que foi deferido por esse nobre Pregoeiro e demais membros da Comissão de Pregão, conforme demonstramos cabalmente em nossa explanação, solicitamos que essa Administração considere como indeferido o recurso da empresa AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS S.A., mantendo sua decisão proferida na ata da Reunião de Licitação realizada em 15/06/2023, que acabou por declarar a recorrente inabilitada.

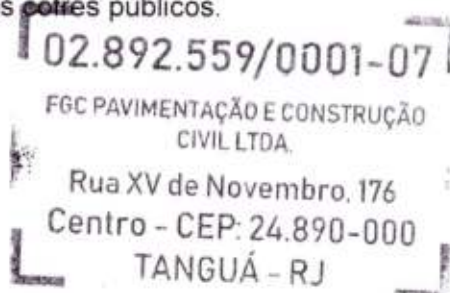
E é na certeza de poder confiar na sensatez dessa Administração, assim como, no bom senso da autoridade que lhe é superior, que estamos interpondo estas contrarrazões, as quais certamente serão deferidas, evitando assim, maiores transtornos e prejuízos aos cofres públicos.


Sendo o que se apresenta para o momento,

Cordialmente,



FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
CNPJ 02.892.559/0001-07
Solange Faria Rodrigues
CPF 029.969.977-35
RG 09725320-7 – DIC-RJ
Procuradora





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)


33.2.1168214-1

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Normal



Nº do Protocolo

00-2021/595148-4

JUCERJA

Útimo arquivamento:
33211682141 - 03/12/2021

NIRE: 33.2.1168214-1

FGC PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO CIVIL LTDA

Boleto(s):

Hash: F08E02D7-9DBE-422E-8AA0-9F4EDF3BAF77

Orgão	Calculado	Pago
Junta	414,00	414,00
DNRC	0,00	0,00

Nome

FGC PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO CIVIL LTDA

Código Ato

002

Eventos

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
023	2	Alteração / Abertura de Filial na UF da Sede
XXX	XX	XX
XXX	XX	XX
XXX	XX	XX

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR ADILERSON SILVEIRA ÁVILLA SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Município	Estado
00004664770	02.892.559/0001-07	Rua XV DE NOVEMBRO 0176	Centro	Tanguá	RJ
33901849810	02.892.559/0002-80	Avenida ANTONIO CARLOS DE SOUZA GUADELUPE 1020	BASILIO	Rio Bonito	RJ
33901849828	02.892.559/0003-60	Rua DOS MANDARINS 41	NOVA SILVA JARDIM	Silva Jardim	RJ
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX



Jorge Paulo Magdaleno Filho

SECRETÁRIO GERAL

Deferido em 10/12/2021 e arquivado em 10/12/2021

Nº de Páginas

23

Capa Nº Páginas

1/1

Observação:

FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

CNPJ (MF): 02.892.559/0001-07

NIRE: 33.2.1168214-1

6ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual:

MAXWELL SOARES GONÇALVES, de nacionalidade brasileira, nascido em 16/03/1972, filho de Maximino Adriano Gonçalves e de Maria Thereza Soares Gonçalves, solteiro, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade Profissional nº RJ-142313/D, expedida pelo CREA/RJ em 25/10/2016; inscrito no CPF/MF nº 031.240.717-35; residente e domiciliado na Rua Noronha Torrezão, 212 - Aptº 1.404, Santa Rosa - Niterói/RJ, CEP: 24240-182

Único sócio da Sociedade Limitada denominada "**FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**", com sede Rua XV de Novembro, 176 – Centro, Tanguá/RJ - CEP: 24890-000; devidamente inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 02.892.559/0001-07, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA sob o NIRE 33.2.1168214-1 em 03 de dezembro de 2021, resolve alterar o contrato social nos termos da Lei nº 10.406/2002 e das instruções estabelecidas no Capítulo II, Seção I, do Anexo IV da IN DREI nº 81 DE 10 de Junho de 2020, alterada pela IN DREI nº 55 de 02 de junho de 2021, sob as condições estabelecidas a seguir:

ITEM I - DO CAPITAL SOCIAL

O sócio **Maxwell Soares Gonçalves** resolve aumentar o capital social em mais R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

O aumento supracitado, é oriundo das contas de "Reservas de Aumento de Capital e de Lucros Acumulados" devidamente contabilizadas e discriminadas no último Balanço Patrimonial registrado na JUCERJA em 10/08/2021 sob o número 00004317026, sendo:

- R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões) da conta Reserva de Aumento de Capital; e
- R\$ 6.000.000,00 (seis milhões) da conta Lucros Acumulados.

Assim, o **capital social desta Sociedade Limitada (unipessoal)** que era de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), **passa a ser de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais)** que, doravante, será dividido em 150.000 (cento e cinquenta mil) de quotas no valor unitário de R\$ 100 (cem reais) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do país.

ITEM II - DO OBJETO SOCIAL

Doravante, esta Sociedade Limitada (unipessoal) terá por objeto social a prestação de serviços de *“construção e pavimentação de vias urbanas, ruas, praças, calçadas e locais para estacionamento de veículos, bem como, e sinalização com pintura em vias urbana; construção e recuperação de autoestradas, rodovias e outras vias não-urbanas para passagem de veículos; construção e recuperação de pistas de aeroportos; pavimentação de autoestradas, rodovias e outras vias não-urbanas; construção de pontes, viadutos e túneis, inclusive em pistas de aeroportos; instalação de barreiras acústicas; construção de praças de pedágio; sinalização com pintura em rodovias e aeroportos; instalação de placas de sinalização de tráfego e semelhantes; montagem ou instalação de sistemas de iluminação e sinalização em vias públicas, rodovias, portos e aeroportos; iluminação urbana e semáforos; iluminação de pistas de decolagem; instalação, alteração, manutenção e reparo em todos os tipos de construções de: sistemas de eletricidade (cabos de qualquer tensão, fiação, materiais elétricos, etc.); automação predial; atividades de gerenciamento e execução de obras através de contrato de construção por administração; atividades de direção e a responsabilidade técnica da obra; construção de edifícios residenciais; comerciais; industriais; reformas, manutenções correntes, complementações e alterações de edifícios de qualquer natureza; montagem de edifícios e casas pré-moldadas ou pré-fabricadas de qualquer material, de natureza permanente ou temporária; obras marítimas e fluviais, tais como: construção de instalações portuárias; portos e marinas; eclusas e canais de navegação; enrocamentos; obras de dragagem; aterro hidráulico; barragens, represas e diques; construção de emissários submarinos; instalação de cabos submarinos; conjunto de operações de escavação, transporte, depósito e necessárias à realização de uma obra; execução de escavações diversas para construção civil; derrocamentos (desmonte de rochas); nivelamento para a execução de obras viárias e de aeroportos; aluguel, com operador, de máquinas e equipamentos destinados aos serviços de terraplenagem manual, motorizada e compensada, greide, leito, subleito, corte aterro e para construção de rodovias; execução de fundações diversas para edifícios e outras obras de engenharia civil, inclusive a cravação de estacas; execução de reforço de fundações para edifícios e outras obras de engenharia civil; aluguel, com operador, de equipamentos para execução de fundações; construção de sistemas para o abastecimento de água tratada: reservatórios de distribuição, estações elevatórias de bombeamento, linhas principais de adução de longa e média distância e redes de distribuição de água; manutenção de redes de abastecimento de água tratada; manutenção de redes de coleta e de sistemas de tratamento de esgoto; perfuração e construção de poços de água; captação de água de chuva, rios, lagos, fontes, do subsolo, etc; tratamento e purificação da água para fins de abastecimento, tais como: desinfecção, coagulação, floculação, decantação, filtração, correção do pH e fluoretação; armazenagem em reservatórios e a distribuição de água através de uma rede permanente de linhas, tubulações e dutos (instalações de infraestrutura); operação de canais de irrigação; manutenção e reparação de tanques, reservatórios*

e cilindros metálicos para combustíveis, lubrificantes, gás comprimido, gás liquefeito, etc; manutenção de caldeiras geradoras de vapor (exceto para veículos); manutenção e reparação de economizadores, cilindros coletores e outros equipamentos auxiliares para utilização com geradores de vapor atividades de limpeza de piscinas; de fornos, incineradores, dutos de ventilação e de refrigeração de ar; de máquinas industriais; de ônibus, etc.; limpeza e conservação de ruas, logradouros, de acostamentos de estrada; capina; varredura e varrição de ruas; limpeza e tratamento de caixas de água e caixas de gordura; serviços esterilização em equipamentos médico-hospitalares e outros; esvaziamento, limpeza e desentupimento, de tanques de infiltração, fossas sépticas, galeria de águas pluviais, sumidouros e poços de esgoto; serviços de limpeza em sanitários químicos; tratamento e a disposição de resíduos perigosos em qualquer estado físico (sólido, líquido, pastoso, granulado, etc.) Transporte e distribuição de água tratada (potável) através de caminhões pipa; coleta de resíduos biológicos, tóxicos, hospitalares, pilhas, baterias usadas e resíduos perigosos em qualquer estado físico (sólido, líquido, pastoso, granulado, etc.) e que contenham substâncias ou formulações corrosivas, infecciosas, inflamáveis e demais; operação de estações de transferência e armazenamento para resíduos perigosos; identificação, tratamento, embalagem e rotulagem de resíduos perigosos para fins de transporte; transporte rodoviário de produtos considerados perigosos tais como: explosivos, gases, inflamáveis líquidos ou sólidos, substâncias oxidantes, tóxicas, biológicos ou infectantes, matérias radioativas ou corrosivas e outras similares; coleta de entulho, lixo público e resíduos da construção civil, resíduos sólidos urbanos e domiciliar, bem como de outros resíduos não-perigosos de origem doméstica, urbana ou industrial por meio de lixeiras, veículos, caçambas, compactador etc; transporte rodoviário de carga em geral, exceto de produtos perigosos e mudanças, dentro do município; locação de veículos rodoviários de carga com motorista, municipal; transporte rodoviário de cargas em geral, exceto de produtos perigosos, intermunicipal, interestadual e internacional; locação de veículos rodoviários de carga com motorista, intermunicipal, interestadual e internacional; transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento no âmbito municipal; operação de depósitos de lixo e aterros sanitários para a disposição de resíduos não-perigosos; eliminação de resíduos não-perigosos pela combustão ou incineração, com ou sem o objetivo de geração de eletricidade ou vapor, cinzas ou outros subprodutos para posterior aproveitamento; obtenção de compostos orgânicos para fertilização do solo a partir de processo de degradação biológica de resíduos orgânicos não-perigosos, tais como restos de alimentos, esterco animais, restos de culturas agrícolas, bem como a porção orgânica dos resíduos sólidos urbanos; trituração, limpeza e classificação de vidro; recuperação de aparas e desperdícios de papel, papelão, borracha (tais como pneus usados) para a produção de matéria-prima secundária; triagem e recuperação de materiais descartados da coleta domiciliar e seletiva; processamento de outros resíduos de alimentos, bebidas e fumo e substâncias residuais em matérias-primas secundárias; produção de gás derivado de fontes primárias de energia, por processos que envolvem reação química; por exemplo, o gás produzido de carvão vegetal ou hidrocarbonetos líquidos, como a nafta

(gás manufaturado); produção de combustíveis gasosos com determinado poder calorífico obtidos por purificação, mistura ou outros tratamentos a partir de gases de origens diversas; obtenção de gás a partir da decomposição biológica de matéria orgânica (restos agrícolas, esterco ou lixo doméstico); descontaminação através de métodos mecânicos, químicos ou biológicos, em solos e águas subterrâneas contaminadas; descontaminação de usinas e plantas industriais; neutralização de amianto, tinta e outros materiais perigosos; atividades especializadas no controle de outros tipos de contaminação; realização de empreendimentos imobiliários, residenciais ou não, provendo recursos financeiros, técnicos e materiais para a sua execução e posterior venda; exploração de edifícios-garagem, estacionamento e estacionamento de veículos; aluguel com operador ou serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras, tais como: elevadores de obras, empilhadeira, guindastes, gruas e outros; aluguel de máquinas e equipamentos para construção e para demolição sem operador, tais como: betoneiras, tratores, escavadoras, motoniveladoras e similares; locação de automóveis sem condutor ou motorista; locação de automóveis com motorista ou condutor; aluguel de fôrmas para concreto, andaimes e plataformas de trabalho sem montagem e desmontagem; plantio, tratamento e manutenção de jardins e gramados de: prédios residenciais, prédios públicos e semipúblicos como escolas, hospitais, igrejas, etc.; parques municipais, cemitérios, áreas verdes, etc.; prédios industriais e comerciais; quadras de esportes, playgrounds e parques recreacionais; piscinas, lagos, canais, etc.; plantio, tratamento e manutenção de plantas; poda e o plantio de árvores na área urbana; serviços técnicos, consultoria de engenharia e planejamento de obras, como a elaboração e gestão de projetos (estruturais, hidráulicos, instalações esportivas, elétricas, de obras viárias etc) e os serviços de inspeção técnica nas seguintes áreas: engenharia civil, hidráulica; engenharia elétrica, eletrônica, de minas, química, mecânica, industrial, de sistemas e de segurança, agrária, etc.; engenharia ambiental, engenharia acústica, etc.; supervisão de obras, controle de materiais e serviços similares; supervisão de contratos de execução de obras; supervisão e gerenciamento de projeto; vistoria, perícia técnica, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico de engenharia; atividades de análise e de estudos geológicos, geofísicos, hidrográficos, sismográficos, de prospecção e outros; atividades de assessoria e consultoria técnica em saúde e medicina do trabalho; em sistemas de segurança; em questões de sustentabilidade do meio ambiente; em qualidade e gestão; serviços técnicos de segurança do trabalho; fornecimento de recursos humanos e de serviços de gestão de recursos humanos a empresas clientes em questões referentes à folha de pagamento, impostos e outros assuntos relacionados aos recursos humanos; cessão de mão de obra temporária nas condições da legislação trabalhista; fornecimento de pessoal de apoio para prestar serviços em instalações prediais de clientes, desenvolvendo uma combinação de serviços, como a limpeza geral no interior de prédios, serviços de manutenção, disposição do lixo, serviços de recepção, portaria e outros serviços relacionados para dar apoio à administração e conservação das instalações dos prédios; serviços de limpeza geral e conservação de prédios de qualquer tipo: residências, escritórios, fábricas, armazéns, hospitais,

prédios públicos e outros prédios que desenvolvem atividades comerciais e de serviços; atividades de limpeza de janelas e de corredores externos; atividades de lavanderias de autosserviço; coleta e entrega de roupas para lavanderias e postos de recebimento de lavanderias; imunização, combate e controle de pragas urbana e vetores, serviços de dedetização, desratização, descupinização e similares; comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos; comércio atacadista de resíduos e sucatas não metálicos tais como: resíduos de lubrificantes usados, óleo combustíveis usados, resíduos de fiação, sacos usados, estopas, plástico e vidros usados, baterias e acumuladores usados e de outros resíduos industriais; comércio atacadista de materiais de construção em geral; serviços de gestão e operação de tráfego; serviços de traslado de passageiros entre terminais; serviços de motoristas autônomos constituídos como empresas; serviços técnicos especializados relacionados à engenharia e arquitetura tais como: aerofotogrametria, aerolevantamentos e projetos de gestão de águas; serviços de escritório e apoio administrativos, sob contrato, tais como: serviços de recepção, planejamento financeiro, contabilidade, arquivamento, preparação de material para envio por correio, etc.; manutenção e reparação de contêineres; oficina mecânica para manutenção e reparação de veículos automotores dentre os quais inclui: reparações mecânicas, reparações em sistemas de injeção eletrônica em automóveis, serviços de vidraçaria em automóveis, serviços de conversão de motores de veículos automotores, manutenção e reparação de tanques, reservatórios e cilindros metálicos para veículos automotores; serviços de lanternagem, funilaria e pintura de veículos automotores em geral; serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores; manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos para veículos automotores; serviços de lavagem e polimento de veículos automotores, lubrificação e troca de óleo automotivo; serviços de borracharia para veículos automotores instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores; serviços de recondicionamento de peças automotivas”.

CODIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO ESTABELECIMENTO ELEITO COMO SEDE (MATRIZ)

CNAE: 4213-8/00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas;

CNAE: 4211-1/01 - Construção de rodovias e ferrovias;

CNAE: 4211-1/02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos;

CNAE: 4329-1/04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos;

CNAE: 4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica;

CNAE: 4399-1/01 - Administração de obras;

CNAE: 4120-4/00 - Construção de edifícios;

CNAE: 4291-0/00 - Obras portuárias, marítimas e fluviais;

CNAE: 4313-4/00 - Obras de terraplenagem;

- CNAE: 4391-6/00** - Obras de fundações;
- CNAE: 4222-7/01** - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação;
- CNAE: 4399-1/05** - Perfuração e construção de poços de água;
- CNAE: 8129-0/00** - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente;
- CNAE: 3702-9/00** - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes;
- CNAE: 3822-0/00** - Tratamento e disposição de resíduos perigosos;
- CNAE: 3600-6/02** - Distribuição de água por caminhões;
- CNAE: 3812-2/00** - Coleta de resíduos perigosos;
- CNAE: 4930-2/03** - Transporte rodoviário de produtos perigosos;
- CNAE: 3811-4/00** - Coleta de resíduos não perigosos;
- CNAE: 4930-2/01** - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal;
- CNAE: 4930-2/02** - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;
- CNAE: 4929-9/01** - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal;
- CNAE: 3821-1/00** - Tratamento e disposição de resíduos não perigosos;
- CNAE: 3839-4/99** - Recuperação de materiais não especificados anteriormente;
- CNAE: 3900-5/00** - Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos;
- CNAE: 4110-7/00** - Incorporação de empreendimentos imobiliários;
- CNAE: 5223-1/00** - Estacionamento de veículos;
- CNAE: 4399-1/04** - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras;
- CNAE: 7732-2/01** - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;
- CNAE: 7711-0/00** - Locação de automóveis sem condutor;
- CNAE: 4923-0/02** - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista;
- CNAE: 8130-3/00** - Atividades paisagísticas;

CNAE: 7112-0/00 - *Serviços de engenharia;*

CNAE: 7119-7/02 - *Atividades de estudos geológicos;*

CNAE: 7490-1/99 - *Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente;*

CNAE: 7830-2/00 - *Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros;*

CNAE: 8111-7/00 - *Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais;*

CNAE: 8121-4/00 - *Limpeza em prédios e em domicílios;*

CNAE: 8122-2/00 - *Imunização e controle de pragas urbanas;*

CNAE: 4679-6/99 - *Comércio atacadista de materiais de construção em geral;*

CNAE: 5229-0/99 - *Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente;*

CNAE: 8211-3/00 - *Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;*

CNAE: 4520-0/01 - *Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores;*

CNAE: 4520-0/02 - *Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores;*

CNAE: 4520-0/03 - *Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores;*

CNAE: 4520-0/05 - *Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores;*

CNAE: 4520-0/06 - *Serviços de borracharia para veículos automotores;*

CNAE: 4520-0/07 - *Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores.*

ITEM III - DA ABERTURA DE FILIAIS

Ficam criadas 2 (duas) filiais desta sociedade, que serão estabelecidas nos endereços a seguir:

- **FILIAL Nº 1:** Avenida Antônio Carlos de Souza Guadalupe, 1020 – Basílio; Rio Bonito/RJ - CEP: 28.800-000;
- **FILIAL Nº 2:** Rua dos Mandarins, 41 - Nova Silva Jardim; Silva Jardim/RJ - CEP: 28820-000.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nas duas filiais ora criadas serão exercidas as “atividades de escritório e apoio administrativos, sob contrato, tais como: serviços de recepção, planejamento financeiro, contabilidade, arquivamento, preparação de material para envio por correio, etc.; exploração de edifícios-garagem e parques de estacionamento para veículos, por curta duração; manutenção e reparação de contêineres; manutenção e reparação de veículos automotores dentre os quais inclui: reparações mecânicas, reparações em sistemas de injeção eletrônica em automóveis, serviços de

vidraçaria em automóveis, serviços de conversão de motores de veículos automotores, adaptação de veículos para portadores de necessidades especiais, manutenção e reparação de tanques, reservatórios e cilindros metálicos para veículos automotores; serviços de lanternagem, funilaria e pintura de veículos automotores em geral; serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores; manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos para veículos automotores; serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores; serviços de borracharia para veículos automotores; instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores; instalação, manutenção e reparação de ar condicionado para veículos automotores; instalação ou substituição de peças e acessórios para veículos automotores; colocação de películas de insulfilm em veículos automotores; serviço de instalação de kits blindagem de veículos automotores”.

CODIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DOS ESTABELECIMENTOS ELEITOS COMO FILIAIS

CNAE: 8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;

CNAE: 5223-1/00 - Estacionamento de veículos;

CNAE: 3319-8/00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente;

CNAE: 4520-0/01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores;

CNAE: 4520-0/02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores;

CNAE: 4520-0/03 - Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores;

CNAE: 4520-0/05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores;

CNAE: 4520-0/06 - Serviços de borracharia para veículos automotores;

CNAE: 4520-0/07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores.

Em razão das modificações contratuais, o único sócio resolve consolidar o contrato social tornando sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo, passando a ter a seguinte redação.

FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

CNPJ (MF): 02.892.559/0001-07

NIRE: 33.2.1168214-1

CONTRATO SOCIAL

MAXWELL SOARES GONÇALVES, de nacionalidade brasileira, nascido em 16/03/1972, filho de Maximino Adriano Gonçalves e de Maria Thereza Soares Gonçalves, solteiro, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade Profissional nº RJ-142313/D, expedida pelo CREA/RJ em 25/10/2016; inscrito no CPF/MF nº 031.240.717-35; residente e domiciliado na Rua Noronha Torrezão, 212 - Aptº 1.404, Santa Rosa - Niterói/RJ, CEP: 24240-182;

Único sócio desta Sociedade Limitada, constituída nos termos do parágrafo primeiro do artigo 1.052 da Lei 10.406/2002 (Código Civil) e das instruções estabelecidas no Capítulo II, Seção I, do Anexo IV da IN DREI nº 81 DE 10 de junho de 2020, alterada pela IN DREI nº 55 de 02 de junho de 2021, regida por este Contrato Social por meio das cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO NOME EMPRESARIAL E TÍTULO DO ESTABELECIMENTO

A Sociedade Limitada, constituída sob a forma unipessoal, é conhecida pelo nome empresarial **FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**, bem como o nome de fantasia **FGC ENGENHARIA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA SEDE SOCIAL E OBJETO SOCIAL

Sem prejuízo da possibilidade de abrir ou fechar filial, ou qualquer dependência, mediante alteração deste ato constitutivo, na forma da lei, a sociedade atuará:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em estabelecimento eleito como **SEDE (MATRIZ)** situado na **Rua XV de Novembro, 176 – Centro - Tanguá/RJ - CEP: 24.890-000**, serão exercidas as seguintes atividades: *"serviços de construção e pavimentação de vias urbanas, ruas, praças, calçadas e locais para estacionamento de veículos, bem como, e sinalização com pintura em vias urbana; construção e recuperação de autoestradas, rodovias e outras vias não-urbanas para passagem de veículos; construção e recuperação de pistas de aeroportos; pavimentação de autoestradas, rodovias e outras vias não-urbanas; construção de pontes, viadutos e túneis, inclusive em pistas de aeroportos; instalação de barreiras acústicas; construção de praças de pedágio; sinalização com pintura em*

rodovias e aeroportos; instalação de placas de sinalização de tráfego e semelhantes; montagem ou instalação de sistemas de iluminação e sinalização em vias públicas, rodovias, portos e aeroportos; iluminação urbana e semáforos; iluminação de pistas de decolagem; instalação, alteração, manutenção e reparo em todos os tipos de construções de: sistemas de eletricidade (cabos de qualquer tensão, fiação, materiais elétricos, etc.); automação predial; atividades de gerenciamento e execução de obras através de contrato de construção por administração; atividades de direção e a responsabilidade técnica da obra; construção de edifícios residenciais; comerciais; industriais; reformas, manutenções correntes, complementações e alterações de edifícios de qualquer natureza; montagem de edifícios e casas pré-moldadas ou pré-fabricadas de qualquer material, de natureza permanente ou temporária; obras marítimas e fluviais, tais como: construção de instalações portuárias; portos e marinas;clusas e canais de navegação; enrocamentos; obras de dragagem; aterro hidráulico; barragens, represas e diques; construção de emissários submarinos; instalação de cabos submarinos; conjunto de operações de escavação, transporte, depósito e necessárias à realização de uma obra; execução de escavações diversas para construção civil; derrocamentos (desmonte de rochas); nivelamento para a execução de obras viárias e de aeroportos; aluguel, com operador, de máquinas e equipamentos destinados aos serviços de terraplenagem manual, motorizada e compensada, greide, leito, subleito, corte aterro e para construção de rodovias; execução de fundações diversas para edifícios e outras obras de engenharia civil, inclusive a cravação de estacas; execução de reforço de fundações para edifícios e outras obras de engenharia civil; aluguel, com operador, de equipamentos para execução de fundações; construção de sistemas para o abastecimento de água tratada: reservatórios de distribuição, estações elevatórias de bombeamento, linhas principais de adução de longa e média distância e redes de distribuição de água; manutenção de redes de abastecimento de água tratada; manutenção de redes de coleta e de sistemas de tratamento de esgoto; perfuração e construção de poços de água; captação de água de chuva, rios, lagos, fontes, do subsolo, etc; tratamento e purificação da água para fins de abastecimento, tais como: desinfecção, coagulação, floculação, decantação, filtração, correção do pH e fluoretação; armazenagem em reservatórios e a distribuição de água através de uma rede permanente de linhas, tubulações e dutos (instalações de infraestrutura); operação de canais de irrigação; manutenção e reparação de tanques, reservatórios e cilindros metálicos para combustíveis, lubrificantes, gás comprimido, gás liquefeito, etc; manutenção de caldeiras geradoras de vapor (exceto para veículos); manutenção e reparação de economizadores, cilindros coletores e outros equipamentos auxiliares para utilização com geradores de vapor atividades de limpeza de piscinas; de fornos, incineradores, dutos de ventilação e de refrigeração de ar; de máquinas industriais; de ônibus, etc.; limpeza e conservação de ruas, logradouros, de acostamentos de estrada; capina; varredura e varrição de ruas; limpeza e tratamento de caixas de água e caixas de gordura; serviços esterilização em equipamentos médico-hospitalares e outros; esvaziamento, limpeza e

desentupimento, de tanques de infiltração, fossas sépticas, galeria de águas pluviais, sumidouros e poços de esgoto; serviços de limpeza em sanitários químicos; tratamento e a disposição de resíduos perigosos em qualquer estado físico (sólido, líquido, pastoso, granulado, etc.) Transporte e distribuição de água tratada (potável) através de caminhões pipa; coleta de resíduos biológicos, tóxicos, hospitalares, pilhas, baterias usadas e resíduos perigosos em qualquer estado físico (sólido, líquido, pastoso, granulado, etc.) e que contenham substâncias ou formulações corrosivas, infecciosas, inflamáveis e demais; operação de estações de transferência e armazenamento para resíduos perigosos; identificação, tratamento, embalagem e rotulagem de resíduos perigosos para fins de transporte; transporte rodoviário de produtos considerados perigosos tais como: explosivos, gases, inflamáveis líquidos ou sólidos, substâncias oxidantes, tóxicas, biológicos ou infectantes, matérias radioativas ou corrosivas e outras similares; coleta de entulho, lixo público e resíduos da construção civil, resíduos sólidos urbanos e domiciliar, bem como de outros resíduos não-perigosos de origem doméstica, urbana ou industrial por meio de lixeiras, veículos, caçambas, compactador etc; transporte rodoviário de carga em geral, exceto de produtos perigosos e mudanças, dentro do município; locação de veículos rodoviários de carga com motorista, municipal; transporte rodoviário de cargas em geral, exceto de produtos perigosos, intermunicipal, interestadual e internacional; locação de veículos rodoviários de carga com motorista, intermunicipal, interestadual e internacional; transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento no âmbito municipal; operação de depósitos de lixo e aterros sanitários para a disposição de resíduos não-perigosos; eliminação de resíduos não-perigosos pela combustão ou incineração, com ou sem o objetivo de geração de eletricidade ou vapor, cinzas ou outros subprodutos para posterior aproveitamento; obtenção de compostos orgânicos para fertilização do solo a partir de processo de degradação biológica de resíduos orgânicos não-perigosos, tais como restos de alimentos, esterco animais, restos de culturas agrícolas, bem como a porção orgânica dos resíduos sólidos urbanos; trituração, limpeza e classificação de vidro; recuperação de aparas e desperdícios de papel, papelão, borracha (tais como pneus usados) para a produção de matéria-prima secundária; triagem e recuperação de materiais descartados da coleta domiciliar e seletiva; processamento de outros resíduos de alimentos, bebidas e fumo e substâncias residuais em matérias-primas secundárias; produção de gás derivado de fontes primárias de energia, por processos que envolvem reação química; por exemplo, o gás produzido de carvão vegetal ou hidrocarbonetos líquidos, como a nafta (gás manufaturado); produção de combustíveis gasosos com determinado poder calorífico obtidos por purificação, mistura ou outros tratamentos a partir de gases de origens diversas; obtenção de gás a partir da decomposição biológica de matéria orgânica (restos agrícolas, esterco ou lixo doméstico); descontaminação através de métodos mecânicos, químicos ou biológicos, em solos e águas subterrâneas contaminadas; descontaminação de usinas e plantas industriais; neutralização de amianto, tinta e outros materiais perigosos; atividades especializadas no controle de outros tipos de contaminação; realização de

empreendimentos imobiliários, residenciais ou não, provendo recursos financeiros, técnicos e materiais para a sua execução e posterior venda; exploração de edifícios-garagem, estacionamento e estacionamento de veículos; aluguel com operador ou serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras, tais como: elevadores de obras, empilhadeira, guindastes, gruas e outros; aluguel de máquinas e equipamentos para construção e para demolição sem operador, tais como: betoneiras, tratores, escavadoras, motoniveladoras e similares; locação de automóveis sem condutor ou motorista; locação de automóveis com motorista ou condutor; aluguel de fôrmas para concreto, andaimes e plataformas de trabalho sem montagem e desmontagem; plantio, tratamento e manutenção de jardins e gramados de: prédios residenciais, prédios públicos e semipúblicos como escolas, hospitais, igrejas, etc.; parques municipais, cemitérios, áreas verdes, etc.; prédios industriais e comerciais; quadras de esportes, playgrounds e parques recreacionais; piscinas, lagos, canais, etc.; plantio, tratamento e manutenção de plantas; poda e o plantio de árvores na área urbana; serviços técnicos, consultoria de engenharia e planejamento de obras, como a elaboração e gestão de projetos (estruturais, hidráulicos, instalações esportivas, elétricas, de obras viárias etc) e os serviços de inspeção técnica nas seguintes áreas: engenharia civil, hidráulica; engenharia elétrica, eletrônica, de minas, química, mecânica, industrial, de sistemas e de segurança, agrária, etc.; engenharia ambiental, engenharia acústica, etc.; supervisão de obras, controle de materiais e serviços similares; supervisão de contratos de execução de obras; supervisão e gerenciamento de projeto; vistoria, perícia técnica, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico de engenharia; atividades de análise e de estudos geológicos, geofísicos, hidrográficos, sismográficos, de prospecção e outros; atividades de assessoria e consultoria técnica em saúde e medicina do trabalho; em sistemas de segurança; em questões de sustentabilidade do meio ambiente; em qualidade e gestão; serviços técnicos de segurança do trabalho; fornecimento de recursos humanos e de serviços de gestão de recursos humanos a empresas clientes em questões referentes à folha de pagamento, impostos e outros assuntos relacionados aos recursos humanos; cessão de mão de obra temporária nas condições da legislação trabalhista; fornecimento de pessoal de apoio para prestar serviços em instalações prediais de clientes, desenvolvendo uma combinação de serviços, como a limpeza geral no interior de prédios, serviços de manutenção, disposição do lixo, serviços de recepção, portaria e outros serviços relacionados para dar apoio à administração e conservação das instalações dos prédios; serviços de limpeza geral e conservação de prédios de qualquer tipo: residências, escritórios, fábricas, armazéns, hospitais, prédios públicos e outros prédios que desenvolvem atividades comerciais e de serviços; atividades de limpeza de janelas e de corredores externos; atividades de lavanderias de autosserviço; coleta e entrega de roupas para lavanderias e postos de recebimento de lavanderias; imunização, combate e controle de pragas urbana e vetores, serviços de dedetização, desratização, descupinização e similares; comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos; comércio atacadista de resíduos e sucatas não metálicos tais como: resíduos de

lubrificantes usados, óleo combustíveis usados, resíduos de fiação, sacos usados, estopas, plástico e vidros usados, baterias e acumuladores usados e de outros resíduos industriais; comércio atacadista de materiais de construção em geral; serviços de gestão e operação de tráfego; serviços de traslado de passageiros entre terminais; serviços de motoristas autônomos constituídos como empresas; serviços técnicos especializados relacionados à engenharia e arquitetura tais como: aerofotogrametria, aerolevantamentos e projetos de gestão de águas; serviços de escritório e apoio administrativos, sob contrato, tais como: serviços de recepção, planejamento financeiro, contabilidade, arquivamento, preparação de material para envio por correio, etc.; manutenção e reparação de contêineres oficina mecânica para manutenção e reparação de veículos automotores dentre os quais inclui: reparações mecânicas, reparações em sistemas de injeção eletrônica em automóveis, serviços de vidraçaria em automóveis, serviços de conversão de motores de veículos automotores, manutenção e reparação de tanques, reservatórios e cilindros metálicos para veículos automotores; serviços de lanternagem, funilaria e pintura de veículos automotores em geral; serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores; manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos para veículos automotores; serviços de lavagem e polimento de veículos automotores, lubrificação e troca de óleo automotivo; serviços de borracharia para veículos automotores instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores; serviços de recondicionamento de peças automotivas”

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em estabelecimento eleito como **FILIAL** situado na **AVENIDA ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA GUADELUPE, 1020 – BASÍLIO; RIO BONITO/RJ - CEP: 28.800-000**, serão exercidas as seguintes atividades: “serviços de escritório e apoio administrativos, sob contrato, tais como: serviços de recepção, planejamento financeiro, contabilidade, arquivamento, preparação de material para envio por correio, etc.; exploração de edifícios-garagem e parques de estacionamento para veículos, por curta duração; manutenção e reparação de contêineres; manutenção e reparação de veículos automotores dentre os quais inclui: reparações mecânicas, reparações em sistemas de injeção eletrônica em automóveis, serviços de vidraçaria em automóveis, serviços de conversão de motores de veículos automotores, adaptação de veículos para portadores de necessidades especiais, manutenção e reparação de tanques, reservatórios e cilindros metálicos para veículos automotores; serviços de lanternagem, funilaria e pintura de veículos automotores em geral; serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores; manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos para veículos automotores; serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores; serviços de borracharia para veículos automotores; instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores; instalação, manutenção e reparação de ar condicionado para veículos automotores; instalação ou substituição de peças e acessórios para veículos automotores; colocação de películas de insulfilm em veículos automotores; serviço de instalação de kits blindagem de veículos automotores”.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em estabelecimento eleito como **FILIAL** situado na **RUA DOS MANDARINS, 41 - NOVA SILVA JARDIM; SILVA JARDIM/RJ - CEP: 28820-000**, serão exercidas as seguintes atividades: *"serviços de escritório e apoio administrativos, sob contrato, tais como: serviços de recepção, planejamento financeiro, contabilidade, arquivamento, preparação de material para envio por correio, etc.; exploração de edifícios-garagem e parques de estacionamento para veículos, por curta duração; manutenção e reparação de contêineres; manutenção e reparação de veículos automotores dentre os quais inclui: reparações mecânicas, reparações em sistemas de injeção eletrônica em automóveis, serviços de vidraçaria em automóveis, serviços de conversão de motores de veículos automotores, adaptação de veículos para portadores de necessidades especiais, manutenção e reparação de tanques, reservatórios e cilindros metálicos para veículos automotores; serviços de lanternagem, funilaria e pintura de veículos automotores em geral; serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores; manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos para veículos automotores; serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores; serviços de borracharia para veículos automotores; instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores; instalação, manutenção e reparação de ar condicionado para veículos automotores; instalação ou substituição de peças e acessórios para veículos automotores; colocação de películas de insulfilme em veículos automotores; serviço de instalação de kits blindagem de veículos automotores"*.

CODIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO ESTABELECIMENTO ELEITO COMO SEDE (MATRIZ)

CNAE: 4213-8/00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas;

CNAE: 4211-1/01 - Construção de rodovias e ferrovias;

CNAE: 4211-1/02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos;

CNAE: 4329-1/04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos;

CNAE: 4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica;

CNAE: 4399-1/01 - Administração de obras;

CNAE: 4120-4/00 - Construção de edifícios;

CNAE: 4291-0/00 - Obras portuárias, marítimas e fluviais;

CNAE: 4313-4/00 - Obras de terraplenagem;

CNAE: 4391-6/00 - Obras de fundações;

CNAE: 4222-7/01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação;

CNAE: 4399-1/05 - Perfuração e construção de poços de água;

CNAE: 8129-0/00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente;

CNAE: 3702-9/00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes;

CNAE: 3822-0/00 - Tratamento e disposição de resíduos perigosos;

CNAE: 3600-6/02 - Distribuição de água por caminhões;

CNAE: 3812-2/00 - Coleta de resíduos perigosos;

CNAE: 4930-2/03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos;

CNAE: 3811-4/00 - Coleta de resíduos não perigosos;

CNAE: 4930-2/01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal;

CNAE: 4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;

CNAE: 4929-9/01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal;

CNAE: 3821-1/00 - Tratamento e disposição de resíduos não perigosos;

CNAE: 3839-4/99 - Recuperação de materiais não especificados anteriormente;

CNAE: 3900-5/00 - Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos;

CNAE: 4110-7/00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários;

CNAE: 5223-1/00 - Estacionamento de veículos;

CNAE: 4399-1/04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras;

CNAE: 7732-2/01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;

CNAE: 7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor;

CNAE: 4923-0/02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista;

CNAE: 8130-3/00 - Atividades paisagísticas;

CNAE: 7112-0/00 - Serviços de engenharia;

CNAE: 7119-7/02 - Atividades de estudos geológicos;

CNAE: 7490-1/99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente;

CNAE: 7830-2/00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros;

CNAE: 8111-7/00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais;

CNAE: 8121-4/00 - Limpeza em prédios e em domicílios;

CNAE: 8122-2/00 - Imunização e controle de pragas urbanas;

CNAE: 4679-6/99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral;

CNAE: 5229-0/99 - Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente;

CNAE: 8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;

CNAE: 4520-0/01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores;

CNAE: 4520-0/02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores;

CNAE: 4520-0/03 - Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores;

CNAE: 4520-0/05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores;

CNAE: 4520-0/06 - Serviços de borracharia para veículos automotores;

CNAE: 4520-0/07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores.

CODIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DOS ESTABELECIMENTOS ELEITOS COMO FILIAIS

CNAE: 8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;

CNAE: 5223-1/00 - Estacionamento de veículos;

CNAE: 3319-8/00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente;

CNAE: 4520-0/01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores;

CNAE: 4520-0/02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores;

CNAE: 4520-0/03 - Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores;

CNAE: 4520-0/05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores;

CNAE: 4520-0/06 - Serviços de borracharia para veículos automotores;

CNAE: 4520-0/07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO INÍCIO E PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade iniciou as suas atividades no dia 26/11/1998 e o seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), dividido em 150.000 (cento e cinquenta mil) de quotas no valor unitário de R\$ 100 (cem reais) cada uma e encontra-se totalmente subscrito e integralizado pelo sócio **MAXWELL SOARES GONÇALVES** em moeda corrente do país.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A responsabilidade do sócio único é restrita ao valor de suas quotas, não havendo responsabilidade solidária pelas obrigações sociais, respondendo, no entanto, pela integralização do capital social.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Sobre as quotas acima, pesa a cláusula restritiva de incomunicabilidade e impenhorabilidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO

A administração desta sociedade compete ao sócio **MAXWELL SOARES GONÇALVES**, para ao que está dispensado da prestação de caução.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ao administrador compete o uso da firma, com poderes e atribuições para gerir e administrar os negócios da sociedade, representá-la ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, abrir, encerrar e movimentar contas bancárias, assumir obrigações, assinar e celebrar contratos, firmar compromissos profissionais de âmbito nacional ou internacional, confessar dívidas, fazer acordos, transigir, renunciar, desistir, adquirir, alienar e onerar bens imóveis, contratar e demitir funcionários, realizar compras de produtos ou tomar serviços de qualquer espécie (*dentro de um limite financeiro previamente estabelecido entre os sócios, quando houver*) e tudo o mais concernente à sociedade, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da sociedade, devendo ser especificados no instrumento de mandato, os atos

e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que, no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Poderão ser designados administradores não sócios, obedecendo ao disposto no art. 1.061 da Lei n.º 10.406/2002.

PARÁGRAFO QUARTO - A investidura de administrador designado em ato separado deverá obedecer às formalidades da legislação vigente.

PARÁGRAFO QUINTO - É expressamente vedado ao sócio ou aos administradores o uso da denominação social sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios, estranhos à atividade comercial, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças ou cauções de favor e quaisquer garantias de que natureza for, sendo nulo e inoperantes com relação a sociedade, os atos do sócio, procuradores ou empregados prepostos, que envolverem obrigações entranhas aos objetivos da sociedade. Ficando estabelecido que, aqueles que desobedecerem ao disposto neste parágrafo, responderá pessoalmente com seus bens particulares, com sua participação societária e tudo o mais que possa produzir numerário, para o pagamento das obrigações indevidamente assumidas pelo sócio ou administrador faltoso.

CLÁUSULA SEXTA - DO DESIMPEDIMENTO

O sócio administrador declara sob as penas da lei, não está incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a administração da sociedade em virtude de condenação criminal, nem está sendo processado, nem condenado em crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo e a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA REMUNERAÇÃO

O sócio administrador, poderá fixar uma retirada mensal, a título de “pró-labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA OITAVA - DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO PATRIMONIAL

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, será procedido à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao sócio, os lucros ou perdas apuradas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica a sociedade autorizada a levantar balanços ou balancetes intermediários em qualquer período do ano calendário, observadas as disposições legais, podendo inclusive, distribuir os resultados se houver e se for de interesse do sócio, inclusive a obrigação da reposição dos lucros, se eles forem distribuídos com prejuízo do capital.

CLÁUSULA NONA - DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

A sociedade poderá ser dissolvida por iniciativa do sócio que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio do sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RETIRADA, INTERDIÇÃO, INCAPACIDADE E FALÊNCIA

Em caso de retirada, interdição, incapacidade e falência do sócio, a sociedade não se dissolverá. A família do sócio interdito ou incapacitado, terá um prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar um substituto com poderes legais que possa responder pelo capital do sócio ausente ou, neste mesmo prazo, informar que não ficarão na sociedade, resgatando-se assim seus haveres tomando-se por base em Balanço Geral, especificadamente levantado para tal fim, no prazo de 60 (sessenta) dias do evento, e o pagamento será feito à vista, dado neste último caso, razão para dissolução. Em caso de falência dos sócios, as quotas do mesmo serão transferidas única e exclusivamente para o sócio remanescente, se houver, ou então ficará reservado em tesouraria até a sua aquisição pelo novo sócio no prazo máximos de 180 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FALECIMENTO DO SÓCIO

O falecimento do sócio não se dissolverá a sociedade, podendo o “de cujus” ser substituído pelos seus herdeiros, sucessores ou representante legal.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso não haja interesse dos herdeiros em continuar na sociedade, os haveres do sócio falecido serão apurados em balanço especial no prazo de até 60 dias a contar da data do falecimento, pagando-se aos seus herdeiros legítimos, o que lhe couber do Patrimônio Líquido da sociedade, acrescido do valor dos créditos em conta corrente que tiver na sociedade, dado neste último caso, razão para dissolução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OMISSÕES

Os casos omissos ao presente Instrumento, serão resolvidos pelas leis em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito do foro desta Comarca para dirimir qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

Pela exatidão do acima estipulado, os sócios assinam o presente instrumento, para que depois de registrado na JUCERJA, produza os efeitos legais, de acordo com a legislação em vigor.

Tanguá, 08 de dezembro de 2021.

MAXWELL SOARES
GONCALVES:03124071735

Assinado de forma digital por MAXWELL SOARES
GONCALVES:03124071735
Dados: 2021.12.09 01:07:13 -03'00'

MAXWELL SOARES GONÇALVES
CPF/MF nº 031.240.717-35



IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA FGC PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO CIVIL LTDA, NIRE 33.2.1168214-1, PROTOCOLO 00-2021/595148-4, ARQUIVADO EM 10/12/2021, SOB O NÚMERO (S) 33901849810 (DEMAIS CONSTANTES NA CAPA), FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
031.240.717-35	MAXWELL SOARES GONCALVES

10 de dezembro de 2021.

Jorge Paulo Magdaleno Filho

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
DIETRAM - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL



0350

Polegar Direito



Solange Faria Rodrigues
Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 09.725.320-7 DATA DE EMISSÃO 28/09/2018

NOME SOLANGE FARIA RODRIGUES

FILIAÇÃO OSVALDO RODRIGUES DE SOUZA

EDINA FARIA RODRIGUES

NATURALIDADE ITABORAÍ/RJ

DOC. ORDEM C. NASC LIV 00063A PLS 004 RJ

ITABORAÍ

CPF 029.969.977-35

001 2 Via

DATA DE NASCIMENTO 07/09/1971

TERM 0026687

0350

LEI Nº 7.116 DE 29.08.83

Cartório

1º Ofício

Tabelião: *Leonam Costa de Souza*

Rua Doutor Pereira Santos, 57, Centro, Itaboraí/RJ - CEP: 24800-041
Tel.: (21) 2635-1312

C E R T I D ã O

Recibo nº 390/2023

LEONAM COSTA DE SOUZA - Cadastro
06/1859, Tabelião do Serviço Notarial do 1º Ofício de
Justiça de Itaboraí/RJ, no uso de suas atribuições legais,
por designação da Portaria do CGJ nº 1812/2022

CERTIFICA e faz expedir para que produza os devidos e legais efeitos, pelo processo de reprodução por digitalização, certidão da **PROCURAÇÃO** lavrada nestas Notas, no Livro nº 105, folhas nº 146/147, ato nº 098, datada de 24/01/2022, cujo teor segue anexado a esta. O referido é verdade e dou fê. **Itaboraí, 26 de Janeiro de 2023.** Eu, (Thamires Soares Juarez) - Escrevente, matrícula nº 94/21003, digitei e conferi. Eu, (Denise da Silva Pereira Romão) - Substituta, cad.: 94/04620, o subscrevo e assino em público e raso.

Assinado digitalmente por:
DENISE DA SILVA PEREIRA
ROMÃO
CPF: 022.180.397-10
Certificado emitido por AC
CNDL RFB v3
Data: 26/01/2023 15:32:03
03:00

DENISE DA SILVA PEREIRA ROMÃO
SUBSTITUTA
Cad.: 94/04620



Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EDYK 43632 JUJ
Consulte a validade do selo em:
www4.tjrj.jus.br/Portal-Extrajudicial/consultaselo/

Emolumentos e custas: Buscas em livros ou papeis 19.10 - R\$1,12. Certidões extraídas de livros, papeis arquivados 16.1 - R\$26,05 - Outras Intimações, notificações e comunicações em geral R\$ 3,70 - Emolumentos R\$30,87; FETJ - R\$6,17; FUNDPERJ R\$1,53; FUNPERJ R\$1,53; FUNARPEN/RJ R\$1,22; ISS R\$1,53; PMCMV R\$ 0,09; selo R\$ 2,48; assinatura eletrônica R\$. 1,00. No valor total de **R\$46,42**.

Esse documento foi assinado por DENISE DA SILVA PEREIRA ROMÃO.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código 62NQU-TBBU3-56AUD-TEJPN





Serviço Notarial e Registral
Ofício de Itaboraí / RJ

146

José Carlos Soares Martins
Tabelião

Livro: 105

Ato: 098

Substituto:

PROCURAÇÃO BASTANTE, na
forma abaixo:

S A I B A M quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, aos vinte e quatro (24) dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois (2022), nesta cidade de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro, no Cartório do 1.º Ofício, situado à rua Dr. Pereira dos Santos n.º 57, Centro, do qual é Responsável pelo Expediente Aldaleia Machado Ferreira de Macedo, cadastro n.º 94/8206, perante mim Roberta Pereira Soares, Escrevente, cadastro n.º 94/17620, compareceu (ram) como outorgante (s), **outorgante, FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJMF sob o n.º 02.892.559/0001-07, com sede e foro à Rua XV de Novembro, n.º 176, Tanguá/RJ, representada, neste ato, por seu titular, **Maxwell Soares Gonçalves**, brasileiro, solteiro, maior, engenheiro civil, inscrito no CPFMF sob o n.º 031.240.717-35, portador da identidade profissional CREA/RJ n.º RJ-142313/D, expedida em 25/10/2016, residente e domiciliado na Rua Noronha Torreção, n.º 212, Apt. 1.404, Santa Rosa, Niterói/RJ, cuja representação se faz, conforme 6ª Alteração Contratual da Empresa de 08 de dezembro de 2021 e arquivado na JUCERJA sob o Nire n.º 332.1168214-1, que assim como o documento de identificação do seu titular fica por cópia arquivado nestas notas do que dou fé. E pela outorgante, na forma acima representada, me foi dito que, por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seus bastantes **procuradores, GILMAR DE ANDRADE CARVALHAES**, brasileiro, solteiro, maior, assistente de recursos humanos, inscrito no CPFMF sob o n.º 998.818.537-53, portador da identidade n.º 07339682-2 do IFP/RJ de 29/11/1984, residente e domiciliado à Travessa José Licério, s/n, Casa 42 – fundos, lote 05, Centro, nesta cidade; **SOLANGE FARIA RODRIGUES**, brasileira, solteira, maior, coordenadora de recursos humanos, inscrita no CPFMF sob o n.º 029.969.977-35, portadora da CNH registro n.º 00866591404 do DETRAN/RJ de 28/09/2018, constando da mesma a identidade n.º 097253207 DETRAN/RJ, residente e domiciliada à Rua Ary Reis, n.º 20, Centro, Tanguá-RJ; **WINNIE BRAGA BERTULEZA**, brasileira, solteira, maior, analista de documentação e licitação, inscrita no CPFMF sob o n.º 138.087.197-29, portadora da identidade n.º 07381257461 do DETRAN/RJ de 07/12/2019, residente e domiciliada à Rua B, n.º 28, Condomínio Anchieta III, Manilha, nesta cidade; **MARIA DOS ANJOS SANTOS MACHADO**, brasileira, viúva, analista de recursos humanos, inscrita no Rua Dr. Pereira dos Santos, 57 - Centro - Itaboraí - RJ - Cep 24.800-041
Tel.: 21 2635-3792 / 2635-1312 / 2635-2839 / E-mail: cart1oficio.ita@globo.com
CNPJ: 30.593.347/0001-56

Cartório

1º Ofício

Tabelião: *Leonam Costa de Souza*

Rua Doutor Pereira Santos, 57, Centro, Itaboraí/RJ – CEP: 24800-041
Tel.: (21) 2635-1312

CPFME sob o nº 379.010.447-72, portadora da identidade nº 81223580-2 do IFP/RJ de 23/04/1980, residente e domiciliada à Rua Pedro Azeredo, 143, Apt. 313, Edifício Palazzo Montechiari, Centro, nesta cidade; **LEANDRO SOARES DA SILVA**, brasileiro, casado, supervisor de frota, inscrito no CPFME sob o nº 098.638.447-05, portador da identidade nº 12.608.411-0 do DETRAN/RJ de 28/07/2005, residente e domiciliado à rua Dr. Pio Borges, 2.822, Apt. 1006, bloco 2, Barro Vermelho, São Gonçalo/RJ; **NATALIA ESTRELA DE OLIVEIRA**, brasileira, solteira, maior, assistente administrativa, inscrita no CPFME sob o nº 135.462.157-37, portadora da identidade nº 27644767-6 do DETRAN/RJ de 03/03/2011, residente e domiciliada à Rua Demerval Garcia de Freitas, nº 129, Centro, Tanguá/RJ; **MARILENE DE SOUZA SANTOS ALVES**, brasileira, casada, analista financeira, inscrita no CPFME sob o nº 107.682.217-73, portadora da identidade nº 20.679.372-1 do DETRAN/RJ de 26/06/2018, residente e domiciliada à Alameda Três, nº 24, Ampliação, Tanguá/RJ; e **PEDRO PAULO BARRETO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, maior, assistente administrativo, inscrito no CPFME sob o nº 169.381.697-05, portador CNHDETRANRJ registro nº 06560628443 de 19/04/2021, residente e domiciliado à Rua Miguel da Costa, 1894, Nova Cidade, nesta cidade, **que melhor se identificarão quando da apresentação desta**, com os mais gerais poderes para, em conjunto ou separadamente, independentemente da ordem de nomeação, representá-la perante às Repartições Públicas da órbita Federal, Estadual, Municipal, Autarquias, Receita Federal do Brasil, Prefeituras Municipais, DETRAN, CREA/RJ, INSS, Procuradoria Geral de Fazenda Nacional, Ministério do Trabalho, Secretaria da Receita Previdenciária, Secretaria do Estado e Fazenda e suas repartições, Fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas privadas, assinando e apresentando documentos, acompanhar processo, cumprir exigências, formular ofertas e lances de preços, impugnar, transigir, concordar, discordar, requerer, recorrer, declarar, fazer provas, assinar atas, contratos, conceder descontos, abatimentos, prorrogação de vencimentos, depositar e levantar caução, receber importâncias, dar quitação e assinar recibos, **representá-la** perante a Receita Federal, a fim de consultar certidões em nome da outorgante e resolver pendências, requerer parcelamento, e ainda, deliberar sobre balanço patrimonial e a demonstração do resultado da empresa, assinar livros fiscais, mercantis e autorização de impressão de documentos fiscais, podendo ainda, assinar todo ou qualquer documento para admissão ou demissão de funcionários, junto ao Ministério do trabalho, Previdência

Esse documento foi assinado por DENISE DA SILVA PEREIRA ROMAO.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código 62NQU-TBBU3-56AUD-TEJPN





Serviço Notarial e Registral
Ofício de Itaboraí / RJ

José Carlos Soares Martins
Tabelião

Livro: 105

147

Ato: 098

Substituto:

Social; assinar o que necessário for relativamente ao FGTS, PIS e RAIS, assinar declarações e fazer provas e recursos perante os negócios do Imposto de Renda, pagar impostos e taxas e reclamar devolução; enfim praticar todo e qualquer ato pertinente ao bom e fiel cumprimento do presente mandato do que dará ela outorgante tudo por bom firme e valioso. Os dados ou elementos contidos neste instrumento foram fornecidos e confirmados pelo (a) (s) outorgante (s), ficando este (a) (s) responsável (is) por sua veracidade, bem como por qualquer incorreção. Assim foi dito, do que dou fé, e me pediu (ram) e lhe (s) lavrei este instrumento, que lido em voz alta e clara e em tudo achado conforme, outorga (m), aceita (m) e assina, dispensando-se a presença de testemunhas. CERTIFICO que foram apresentados e se acham arquivados nestas notas os documentos a que se refere o Art. 253 da Consolidação Normativa do Estado do Rio de Janeiro Parte Extrajudicial, bem como que foi realizada, nesta data, a Consulta de Óbito em nome do (a) (s) outorgante (s), através do Módulo de Apoio aos Serviços Extrajudiciais (MAS) - nº (s) OGQC-01468924 - resultado: **NEGATIVO**. CERTIFICO que pelo presente ato, são devidas custas nos valores de R\$ 62,75 - Tabela 22, item nº 2, letra "b"; R\$ 12,84 - Tabela 16, item nº 4; R\$ 29,76 - Tabela 16, item nº 5; R\$ 21,07 - (FETJ - 20% - Lei nº 3217/99); R\$ 5,26 (FUNPERJ - 5% Lei Estadual 4664/05); R\$ 5,26 - (FUNDPERJ - 5% Lei Estadual 4664/05); R\$ 4,21 - (FUNARPEN/RJ 4% Lei Estadual 6281/12); R\$ 5,26 - (ISS); R\$ 1,25 - (Atos Gratuitos e PMCMV 2% Lei Estadual 6370/12) e R\$ 44,09 - Tabela 4 (Tabela 19, item nº 1), no valor total de R\$ 191,75. Eu, Roberta Pereira Soares (Roberta Pereira Soares), escrevente, lavrei, li e encerro o presente ato, colhendo a (s) assinatura(s) respectiva(s). E eu, Aldaleia Machado Ferreira de Macedo (Aldaleia Machado Ferreira de Macedo), Responsável pelo Expediente, o subscrevo.

Maxwell Soares Gonçalves - p/ outorgante

Selo Eletrônico Número: EDYK 43632 JUJ

Rua Dr. Pereira dos Santos, 57 - Centro - Itaboraí - RJ - Cep 24.800-041
Tel.: 21 2635-3792 / 2635-1312 / 2635-2839 / E-mail: cart1oficio.ita@giobo.com
CNPJ: 30.593.347/0001-56



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: 62NQU-TBBU3-56AUD-TEJPN

Este documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ DENISE DA SILVA PEREIRA ROMAO (CPF 022.180.397-10) em 26/01/2023 15:32

Para verificar as assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código de validação ou siga o link a abaixo:

<https://assinatura.e-notariado.org.br/validate/62NQU-TBBU3-56AUD-TEJPN>

De: Régis B. - SEMGOV - CPL

Para: SEMOHS-DOP - Departamento de Obras e Projetos

Data: 27/06/2023 às 07:35:43

Processo Administrativo nº 263/2023

Pregão Presencial nº 28/2023

OBJETO: Contratação de empresa legalmente habilitada para a execução dos SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES ATÉ A ESTAÇÃO DE TRANSBORDO DE TODO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU - RJ.

Recorrente: **FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**, estabelecida na Rua XV de Novembro, nº. 176, Centro, Tanguá/RJ, inscrita no CNPJ. nº 02.892.559/0001-07.

1 - DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

1.1 Da Tempestividade:

O aviso da Licitação referente ao Pregão Presencial nº 28/2023 foi publicado no Jornal Oficial do Município de Casimiro de Abreu no dia 23/05/2023 e no Jornal de grande circulação do Estado, Jornal EXTRA, no dia 20/05/2023 e, com abertura prevista para o dia 06/06/2023, às 09h:30min.

Tendo em vista que a fase de habilitação das empresas participantes do certame foi finalizada em 15/06/2023, o prazo para recurso expirou em 20/06/2023. O prazo de apresentação de contrarrazões foi aberto em 22/06/2023 e encerrado em 26/06/2023.

Preconiza o Edital, no item 9:

9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso.

9.1.1. Aos licitantes que manifestarem a intenção de recorrer, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso;

9.1.2. Aos demais licitantes, independentemente de intimação, será concedido igual prazo para apresentação de contrarrazões, o qual começará a contar a partir do término do prazo concedido ao recorrente.

O pregoeiro recebeu as contrarrazões recursais, protocolizadas sob o processo 5137/2023, em 26/06/2023, sendo o recurso considerado TEMPESTIVO.

1.2. Da representação.

Preliminarmente, foi verificado que o recorrente, **FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA** juntou os documentos pertinentes à representação.

2 . DOS ARGUMENTOS DO RECORRENTE

A recorrente apresenta suas contrarrazões solicitando que seja mantida a inabilitação da empresa AMI3 Soluções Ambientais e Transporte de Resíduos S. A., pelos motivos já expostos em ata, e solicita que seja considerada, para critério de inabilitação a não apresentação da Certidão Ambiental expedida pelo INEA, que teve exigência prevista no Termo de Referência, porém não fez parte das exigências do instrumento convocatório.

A recorrente alega ainda que o atestado de capacidade técnica apresentado e seus anexos não atendem às exigências para comprovação de aptidão técnica.

3. CONCLUSÃO:

Ante ao exposto, foi verificada na petição administrativa da recorrente, os requisitos mínimos exigíveis para análise da presente, quais sejam: a) Representatividade da Requerente; b) Exposição dos Motivos;

1. c) Fundamentação legal; e d) Formulação de pedidos.

Nestes termos conheço o pedido das contrarrazões recursais, por tempestivos. A fim de informar os demais participantes do certame, será encaminhado o link para acesso ao processo de recurso via e-mail.

Considerando todo o exposto, submeto a Secretaria Municipal de Obras para análise/revisão dos procedimentos e para que manifeste decisão referente a habilitação técnica. Após, encaminhar a Assessoria Jurídica para emissão de parecer.

—
Régis Silva Bento
Presidente CPL/Pregoeiro

Assinado digitalmente (emissão) por:

Assinante	Data	Assinatura
Régis Silva Bento	27/06/2023 07:35:54	1Doc RÉGIS SILVA BENTO CPF 121.XXX.XXX-00

Para verificar as assinaturas, acesse <https://casimirodeabreu.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **252B-3255-10E7-F914**

Protocolo 2- 5.139/2023

De: Vinícius S. - SEMOHS-DOP

Para: SEMOHSP - Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Serviços e Públicos

Data: 27/06/2023 às 10:59:05

Para Ciência [Rafael Jardim Pereira Ramos - SEMOHSP](#)

[Vitor Stutz Pinto - SEMOHS-DS](#)

[Cesar Tomas Miranda Goncalves - PGM/PJ](#)

—

Vinícius Macabú Soares

Mat 2632

Protocolo 3- 5.139/2023

De: Adriana C. - PGM/PJ

Para: PGM/GPL - Grupo de Processo e Licitação

Data: 06/07/2023 às 18:03:25

Encaminho para as medidas que o caso requer.

—
Adriana Bezerra Campos

*Portaria 1294/2021
Procuradora Geral*

Assinado digitalmente (emissão) por:

Assinante	Data	Assinatura
Adriana Bezerra Campos	06/07/2023 18:03:46	1Doc ADRIANA BEZERRA CAMPOS CPF 073.XXX.XXX-74

Para verificar as assinaturas, acesse <https://casimirodeabreu.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **CB79-39D0-91A3-9458**

Protocolo 4- 4.992/2023

De: Vinícius S. - SEMOHS-DOP

Para: SEMOHSP - Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Serviços e Públicos

Data: 27/06/2023 às 10:57:49

Para Ciência [Rafael Jardim Pereira Ramos - SEMOHSP](#)

[Vitor Stutz Pinto - SEMOHS-DS](#)

[Cesar Tomas Miranda Goncalves - PGM/PJ](#)

—

Vinícius Macabú Soares

Mat 2632

Protocolo 5- 4.992/2023

De: Vitor P. - SEMOHS-DS

Para: PGM/PJ - Grupo de Processos Judiciais - A/C Cesar G.

Data: 30/06/2023 às 12:13:46

Prezados,

Segue análise técnica em anexo.

Sem mais,

—

Vitor Stutz Pinto

Engenheiro Civil

CREA 2002100303

Anexos:

Analise_da_capacidade_tecnica_AMI3.pdf

Assinado digitalmente (emissão + anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Vitor Stutz Pinto	30/06/2023 12:14:31	1Doc	VITOR STUTZ PINTO CPF 093.XXX.XXX-66

Para verificar as assinaturas, acesse <https://casimirodeabreu.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **3A8A-E6D8-C8E4-D902**



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Rua Franklin José dos Santos, nº 156 – Centro
obras@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-2062



Processo Eletrônico nº 263/2023

Casimiro de Abreu, 29 de junho de 2023.

Em resposta ao recurso interposto pela empresa **AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS S/A** em relação a sua inabilitação no Pregão Presencial nº 28/2023, quanto a Documentação Técnica descrita no item (8.1.5.), cumpre-nos esclarecer o que segue:

8.1.5. - DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

a) Certidão de Registro da Empresa e de seu Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo, através de certidão de registro de pessoa jurídica, dentro da validade, em atendimento a resolução Confea n.º 413 de 20/06/1997, resolução n.º 266 de 15/12/2017 e resolução n.º 191 de 20/03/1970;

b) Prova de possuir no seu quadro permanente, na data do Certame, profissional de nível superior, Engenheiro Civil ou Ambiental detentor(es) de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando sua aptidão por já haver sido responsável técnico por atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA ou pelo CAU, limitado às parcelas de maior relevância sendo:

. Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos urbanos;

1.5.1. A comprovação de que o Profissional faz parte do QUADRO PERMANENTE DO LICITANTE se fará através do contrato social ou certidão simplificada da junta comercial do estado, quando o profissional for sócio da licitante; Através da cópia da carteira de trabalho ou da ficha de registro contendo a última alteração de salário, quando o profissional for empregado; Através de contrato de trabalho com vigência dentro do prazo para execução do objeto desta licitação ou por prazo indeterminado, ou contrato de prestação de serviços; ou no caso de empresas de economia de sociedade anônima, através de publicação na imprensa relativa à eleição, quando se tratar de diretor de empresa de capital aberto e/ou também, em todas as hipóteses, mediante a simples apresentação da Certidão de Registro junto ao CREA.



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Rua Franklin José dos Santos, nº 156 – Centro
obras@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-2062



6.1.5.2. Comprovação do licitante possuir, na data de realização do certame, Atestado QUANTITATIVO em nome da empresa onde comprove ter executado no mínimo 50% (5.669,46 Toneladas) do volume do contrato de um ano a ser contratado, através da apresentação certidão(ões) e/ou atestado(s) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, na forma estabelecida no Inciso II e §2º e 3º do artigo 30, da Lei Federal nº 8.666/1993. os referidos atestados deverão comprovar que a licitante possui capacidade técnico-operacional para executar na quantidade mínima, prazo e volume acima mencionado os serviços de:

. Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos urbanos

c) Comprovante de Licença emitida pela INEA – Instituto Estadual do Ambiente - ou Órgão Ambiental competente, de acordo com a Legislação vigente, compatível com o objeto da licitação;

d) Certificado de Registro expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, nos termos do Art. 17, inciso II, da Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, alterada pela Lei n.º 7.804 de 18 de julho de 1989, e Instrução Normativa do IBAMA n.º 97, de 05 de abril de 2006, a fim de comprovar que a licitante se encontra devidamente registrada no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras – CTF/APP;

e) Certificado de Regularidade da licitante junto ao CTF/APP – Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, expedido pelo IBAMA;

Conforme Termo de Referência:

- Certidão Ambiental Expedida pelo INEA Declarando a Inexistência nos últimos 5 anos, de dívidas financeiras referentes à infrações ambientais praticadas pelo requerente. conforme Decreto Estadual 44.820 de 2 de Junho de 2014, em seu Artigo 18º, §1º Item V.;

EMPRESA: AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS S/A CNPJ: 14.177.887/0001-00

a) Apresentou Certidão de Registro da Empresa e de seu Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;

b) Apresentou Profissionais no seu quadro permanente, na data do Certame, detentor(es) de certidão(ões) ou atestado(s), acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA, limitado às parcelas de maior relevância de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos;

c) Apresentou Licença Ambiental emitida pela INEA;



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Rua Franklin José dos Santos, nº 156 – Centro
obras@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-2062



d) Apresentou Certificado de Registro expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

e) Apresentou Certificado de Regularidade da licitante junto ao CTF/APP, expedido pelo IBAMA;

Conforme Termo de Referência:

Não apresentou Certidão Ambiental Expedida pelo INEA;

8.1.5.2. Os atestados Operacionais de serviços deverão comprovar que a licitante (empresa) possui capacidade técnico-operacional para executar a quantidade mínima de 50% (5.669,46 Toneladas), prazo (Período de 01 ano) e volume acima mencionado os serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos urbanos.

O Atestado Operacional apresentado pela empresa **AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA**, informa que foram recolhidos 2.016 toneladas de resíduos em um período de 6 meses após o 1º termo aditivo, o que não atenderia a exigência de habilitação. No entanto, o representante da empresa informou que tal quantitativo é referente a 2.016,00 ton/mês e que a informação foi inserida pelo emissor do atestado de forma incorreta. Outra informação que consta incorreto na CAT é a quantificação que está em dias (90 dias). Diante dos fatos, o pregoeiro solicitou que a empresa demonstre através das medições e sus respectivas notas fiscais do período de 09/01/20 à 09/07/20. Segue análise da documentação apresentada:

Atestado da Prefeitura Municipal de Seropédica:

O atestado traz o período de 90 (noventa) dias (09/01/20 à 07/04/20), tendo sido aditivado por mais 90 (noventa) dias (08/04/20 à 06/07/20), com descrição da seguinte forma: Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), Domésticos (Orgânicos e Inorgânicos), Transporte e destinação final (orgânicos e rejeitos) com o quantitativo de 2.016,00 toneladas.

Equipamentos Utilizados p/ Coleta do RSU: 06 (seis) Caminhões Compactador 15m³, 02 (dois) Caminhões Trucado basculante 12m³, 01 (um) Pá Mecânica e 01 (um) Pick-up com Caçamba cabine simples.

Segue Relatório apresentado c/ medições não atestadas e notas fiscais do Período de 180 dias c/ quantitativos executados:

(01/01/20 à 09/01/20) = 466,78 Toneladas

(09/01/20 à 31/01/20) = 1.504,35 Toneladas

(01/02/20 à 29/02/20) = 1.825,02 Toneladas

(01/03/20 à 31/03/20) = 1.676,26 Toneladas

(01/04/20 à 30/04/20) = 1.643,24 Toneladas



**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS,
HABITAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS**

Rua Franklin José dos Santos, nº 156 – Centro
obras@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-2062



(01/05/20 à 31/05/20) = 1.730,20 Toneladas

(01/06/20 à 30/06/20) = 1.890,12 Toneladas

(01/07/20 à 06/07/20) = 297,19 Toneladas

Total Período 09/01/20 à 06/07/20 = 10.566,38 Toneladas / 6 meses = 1.761,06 Ton/mês

CONCLUSÃO:

Analisando a nova documentação apresentada e confrontando com o Atestado Técnico Operacional apresentado no dia do certame, conclui-se:

Considerando que a média da Ton/mês apresentada (1.761,06 Ton) não é compatível com o informado no atestado técnico operacional (2.016,00 Ton);

Levando-se em consideração os Equipamentos utilizados na Coleta do RSU, onde descreve a utilização de 02 (dois) Caminhões tratorizados basculante de 15m³ e 01 (uma) Pá mecânica, entende-se que a empresa coleta resíduos volumosos e resíduos da Construção Civil – RCC, no mesmo contrato da coleta de resíduo domiciliar. As medições que foram apresentadas sem o devido atesto e assinatura, não possuem discriminações informando o tipo de resíduo sólido urbano coletado;

Considerando ainda, que após análise das medições, verificou-se duplicidade nos quantitativos medidos no dia 09/01/20, inclusive nas notas fiscais nº 1019 e nº 1053 apresentadas;

Diante dos fatos acima mencionados, essa equipe técnica entendi que o Atestado Técnico Operacional e documentos complementares apresentados, não serão considerados devido a falta de informações conclusivas para chegar ao real volume coletado, com isso a empresa **AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS, não atende a quantidade mínima de 50% (5.669,46 Toneladas)**, prazo (Período de 01 ano) e volume acima mencionado dos serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos urbanos, sendo considerada **Inabilitada no Pregão Presencial nº 28/2023, quanto a Documentação Técnica.**

Sem mais para o momento,

VITOR STUTZ PINTO
ENG. CIVIL CREA 2002100303
MAT. 2633

Protocolo 6- 4.992/2023

De: Rozilandi C. - PGM/PJ

Para: PGM/GPL - Grupo de Processo e Licitação

Data: 07/07/2023 às 10:45:20

Processo 4.992/2023

Encaminhamento para análise e provimento do Recurso.

—

Rozilandi Fonseca Pinto Couto

Subprocuradora - Geral

Protocolo 7- 4.992/2023

De: Rozilandi C. - PGM/PJ

Para: SEMOHSP - Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Serviços e Públicos - A/C Rafael R.

Data: 07/07/2023 às 10:48:54

PROCESSO ADMINISTRATIVO PRINCIPAL nº 263/2023 - PREGÃO PRESENCIAL –Nº 28/2023

Processo nº 4.992/2023 – Recurso AMI3 Soluções Ambientais e Transporte de Resíduos Ltda

Processo 5.001/2023 - Recurso Delurb Ambiental Ltda

Processo nº 5.136/2023 - Contrarrazões recursais – AMI3 Soluções Ambientais e Transporte de Resíduos Ltda

Processo nº 5.137/2023 Contrarrazões recursais – FGC Pavimentação e Construção Civil Ltda

Ilustríssimo Senhor, Secretário Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos,

Instada a se manifestar no feito na fase recursal do procedimento licitatório nº 28/2023, objetivando a Contratação de empresa legalmente habilitada para a execução dos SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES ATÉ A ESTAÇÃO DE TRANSBORDO DE TODO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU – RJ, esclareço que o provimento se encontra anexo, com fundamento no Artigo 38 da Lei 8.66/1993 e 7º da Lei Municipal 992/2005.

Será anexada uma cópia do provimento nos processos de Recursos e Contrarrazões recursais do procedimento em comento.

O parecer opinativo pelo Indeferimento dos Recursos e acolhimento das contrarrazões recursais, acompanhando a análise do Engenheiro, sendo que a decisão conclusiva do recurso é de competência de V. Senhoria, sendo a Autoridade Competente que autorizou o certame, nos termos do Artigo 16 da Lei Municipal nº 992/2005 c/c Artigo 6º do Decreto Municipal de Pregão Presencial e suas alterações posteriores, transcrevo o teor do dispositivo do citado Decreto, ***in verbis***:

Art. 6º- À autoridade competente designada de acordo com as atribuições estabelecidas na legislação específica vigente cabe:

I -determinar a abertura de licitação;

II -designar o pregoeiro, o pregoeiro substituto e os componentes da equipe de apoio, observado o que dispõe o §1º, do art. 3º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

III -decidir os recursos contra decisões que não tenham sido reconsideradas pelo pregoeiro;(g.n)

IV - homologar o resultado da licitação e promover a contratação

Diante do exposto, restituo os autos para decisão conclusiva da Autoridade Competente, em atendimento ao inciso III, do Artigo 6º do Decreto Municipal 1.800/2020, visando o prosseguimento do feito e a conclusão do certame.

Atenciosamente,

—
Rozilandi Fonseca Pinto Couto
Subprocuradora - Geral

Anexos:

Parecer_Recurso_Processo_263_2023_Contratacao_de_Servico_de_Coleta_e_Transporte_de_Lixo_Recurso_Delurb_x_Cont.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura
Rozilandi Fonseca Pinto Co...	07/07/2023 10:50:16	1Doc ROZILANDI FONSECA PINTO COUTO CPF 085.XXX.XX...

Para verificar as assinaturas, acesse <https://casimirodeabreu.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **0D19-EDE2-65E9-A82D**



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO PRINCIPAL nº 263/2023

PREGÃO PRESENCIAL –Nº 28/2023

Processo nº 4.992/2023 – Recurso AMI3 Soluções Ambientais e Transporte de Resíduos Ltda

Processo 5.001/2023 - Recurso Delurb Ambiental Ltda

Processo nº 5.136/2023 - Contrarrazões recursais – AMI3 Soluções Ambientais e Transporte de Resíduos Ltda

Processo nº 5.137/2023 Contrarrazões recursais – FGC Pavimentação e Construção Civil Ltda

EMENTA: LICITAÇÃO. LEI 8.666/93. PREGÃO PRESENCIAL. LEI 10.520/02. DECRETO 1.800/2019. L.C. 123/2006. CONTRATAÇÃO. COLETA E TRANSPORTE FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES CONVENCIONAIS. RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA A DECISÃO DE INABILITAÇÃO DA RECORRENTE E HABILITAÇÃO DA VENCEDORA.

I – PRELIMINARMENTE

Analisando o feito, bem como os desdobramentos da fase recursal, faz-se necessário tecer algumas abordagens de forma a antecipar qualquer julgamento impróprio sobre a condução dos trabalhos na fase recursal.

Notadamente o que se estar em discussão é a contratação de uma empresa para a execução de forma satisfatória do serviço referente à contratação de empresa legalmente habilitada para a execução dos **SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS**



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



DOMICILIARES ATÉ A ESTAÇÃO DE TRANSBORDO DE TODO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU – RJ, sem exageros ou demagogia, entende-se que o objeto em questão é de sua importância para a Administração Pública Municipal, pois se tem a urgência para a conclusão do certame e se busca com zelo uma contratação eficiente.

Restou claro da leitura do Estudo Técnico Preliminar que o objeto a ser contratado prescinde de um poder-dever do gestor de contratar um serviço que não poderá trazer prejuízo ao Município, aos Municípios e ao Meio Ambiente de forma geral, com a proteção dos direitos transindividuais.

O Código de Defesa do Consumidor possui, dentre as suas grandes características, o mérito e importância de ter definido, de forma objetiva, os chamados direitos transindividuais, tema do direito tão controvertido à época da publicação do referido código (anos 1990). A Lei nº 8.078/90 distinguiu os direitos metaindividuais entre Direitos Difusos, Direitos Coletivos e Direitos Individuais Homogêneos.

Os direitos difusos foram conceituados pelo Código de Defesa do Consumidor como direitos ou interesses “transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato” (art. 81, parágrafo único, inc. I).

A segunda espécie de direito metaindividual foi tratada pelo Código de Defesa do Consumidor como os direitos ou interesses “transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si, ou com a parte contrária por uma relação jurídica base” (art. 81, parágrafo único, inc. II), intitulados pelo CDC como Direitos ou Interesses Coletivos

Por fim, CDC trata dos Direitos Individuais Homogêneos conceituando-os como “os decorrentes de origem comum” (art. 81, parágrafo único, inc. III)

Pois bem, o objeto do presente certame em comento, enquadra-se nesta seara do direito, ou seja, a contratação não pode ser executada por empresa que não comprove sua aptidão técnica para a execução do mesmo, tendo em vista que essa situação poderá alcançar um resultado negativo, caso decorra de uma contratação desvantajosa para o Município, incorrendo o mesmo em arcar com prejuízo que supera a ordem de apenas um orçamento Municipal, pois o alcance se dará



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



com o desdobramento dos malefícios de uma contratação ineficiente ao meio ambiente e a coletividade de forma geral

Colaciono parte do trecho do E.T.P que alcança essa tese, vejamos:

3 COLETA, REMOÇÃO E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES:

Conforme definição apresentada pelo Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), entende-se como coleta o recolhimento dos resíduos acondicionados por quem os produz para encaminhá-los, mediante transporte adequado, a uma possível estação de transferência, a um eventual tratamento e à disposição final. Diversas fontes afirmam que o serviço de coleta de RSD é o componente monetariamente mais representativo dentre os serviços de limpeza pública, podendo compreender de 35% a 70% dos valores gastos com limpeza urbana. Geralmente, na limpeza urbana prevalece o conceito da economia em escala, quanto mais lixo o município gerar, menores são seus custos e preços unitários. Assim, o custo unitário dos serviços de limpeza de uma grande cidade, em geral, é menor do que o custo unitário de uma cidade pequena. Todavia, é tarefa complexa comparar o custo da coleta de lixo entre duas cidades, pois sempre há diferenças, não só em relação às características destas, como também em relação à própria operação dos serviços e dos equipamentos utilizados. É preciso saber como é a cidade, sua pavimentação, sua topografia, as peculiaridades do trânsito, a frequência da coleta considerada, a distância até o destino final, as condições de acesso para esse destino, o tipo de estação de transbordo utilizado, as especificações e inovações tecnológicas previstas para os veículos de coleta, além de inúmeras outras questões. Trata-se de uma variedade de fatores que influenciam a formação dos preços, por vezes inviabilizando uma comparação adequada.

Considerando que os **SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES ATÉ A ESTAÇÃO DE TRANSBORDO DE TODO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU – RJ** deriva de uma ação do governa que busca minimizar também qualquer hipótese de dano ambiental, a fase interna da Licitação foi instruída com (processo nº 263/2023) todos os arcabouços legais para uma contratação eficiente e satisfatória.

Neste sentido, foram realizadas todas as ponderações para se alcançar o universo dos potenciais licitantes aptos e capacitados, tendo em vista a importância do objeto, visando afastar uma possível contratação aventureira.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Com esse entendimento o Departamento Técnico da Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos instruiu o Termo de Referência com as exigências Técnicas previstas no item 9 e seus subitens, sendo recepcionado no subitem 8.1.5 do edital da Licitação, na Modalidade Pregão Presencial nº 28/2023, com julgamento **Menor Preço Global**.

Pode-se afirmar que cabe à Administração Pública o poder-dever que zelar pelos Diretos Transindividuais tutelados nesta contratação, pois o interesse Público evade à esfera do Município e vai além do território, para alcançar as ações necessárias para uma eficiente e promissora realização indireta dos **Serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares**, ou seja, o lixo é produzido no Município, mas a forma correta da coleta e transporte minimizarão os danos ambientais que poderão ser auferidos, caso não haja a prestação de um serviço satisfatório, pois se assim ocorrer, estar-se-ia comprometendo o Meio Ambiente.

Pautado nesta vertente, almeja-se que a futura contratação seja a mais vantajosa para o Município, com o **Menor Preço** e o **atendimento de todas as exigências do edital**, sendo certo que restará comprovada a vantajosidade com a junção desses dois requisitos.

Tecidas as informações preliminares, passamos para o relatório.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa **DELURB AMBIENTAL LTDA (Processo 5.001/2023)**, inscrita no CNPJ nº 02.892.559/0001-07, em face da decisão de sua inabilitação e consequente habilitação da proposta de preços da empresa **FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**, vencedora do certame.

Versa também sobre o Recurso Administrativo interposto pela empresa **AMI3 SOLUCOES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESIDUOS S/A (Processo 4.992/2023)**

Vieram os autos conclusos para análise das razões recursais bem como das contrarrazões recursais das Licitantes **FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA (Processo 5.137/2023)**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.892.559/0001-07 e **AMI3 SOLUCOES**



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS S/A (Processo 5.136/2023), inscrita no CNPJ sob o nº 14.177.887/0001-00, a pedido do Sr. Pregoeiro Oficial deste Município a fim de embasar a decisão do mesmo.

Por oportuno, esclarece-se que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos até a presente e está fundamentada no Artigo 38 da Lei 8.666/1993 e no Artigo 7º da Lei Municipal nº 992/2005, incumbe ao setor jurídico, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na análise da conveniência e oportunidade nos atos praticados no âmbito deste Município, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

Estudada a matéria, passo a análise das razões recursais de forma isolada para melhor dinâmica.

II – DO CERTAME LICITATÓRIO

Trata-se de Pregão deflagrado pelo Município de Casimiro de Abreu para *“contratação de empresa legalmente habilitada para a execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares até a estação de transbordo de todo Município de Casimiro de Abreu – RJ”*, com previsão de valor global de R\$ 5.271.576,96 (cinco milhões, duzentos e setenta e um mil, quinhentos e setenta e seis reais e noventa e seis centavos).

Conclusa a fase interna, a primeira fase externa foi inaugurada em 24/04/2023, com previsão de abertura em 11 de maio de 2023, horário da abertura às 09h30min, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação.

Na data de 02/05/2023 foi veiculado o aviso de adiamento na forma **Sine Die** para adequação do edital. Ocorrendo o aviso de republicação em 19/05/2023, com previsão da abertura da sessão inaugural em 06/06/2023, no mesmo local.

Neste espaço de tempo, o Edital foi impugnado pela Recorrente **DELURB AMBIENTAL LTDA** com a previsão de outros assuntos, nos autos do processo 2638/2023, após a análise foi julgada improcedente, com decisão fundamentada nos citados autos.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Considerando os fatos lavrados na Ata acima, foi apurado que as licitantes FGC Pavimentação e Construção Civil Ltda, M.G Griphos Comércio e Representação LTDA, Delurb Ambiental LTDA, AMI3 Ambientais e Transporte de Resíduos S.A e Ideal Coleta Ambiental LTDA, atenderam as exigências editalícias e foram consideradas Credenciadas, ao passo que as empresas Crystal Comércio e Serviços Empresarias LTDA e Asseio Distribuidora de Material de Limpeza LTD deixaram de cumprir o edital, restando ao Pregoeiro declarar a inaptidão das mesmas para o prosseguimento no certame.

Seguindo a leitura da Ata, obteve-se a informação que houve a abertura e análise dos requisitos das Propostas de Preços das Licitante Credenciadas. Realizados os exames da documentação, a proposta da empresa **M.G Griphos Comércio e Representação LTDA** não logrou êxito no atendimento do edital, sendo desclassificada a proposta da citada empresa.

O certame foi paralisado para prosseguimento da fase de lances. Houve o retorno no horário de 14:00 horas, do mesmo dia, com a continuidade das demais fases. Superada a sessão de lances, a licitante foi **Delurb Ambiental LTDA** apresentou a melhor lance (R\$ 3.947.000,00), com esse advento houve a abertura do envelope de documentação, na forma do trecho da ata colacionado abaixo:

<p style="text-align: center;">ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO Número da ATA: / (Sequência: 1)</p> <p>OBJETO DA LICITAÇÃO: Este Projeto Básico tem por objetivo estabelecer as diretrizes básicas, que deverão ser seguidas, na execução dos Serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares até a estação de transferência de todo Município de Casimiro de Abreu, por regime de preço unitário.</p> <p>Encerrada a fase de Credenciamento das licitantes, o Pregoeiro procedeu a abertura da Proposta de Preços, verificando suas conformidades, classificando e divulgando os preços citados. Ao final da fase de lances foi classificada em primeiro lugar, a proposta da empresa DELURB AMBIENTAL LTDA, conforme Ata de Lances e Quadro Comparativo constante desta Ata. Em seguida, foi aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante para confirmação das suas condições de habilitação. Registro-se a presença do Engenheiro Civil da Secretaria Municipal de Obras, Sr. Vitor Stutz, na fase de Habilitação para verificação da documentação técnica da empresa classificada em primeiro lugar. Após a verificação das exigências de habilitação, foi necessária a suspensão do certame para que fosse realizada uma análise minuciosa, por parte da Secretaria Municipal de Obras, dos Atestados de Capacidade Técnica apresentados. Registro-se que a qualificação fiscal e econômico-financeira da empresa DELURB AMBIENTAL LTDA encontra-se de acordo com as exigências do Edital. A data para divulgação do resultado de análise técnica será comunicada através de e-mail e pelo site oficial da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu. Nesta mais havendo a registrar, determino o encerramento da reunião e que fosse lavrada a competente ata que vai assinada pelos licitantes presentes e pela Equipe de Apoio.</p> <p style="text-align: right;">Casimiro de Abreu, 6 de Junho de 2023</p> <p>COMISSÃO:</p>
--

Diante dos termos da lavratura da Ata, a sessão foi paralisada para verificação da documentação Técnica da empresa acima citada. Do que foi apurado nos autos, restou claro que a



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Comissão não realizou a análise da documentação Técnica requerida 8.1.5, ficando à cargo do Corpo Técnico da Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Serviço Público, a atribuição de analisar e julgar a parte.

Para ilustrar, colaciona-se a exigência técnica, para melhor entendimento, *ipsis litteris*:

8.1.5. Documentação Técnica:

- a) Certidão de Registro da Empresa e de seu Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo, através de certidão de registro de pessoa jurídica, dentro da validade, em atendimento a resolução Confea n.º 413 de 20/06/1997, resolução n.º 266 de 15/12/2017 e resolução n.º 191 de 20/03/1970;
- b) Prova de possuir no seu quadro permanente, na data do Certame, profissional de nível superior, Engenheiro Civil ou Ambiental detentor(es) de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando sua aptidão por já haver sido responsável técnico por atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA ou pelo CAU, limitado às parcelas de maior relevância sendo:

Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos urbanos;

8.1.6. A comprovação de que o Profissional faz parte do QUADRO PERMANENTE DO LICITANTE se fará através do contrato social ou certidão simplificada da junta comercial do estado, quando o profissional for sócio da licitante; Através da cópia da carteira de trabalho ou da ficha de registro contendo a última alteração de salário, quando o profissional for empregado; Através de contrato de trabalho com vigência dentro do prazo para execução do objeto desta licitação ou por prazo indeterminado, ou contrato de prestação de serviços; ou no caso de empresas de economia de sociedade anônima, através de publicação na imprensa relativa à eleição, quando se tratar de diretor de empresa de capital aberto e/ou também, em todas as hipóteses, mediante a simples apresentação da Certidão de Registro junto ao CREA.

6.1.5.2 Comprovação do licitante possuir, na data de realização do certame, Atestado QUANTITATIVO em nome da empresa onde comprove ter executado no mínimo 50% do volume do contrato de um ano a ser contratado, através da apresentação certidão(ões) e/ou atestado(s) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, na forma



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



estabelecida no Inciso II e §2º e 3º do artigo 30, da Lei Federal nº 8.666/1993. os referidos atestados deverão comprovar que a licitante possui capacidade técnico-operacional para executar na quantidade mínima, prazo e volume acima mencionado os serviços de:

Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos urbanos

- c) Comprovante de Licença emitida pela INEA – Instituto Estadual do Ambiente - compatível com o objeto da licitação;
- d) Certificado de Registro expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, nos termos do Art. 17, inciso II, da Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, alterada pela Lei n.º 7.804 de 18 de julho de 1989, e Instrução Normativa do IBAMA n.º 97, de 05 de abril de 2006, a fim de comprovar que a licitante se encontra devidamente registrada no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras – CTF/APP;
- e) Certificado de Regularidade da licitante junto ao CTF/APP – Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, expedido pelo IBAMA;

Conclusa a análise Técnica da documentação da licitante, a sessão foi reiniciada no dia 15/06/2023, às 14:00 horas, na forma da Ata abaixo colacionada:



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Após a abertura dos envelopes, as propostas foram analisadas e os membros da Comissão de Licitação, designada pelo Edital nº 421/2023, para julgamento das propostas de preço das propostas habilitadas para fornecimento e/ou execução dos bens descritos no Processo Licitação nº 263/2023, Licitação nº 263/2023 - PR, na modalidade de PREÇO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se à leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos quinze dias do mês de junho de 2023 às 15:00h na sala de reuniões, reuniram-se o Pregoeiro e os membros da equipe de apoio, designada pelo Edital nº 421/2023, e o engenheiro CMI da Secretaria Municipal de Obras, Sr. Vitor Stutz Pinto, para divulgação do resultado do julgamento dos documentos de Habilitação da empresa DELURB AMBIENTAL LTDA e finalização do certame iniciado em 06/06/2023. Estiveram presentes a reunião os representantes das empresas FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, DELURB AMBIENTAL LTDA e AMI3 AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A. Dando início a sessão, o pregoeiro informou que a empresa DELURB AMBIENTAL LTDA foi considerada inabilitada por não ter cumprido com as exigências do item 8.1.5.2 do Edital, conforme relatório anexo emitido pela Secretaria Municipal de Obras. Diante do exposto foi aberto o envelope de Habilitação da segunda colocada, a empresa AMI3 AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A para verificação de suas condições de habilitação. Após verificação da documentação da empresa AMI3 AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A, foi constatado que a empresa apresentou a Certidão de Registro de Empresas, emitida na cidade de São Paulo, com a seguinte redação: "Esta empresa não está habilitada a atuar nas áreas de OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL, OBRAS CIVIS, ENGENHARIA AMBIENTAL, OBRAS DE ENGENHARIA AMBIENTAL, por não ter profissional R7 para as áreas, ficando sua atividade restrita às áreas de OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA QUÍMICA e advertida que deverá enquadrar-se nos termos do que determina o preceito acima mencionado". Por esse motivo, a empresa foi inabilitada. O atestado de capacidade técnica operacional da empresa, através das informações no corpo do documento, não atende ao quantitativo exigido no item 8.1.5.2 Comprovação de idoneidade pessoal, na data de realização do certame. Atestado QUANTITATIVO em nome da empresa sendo a mesma ter executado no mínimo 50% do volume do contrato de um ano a ser contratado, através da apresentação certidão(ões) e/ou atestado(ões) fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, na forma estabelecida no inciso II e 5º e 3º do artigo 30, da Lei Federal nº 8.886/1993. Os referidos atestados deverão comprovar que a licitante possui capacidade técnica operacional para executar na quantidade mínima, prazo e volume acima mencionado os serviços de: Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos urbanos". O atestado informa que foram recolhidos 2016 toneladas de resíduos em um período aproximado de 5 meses, o que não atende à exigência de habilitação. No entanto, o representante da empresa informou que tal quantidade é referente à 1 mês e que a informação foi inserida pelo emissor do atestado de forma incorreta. Cabe registrar ainda que a quantificação na CAT está em dias (80 dias). Diante dos fatos, o pregoeiro decidiu por solicitar à empresa que demonstre através das medições e suas respectivas notas fiscais do período de 08/01/2020 a 05/07/2020 o quantitativo dos resíduos coletados dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis. Registrando-se ainda que não foi apresentada a Certidão Ambiental Expedida pelo INEA solicitada no item 8.1 do Termo de Referência. Após a habilitação da empresa AMI3 AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A, foi aberto o envelope de habilitação da empresa FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. Analisadas as exigências de habilitação, a empresa foi considerada habilitada. Ao final do certame, a representante da empresa DELURB AMBIENTAL LTDA manifestou interesse em interpor recurso contra sua inabilitação, especificamente por não ter comprovado o atendimento do quantitativo mínimo exigido no período de um ano. O representante da empresa AMI3 AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A manifestou interesse em interpor recurso contra sua inabilitação, alegando que a inscrição no Registro da empresa no CREA, não o impossibilitaria de participar do certame. Nesse caso, havendo a regularização, determinou o Pregoeiro o adiamento de reunião a que fosse levada a competente ata que vai arrolar todos os licitantes presentes e pela Equipe de Apoio. O Fornecedor DELURB AMBIENTAL LTDA é o vencedor do item 1 do Processo 263/2023, o novo vencedor é: AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS, pelo motivo: O participante AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS vencedor do item 1 foi inabilitado pela documentação e o novo vencedor é FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.

Participante: 6849 - FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Item	Especificação	Un. Med.	Qtd. Cotada	Marca	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
1	Serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos	Serv	1,00		0,0000	4.149.000,00	4.149.000,00
Total do Participante							4.149.000,00
Total Geral							4.149.000,00

Considerando o teor da lavratura da Ata, a empresa Delurb Ambiental LTDA não atendeu na integralidade a exigência do subitem 8.1.5 do edital, restando ao Pregoeiro acompanhar a decisão do engenheiro **Vitor Stutz Pinto, inscrito no CREA/RJ 2002100303**, sendo divulgada na sessão a decisão de inabilitação da licitante, ora recorrente.

Na sequência houve a abertura do envelope de documentação da empresa AMI3 Soluções Ambientais e Transporte de Resíduos Ltda (R\$ 3.948.000,00), 2º colocada na ordem de classificação dos lances, a comissão procedeu com a abertura do envelope de documentação, sendo declarada inabilitada por conta do desatendimento de várias exigências do edital.

Após, houve a abertura da documentação da licitante classificada no 3º lugar, sendo a empresa FGC Pavimentação e Construção Civil Ltda (R\$ 4.149.000,00). A comissão procedeu com a abertura do envelope de documentação, feitas as vistorias documentais, a licitante foi declarada vencedora do certame.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Reitera-se que as análises dos documentos arrolados no subitem 8.1.5 foram realizadas pelo Engenheiro **Vitor Stutz Pinto, inscrito no CREA/RJ 2002100303**.

Após a divulgação da decisão do Pregoeiro a empresa Delurb Ambiental LTDA manifestou seu interesse para interposição de recurso contra a sua inabilitação, bem como a licitante AMI3 Soluções Ambientais e Transporte de Resíduos Ltda pelos motivos que ensejaram a sua inabilitação, sendo inaugurada a fase recursal, nos termos do Inciso XVIII do Artigo 4º, da Lei 10.520/2002.

IV - ANÁLISE DAS RAZÕES RECURSAIS DA LICITANTE AMI 3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS

A licitante apresentou suas razões recursais, em protesto pela decisão de Inabilitação proferida na sessão realizada no dia 15/06/2023, nos autos do processo 4.992/2023.

A Recorrente, na condição de 2º colocada na ordem de classificação dos lances, durante a fase da análise da documentação de habilitação foi considerada inabilitada, na conformidade do ato decisório colacionado no item II desta manifestação.

Colaciona-se a seguir os motivos que levaram à decisão de inabilitação da Recorrente:

Edital, conforme relatório anexo emitido pela Secretaria Municipal de Obras. Diante do exposto foi aberto o envelope de Habilitação da segunda colocada, a empresa AMI3 AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS S/A para verificação de suas condições de habilitação. Após verificação da documentação da empresa AMI3 AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS S/A, foi constatado a empresa apresentou a Certidão de Registro da Empresa, exigido na alínea 'a' item 8.1.5 com a seguinte restrição: "Esta empresa não está habilitada a atuar nas áreas de: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL/ OS ENGENHARIA AMBIENTAL/ OS ENGENHARIA AMBIENTAL por não ter profissional RT para as áreas, ficando sua atividade restrita as áreas de: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA QUÍMICA e advertida que deverá enquadrar-se nos termos do que determina o preceito acima mencionado". Por esse motivo, a empresa foi inabilitada. O atestado de capacidade técnica operacional da empresa, através das informações no corpo do documento, não atende ao quantitativo exigido no item "8.1.5.2 Comprovação do licitante possuir, na data de realização do certame, Atestado QUANTITATIVO em nome da empresa onde comprove ter executado no mínimo 50% do volume do contrato de um ano a ser contratado, através da apresentação certidão(ões) e/ou atestado(s) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, na forma estabelecida no Inciso II e §2º e 3º do artigo 30, da Lei Federal nº 8.666/1993. Os referidos atestados deverão comprovar que a licitante possui capacidade técnico-operacional para executar na quantidade mínima, prazo e volume acima mencionado os serviços de: Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos urbanos". O atestado informa que foram recolhidos 2016 toneladas de resíduos em um período aproximado de 6 meses, o que não atenderia a exigência de habilitação. No entanto, o representante da empresa informou que tal quantitativo é referente a 1 mês e que a informação foi inserida pelo emissor do atestado de forma incorreta. Cabe registrar ainda que a quantificação na CAT está em dias (90 dias). Diante dos fatos, o pregoeiro decidiu por solicitar a empresa que demonstre através das medições e suas respectivas notas fiscais do período de 09/01/2020 a 09/07/2020 o quantitativo dos resíduos coletados dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis. Registra-se ainda que não foi apresentada a Certidão Ambiental Expedida Pelo INEA solicitada no item 9.1 do Termo de Referência. Após a inabilitação da empresa AMI3 AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS S/A, foi aberto o envelope de



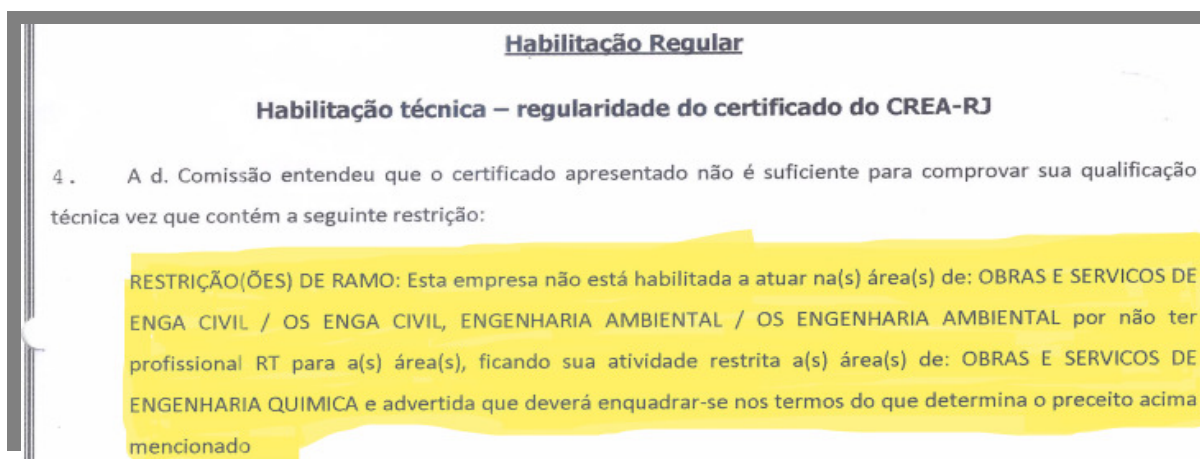
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Após a decisão de sua inabilitação a licitante **AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A**, através de seu representante, manifestou interesse de interpor recurso contra sua inabilitação, com fundamento no inciso XVIII do Artigo 4º da Lei nº 10.520/2002. Vejamos pontualmente sobre os argumentos da deliberação sobre a inabilitação da Recorrente:

DO DESATENDIMENTO DO SUBITEM 8.1.5



Redigimos o trecho da Ata para melhor compreensão, onde se menciona que “foi constatado que a empresa apresentou Certidão de Regularidade do certificado do CREA/RJ, exigido na alínea ‘a’ subitem 8.1.5 do edital, com a seguinte restrição: **“Esta empresa não está habilitada a atuar nas áreas de: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGA CIVIL/ OS ENGA CIVIL, ENGENHARIA AMBIENTAL/ OS ENGENHARIA AMBIENTAL por não ter profissional RT para as áreas, ficando sua atividade restrita as áreas de: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA QUÍMICA e advertida que deverá enquadrar-se nos termos do que determina o preceito mencionado.”**

Obteve-se o conhecimento da documentação da Recorrente, na certidão há a menção do Engenheiro Químico **Marcos André Josephino da Silva**, inscrito, CREA/RJ nº 2015007890, com as atribuições previstas no Artigo 17 da Resolução 218/73 CONFEA, na citada regulamentação consta o seguinte:

Art. 17 - Compete ao ENGENHEIRO QUÍMICO ou ao ENGENHEIRO INDUSTRIAL MODALIDADE QUÍMICA:



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



I - Desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à indústria química e petroquímica e de alimentos; produtos químicos; tratamento de água e instalações de tratamento de água industrial e de rejeitos industriais; seus serviços afins e correlatos.

Art. 1º - Para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondente às diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, ficam designadas as seguintes atividades:

Atividade 01 - Supervisão, coordenação e orientação técnica;

Atividade 02 - Estudo, planejamento, projeto e especificação;

Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica;

Atividade 04 - Assistência, assessoria e consultoria;

Atividade 05 - Direção de obra e serviço técnico;

Atividade 06 - Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;

Atividade 07 - Desempenho de cargo e função técnica;

Atividade 08 - Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação Técnica; extensão;

Atividade 09 - Elaboração de orçamento;

Atividade 10 - Padronização, mensuração e controle de qualidade;

Atividade 11 - Execução de obra e serviço técnico;

Atividade 12 - Fiscalização de obra e serviço técnico;

Atividade 13 - Produção técnica e especializada;

Atividade 14 - Condução de trabalho técnico;

Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;

Atividade 16 - Execução de instalação, montagem e reparo;

Atividade 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação;

Atividade 18 - Execução de desenho técnico.

Como se depreender do dispositivo regulamentados as atividades do profissional foram arroladas acima, não havendo menção de forma expressa da atividade correlata ao objeto da Licitação. O citado engenheiro apresentou sua Certidão de Registro Profissional nº 60714/2023, com a validade até 31/12/2023.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Na documentação apresentada no certame foi juntada a documentação referente à contratação do engenheiro civil, **Alexandre da Natividade Pereira, CREA/RJ 200293190**, bem como seu registro no CREA/RJ e o contrato particular de Prestação de Serviço de Engenharia.

DOS ARGUMENTOS DA RECORRENTE

Após a fase de habilitação, a empresa **AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A**, através de seu representante, manifestou interesse de interpor recurso contra sua inabilitação.

Vejamos o que o Engenheiro da Municipalidade aduziu sobre o assunto: “*O atestado de capacidade técnica operacional da empresa, através das informações no corpo do documento, não atende o quantitativo exigido no item ‘6.1.5.2 Comprovação do licitante possuir, na data de realização do certame, Atestado QUANTITATIVO em nome da empresa onde comprove ter executado no mínimo 50% do volume do contrato de um ano a ser contratado, através de apresentação certidão(ões) e/ou atestado (s) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, na forma estabelecida no inciso II e §2º e 3º do artigo 30, da Lei Federal nº 8.666/1993. Os referidos atestados deverão comprovar que a licitante possui capacidade técnico-operacional para executar na quantidade mínima, prazo e volume acima mencionado os serviços de: Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos’.*

E, ainda, em outro trecho da decisão:

“O atestado informa que foram recolhidos 2016 toneladas de resíduos em um período aproximado de 6 meses, o que não atenderia a exigência de habilitação. No entanto, o representante da empresa informou que tal quantitativo é referente a 1 mês e que a informação foi inserida pelo emissor do atestado de forma incorreta. Cabe registrar ainda que a quantificação na CAT está em dias (90 dias). Diante dos fatos, o pregoeiro decidiu por solicitar empresa que demonstre através das medições e suas respectivas notas fiscais do período de 09/01/2020 a 09/07/2020 o quantitativo dos resíduos coletados dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis.”



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Além dos apontamentos acima colacionados, registra-se ainda que não houve a comprovação da regularidade Ambiental Expedida pelo INEA, solicitada no subitem 9.1.1 do Termo de referência. Posto isto, conclui-se pela observância das exigências do Instrumento Convocatório, tendo em vista que o conselho profissional vedou à Recorrente a capacidade Técnica para a execução do objeto da Licitação.

Em suma pode-se obter o resumo dos argumentos com as seguintes conclusões:

Da Habilitação Técnica – Regularidade do Certificado do CREA/RJ

A Licitante interpôs o recurso almejando a reforma da decisão desfavorável de sua inabilitação, proferida na sessão realizada no dia 15/06/2023, assevera que a mesma deve ser a vencedora do certame. Para subsidiar as suas razões recursais a Recorrente fundamentou a tese na Resolução do CONFEA 218/1973, na jurisprudência do TCE/RJ E NA Lei Federal 8.666/1993.

Percebe-se que a petição foi sucinta, clara e objetiva, bem como foi instruída com um volume expressivo de documentação, presentes nos autos do processo 4.992/2023.

A Recorrente sustenta que o certificado apresentado atende a exigência do subitem 8.1.5, alínea “a” do edital, pois em sua defesa asseverou que o engenheiro químico pode ser responsável técnico pelos serviços de coleta, alegou ainda que a certidão do CREA/RJ é passível de mudança a qualquer tempo.

Neste contexto, colaciono parte da certidão do CREA/RJ da licitante, vejamos:



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



RESPONSÁVEL(ES) TÉCNICO(S):

MARCOS ANDRÉ JOSEPHINO DA SILVA VIEIRA
RNP: 2015007890 Registro: 2015135677 expedido em 07/01/2018
TÍTULO: ENGENHEIRO QUÍMICO
Atribuição: RES 218/73 - ART 17(AT.01 A 18)
Inclusão como QT: 25/08/2021 Inclusão como RT: 25/08/2021
Ramo Atividade: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA QUÍMICA / OS ENG QUÍMICA

RESTRIÇÃO(ÕES) DE RAMO: Esta empresa não está habilitada a atuar na(s) área(s) de: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGA CIVIL / OS ENGA CIVIL, ENGENHARIA AMBIENTAL / OS ENGENHARIA AMBIENTAL por não ter profissional RT para a(s) área(s), ficando sua atividade restrita a(s) área(s) de: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA QUÍMICA e advertida que deverá enquadrar-se nos termos do que determina o preceito acima mencionado.

FINALIDADE DA CERTIDÃO: Fins de concorrência pública

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica nº 72787/2023
Emitida às: 13/06/2023 08:38 (hora de Brasília)
Código de controle do comprovante: 0.5490661162391289

A capacidade técnica profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos dados técnicos dos profissionais inscritos no seu quadro técnico.
A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do CREA-RJ (www.crea-rj.org.br).
A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Esta certidão poderá ser utilizada caso não ocorra qualquer alteração posterior nos dados cadastrais desta certidão, desde que não representem a situação correta ou atualizada do registro.
Fica reservado ao CREA-RJ o direito de cobrar qualquer importância que venha a ser considerada devida.
Válida em todo território nacional.

A recorrente alega que a restrição que determina que a empresa poderá executar apenas atividades de Obras e Serviços de Engenharia Química, no seu Registro de Pessoa Jurídica (p. 22 da peça recursal) emitido pelo CREA, não a privaria de ser habilitada para o certame em questão.

A recorrente entende que a declaração de inclusão do engenheiro civil no quadro técnico suprimiria a restrição no Registro da Pessoa Jurídica no CREA-RJ.

A Recorrente também foi inabilitada por conta da restrição contida em seu Registro, sendo claro que o Conselho faz o registro atrelado ao profissional vinculado na empresa, bem como restringe a atividade de acordo com o responsável Técnico inscrito, nos termos da Resolução nº 1.121/2029 do CONFEA. Sobre a inscrição os Artigos 2º e 3º mencionam o seguinte:

Art. 2º O registro é a inscrição da pessoa jurídica nos assentamentos do Crea da circunscrição onde ela inicia suas atividades envolvendo o exercício de profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea.

Art. 3º O registro é obrigatório para a pessoa jurídica que possua atividade básica ou que



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



execute efetivamente serviços para terceiros envolvendo o exercício de profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea.

No caso em comento, entende-se que para haver a alteração na certidão da Licitante, haverá a necessidade de inclusão do profissional, nos termos do Artigo 20 da Resolução 1121/2019 CONFEA, com a seguinte redação:

Art. 20. A inclusão de profissionais no quadro técnico da pessoa jurídica deverá ser informada ao Crea com a apresentação do número da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de cargo ou função, já registrada.

Em que pese a Licitante apresentar em seu envelope a documentação do engenheiro civil **Alexandre da Natividade Pereira, CREA/RJ 200029319-0**, não houve a alteração do ramo de atividade da empresa junto ao Órgão fiscalizador e responsável pela emissão do documento. Insta salientar que o Artigo 20 da citada regulamentação prescreve de maneira clara a obrigatoriedade da inclusão do profissional no quadro Técnico.

A Recorrente informou também que cumpriu as exigências quando da apresentação da Declaração contida no Anexo XIII do edital, vinculando de forma expressa o profissional na fase da contratação.

Na fase recursal o Recorrente juntou outros documentos, visando instruir complementarmente os autos, sem, contudo, haver a juntada da documentação na forma complementar à apresentada no certame que ensejou sua inabilitação.

Sobre a regularidade do certificado, entende-se que a vedação alcança o objeto da contratação do certame em comento, ao passo que nesta fase o engenheiro se pronunciou da seguinte forma:

EMPRESA: AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS
S/A CNPJ: 14.177.887/0001-00

a) Apresentou Certidão de Registro da Empresa e de seu Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



b) **Apresentou Profissionais no seu quadro permanente, na data do Certame, detentor(es) de certidão(ões) ou atestado(s), acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA, limitado às parcelas de maior relevância de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos;**

c) Apresentou Licença Ambiental emitida pela INEA;

d) Apresentou Certificado de Registro expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

e) Apresentou Certificado de Regularidade da licitante junto ao CTF/APP, expedido pelo IBAMA;

Conforme Termo de Referência: Não apresentou Certidão Ambiental Expedida pelo INEA;

Ocorre que o art. 30, § 1º, I, da Lei 8.666/1993, que trata das regras de qualificação técnica das licitações públicas, estabelece que as empresas interessadas em participar dos certames devem **“possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica (...)”**. (grifei)

No tocante ao assunto do enquadramento dos responsáveis técnicos no quadro permanente das respectivas licitantes, O TCU, por meio do Acórdão 1.084/2015-TCU-Plenário, decidiu na conformidade do enunciado abaixo transcrito:

Enunciado

É irregular, para fins de habilitação técnico-profissional, a exigência de que o responsável técnico pela obra pertença ao quadro permanente de funcionários da licitante (artigos 3º, § 1º, inciso I, e 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993).

Também, por meio do Acórdão 1.446/2015, o Plenário do TCU deixou claro que constitui irregularidade da Administração Pública impedir que outros documentos, além da carteira de trabalho, sejam apresentados pelas licitantes para comprovar o vínculo profissional.

Enunciado

A comprovação do vínculo profissional do responsável técnico com a licitante, prevista no art. 30 da Lei 8.666/1993, deve admitir a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), do contrato social do licitante, do contrato de prestação de serviço ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste (grifei)



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Em síntese, a Administração Pública, ao realizar uma licitação, deve permitir que as licitantes apresentem qualquer um dos seguintes comprovantes de vínculo profissional: 1. cópia da carteira de trabalho (CTPS) do responsável técnico; 2. contrato social da licitante, do qual conste o responsável técnico como integrante da sociedade; 3. contrato de prestação de serviço; e 4. declaração de contratação futura do responsável técnico detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste.

Fazendo coro à jurisprudência do TCU, o TCE/RJ 106.956-8/22 proferiu a seguinte Enunciado:

ENUNCIADO

Não deve ser exigido vínculo empregatício preexistente entre o profissional e a empresa licitante para fins de comprovação de qualificação técnico-profissional. O edital deve permitir qualquer meio apto a comprovar que, quando da contratação, a empresa licitante possuirá equipe técnica qualificada e disponível para a execução do objeto licitatório, a exemplo de apresentação de declaração de compromisso de disponibilidade.

Revendo a documentação apresentada na ocasião do certame, entende-se que a regularidade da contratação com o profissional Técnico CRE/RJ foi comprovada, bem como a inclusão do Profissional com os atestados e a comprovação de vínculo nos moldes da jurisprudência do TCU e TCE/RJ, neste quesito, entendemos que a decisão foi correta, pois o licitante apresentou a regularidade com o profissional (o engenheiro químico), tendo a vedação, no entanto, fez prova da contratação do engenheiro Civil, por meio de contrato particular e juntou Declaração do Anexo XIII, para fazer prova da capacidade tecno-profissional, nos termos do subitem 8.1.5 do edital (Artigo 30, §1º e inciso I da Lei Federal nº 8.666/1993).

Da Habilitação Técnica – Atestado de Capacidade Técnica

A Recorrente assevera em sua petição que sua inabilitação foi indevida, ocorre que edital foi objetivo na redação do subitem 6.5.1.2, quando trouxe a exigência de quantitativo de 50% (5.6669,46 toneladas), no prazo (período igual ao da contratação inicial - 01 ano).

Inicialmente, cabe aqui tecer alguns comentários necessários, pois foi pontuado na Ata de realização do certame o seguinte trecho:



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



verificação de suas condições de habilitação. Após verificação da documentação da empresa AMBIO AMBIENTAL E TRANSPORTE DE RESÍDUOS S/A, foi constatado a empresa apresentou a Certidão de Registro da Empresa, exigida na alínea 'a' item 8.1.5 com a seguinte restrição: "Esta empresa não está habilitada a atuar nas áreas de: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGA CIVIL/ OS ENGA CIVIL, ENGENHARIA AMBIENTAL/ OS ENGENHARIA AMBIENTAL por não ter profissional RT para as áreas, ficando sua atividade restrita as áreas de: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA QUÍMICA e advertida que deverá enquadrar-se nos termos do que determina o preceito acima mencionado". Por esse motivo, a empresa foi inabilitada. O atestado de capacidade técnica operacional da empresa, através das informações no corpo do documento, não atende ao quantitativo exigido no item "6.1.5.2 Comprovação do licitante possuir, na data de realização do certame, Atestado QUANTITATIVO em nome da empresa onde comprove ter executado no mínimo 50% do volume do contrato de um ano a ser contratado, através da apresentação certidão(ões) e/ou atestado(s) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, na forma estabelecida no Inciso II e §2º e 3º do artigo 30, da Lei Federal nº 8.666/1993. Os referidos atestados deverão comprovar que a licitante possui capacidade técnico-operacional para executar na quantidade mínima, prazo e volume acima mencionado os serviços de: Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos urbanos". O atestado informa que foram recolhidos 2016 toneladas de resíduos em um período aproximado de 6 meses, o que não atenderia a exigência de habilitação. No entanto, o representante da empresa informou que tal quantitativo é referente a 1 mês e que a informação foi inserida pelo emissor do atestado de forma incorreta. Cabe registrar ainda que a quantificação na CAT está em dias (90 dias). Diante dos fatos, o pregoeiro decidiu por solicitar a empresa que demonstre através das medições e suas respectivas notas fiscais do período de 09/01/2020 a 09/07/2020 o quantitativo dos resíduos coletados dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis. Registra-se ainda que não foi apresentada a Certidão Ambiental Expedida Pelo INEA solicitada no item 9.1 do Termo de Referência. A empresa AMBIO AMBIENTAL E TRANSPORTE DE RESÍDUOS S/A, fundada e sediada em...

Considerando os fatos lavrados na Ata, o Pregoeiro oportunizou a empresa a apresentar documentação complementar para esclarecer os termos do Atestado apresentando, ocorre que a Recorrente não logrou êxito na apresentação da documentação complementar, visto que o pregoeiro no uso de suas atribuições lançou mão da faculdade prevista no §3º do Artigo 43, da Lei de Licitações.

Cabe ressaltar que as regras do edital são norteadoras do procedimento, todos os participantes estavam cientes de suas obrigações. Ademais, quando a lei possibilita a realização de diligências ela o faz com o intuito de esclarecer ou complementar a instrução do processo, como é o caso em análise, que houve um questionamento sobre o atendimento da documentação prevista no subitem 6.1.5.2 de Qualificação Técnica Operacional da segunda colocada. A legislação em comento, assim proclama:

Art. 43.

(...).

§3.º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. (g.n)

A corroborar os argumentos até então delineados :

“(...). De qualquer modo, quando a Comissão de Licitação, o Pregoeiro ou Autoridade Superior permitir ou determinar a juntada de documentos, seja ele qual for, deverá comunicar o fato aos demais, assinando-lhe prazo para que, querendo, apresentem eventual inconformismo. Portanto, tudo quando aduzimos acerca do instituto das



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



diligências poderá ser feito, desde que não haja quebra dos princípios que norteiam o certame, permitindo-se que a competição licitatória cumpra os seus objetivos e atenda à finalidade para a qual o legislador a instituiu, até porque o objetivo fundamental da promoção de diligência é sanar dúvida /obscuridade, que surja no curso do processo licitatório.” (grifamos).

Vejamos a decisão proferida no *Acórdão 2730/2015-Plenário*, em caso análogo ao presente, *in verbis*:

Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editais, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993)

Na fase de conhecimento e cognição recursal o Corpo Técnico exarou o seguinte parecer:

Atestado da Prefeitura Municipal de Seropédica:

O atestado traz o período de 90 (noventa) dias (09/01/20 à 07/04/20), tendo sido aditivado por mais 90 (noventa) dias (08/04/20 à 06/07/20), com descrição da seguinte forma: Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), Domésticos (Orgânicos e Inorgânicos), Transporte e destinação final (orgânicos e rejeitos) com o quantitativo de 2.016,00 toneladas.

Equipamentos Utilizados p/ Coleta do RSU: 06 (seis) Caminhões Compactador 15m³, 02 (dois) Caminhões Trucado basculante 12m³, 01 (um) Pá Mecânica e 01 (um) Pick-up com Caçamba cabine simples.

Segue Relatório apresentado c/ medições não atestadas e notas fiscais do Período de 180 dias c/ quantitativos executados: (01/01/20 à 09/01/20) = 466,78 Toneladas (09/01/20 à 31/01/20) = 1.504,35 Toneladas (01/02/20 à 29/02/20) = 1.825,02 Toneladas (01/03/20 à 31/03/20) = 1.676,26 Toneladas (01/04/20 à 30/04/20) = 1.643,24 Toneladas. (01/05/20 à 31/05/20) = 1.730,20 Toneladas (01/06/20 à 30/06/20) = 1.890,12 Toneladas (01/07/20 à 06/07/20) = 297,19 Toneladas Total Período 09/01/20 à 06/07/20 = **10.566,38 Toneladas / 6 meses = 1.761,06 Ton/mês (g.n)**



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



As notas fiscais e medições demonstram que o objeto foi executado, conquanto, não foi comprovado atendimento do quantitativo mínimos exigido no prazo da contratação inicial, na parte final o parecer técnico conclui o seguinte:

CONCLUSÃO: Analisando a nova documentação apresentada e confrontando com o Atestado Técnico Operacional apresentado no dia do certame, conclui-se: Considerando que a média da Ton/mês apresentada (1.761,06 Ton) não é compatível com o informado no atestado técnico operacional (2.016,00 Ton); Levando-se em consideração os Equipamentos utilizados na Coleta do RSU, onde discrimina a utilização de 02 (dois) Caminhões trucados basculante de 15m³ e 01 (uma) Pá mecânica, entende-se que a empresa coleta resíduos volumosos e resíduos da Construção Civil – RCC, no mesmo contrato da coleta de resíduo domiciliar. As medições que foram apresentadas sem o devido atesto e assinatura, não possuem discriminações informando o tipo de resíduo sólido urbano coletado; Considerando ainda, que após análise das medições, verificou-se duplicidade nos quantitativos medidos no dia 09/01/20, inclusive nas notas fiscais nº 1019 e nº 1053 apresentadas;

Diante dos fatos acima mencionados, essa equipe técnica entendi que o Atestado Técnico Operacional e documentos complementares apresentados, **não serão considerados devido à falta de informações conclusivas para chegar ao real volume coletado, com isso a empresa AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS, não atende a quantidade mínima de 50% (5.669,46 Toneladas), prazo (Período de 01 ano) e volume acima mencionado dos serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos urbanos, sendo considerada Inabilitada no Pregão Presencial nº 28/2023,** quanto a Documentação Técnica. (g.n)

Sem mais para o momento,

VITOR STUTZ PINTO

ENG. CIVIL CREA 2002100303 MAT. 2633

Da leitura da conclusão do parecer Técnico, extrai-se que as informações dos atestados não são coesas e objetivas.

Diante do que foi apurado nos autos e revisado na fase recursal, restou incontroversa a plausibilidade da manutenção parcial da decisão do Pregoeiro, na sessão realizada no



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



dia 15/06/2023, onde a Recorrente foi inabilitada por não ter comprovado a exigência do subitem 6.5.1.2 do edital.

Habilitação Técnica – Certidão de Inexistência de dívidas financeiras ambientais

A Recorrente alega que a inabilitação por descumprimento da apresentação do documento exigido no subitem 9.1.1 do Termo de Referência foi indevida.

Para essa matéria o Recorrente fundamenta suas razões recursais no Artigo 30 da Lei 8.666/1993 e no entendimento do Tribunal de Contas do Estado.

Neste assunto o Recorrente foi incisivo em afirmar que a exigência não encontra amparo do Artigo 30 da citada Lei, sendo ilegal tal exigência, em sua tese de defesa.

O julgado da representação do TCE/RJ arrimou o entendimento que a citada exigência apresenta potencial caráter restritivo.

Vejamos a redação da exigência

- Certidão Ambiental Expedida pelo INEA Declarando a Inexistência nos últimos 5 anos, de dívidas financeiras referentes à infrações ambientais praticadas pelo requerente, conforme Decreto Estadual 44.820 de 2 de Junho de 2014, em seu Artigo 18º, §1º Item V.;

Notadamente, percebe-se que a exigência não foi recepcionada no subitem 6.1.5.2 em suas alíneas subsequentes, neste sentido há uma divergência sobre a decisão de inabilitação proferida pelo Pregoeiro, tendo em vista que a documentação deveria ter sido recepcionada no edital, por essa temática deverá haver a conformidade da decisão com as exigências do Instrumento Convocatório, preconizada no Artigo 41 da Lei de regência.

Não se pode perder de vista que o Edital de Licitação é um ato administrativo oficial e vinculado que dita todas as regras, condições, direitos e deveres da Administração Pública e dos licitantes.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



V - ANÁLISE DAS RAZÕES RECURSAIS DA LICITANTE **DELURB AMBIENTAL LTDA**

A Licitante **DELURB AMBIENTAL LTDA** impetrou recurso administrativo nos autos do processo 5001/2023, requerendo a reforma da decisão de sua inabilitação. Inicialmente cumpre esclarecer que a decisão guerreada está contrária aos interesses da Recorrente, visto que o Pregoeiro acompanhou o julgamento da documentação Técnica, com este entendimento foi proferida a seguinte deliberação:

1.1 “DELURB AMBIENTAL LTDA foi considerada inabilitada por não ter cumprido com as exigências do item 6.1.5.2 do Edital, conforme relatório anexo emitido pela Secretaria Municipal de Obras.

Sustenta a Recorrente em suas razões recursais que o Edital não prevê a **“obrigatoriedade que o serviço tenha sido executado na mesma periodicidade do Contrato a ser celebrado com o Município de Casimiro de Abreu”**, que é parte do motivo de sua inabilitação.

A recorrente argumenta que apresentou a exigência de atendimento, através de seus atestados, de **“no mínimo 50% do volume do Contrato de um ano a ser contratado”**.

DOS ARGUMENTOS DA RECORRENTE

Vejamos os pontos abordados na petição:

13. Primeiro, o Edital do Pregão não determina o período de prestação do serviço para fins de aferição de capacidade técnico-operacional, mas simplesmente indica a necessidade de comprovação da execução de “no mínimo 50% do volume do Contrato de um ano a ser contratado”. Qualquer exigência adicional contrariaria a própria lógica do Instrumento Convocatório, porquanto significaria ultrapassar suas disposições expressas.(g.n)

Não há como prosperar tal argumento, visto que a leitura do subitem 6.1.5.2 é clara, na forma colacionada abaixo:



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



6.1.5.2. Comprovação do licitante possuir, na data de realização do certame, Atestado QUANTITATIVO em nome da empresa onde comprove ter executado no mínimo 50% do volume do contrato de um ano a ser contratado, através da apresentação certidão(ões) e/ou atestado(s) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, na forma estabelecida no Inciso II e §2º e 3º do artigo 30, da Lei Federal nº 8.666/1993. Os referidos atestados deverão comprovar que a licitante possui capacidade técnico-operacional para executar na quantidade mínima, prazo e volume acima mencionado os serviços de:((g.n)

. Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos urbanos

Em que pese a Recorrente entender que cumpre a exigência com a comprovação da prestação do serviço no período **entre 13 de janeiro de 2021 e 30 de junho de 2022, do contrato em andamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ**, não foi isso que o julgamento apontou, veja-se parte da decisão do Engenheiro sobre esse assunto, in verbis:

Atestado da UFRJ: O atestado traz o período de 18 meses (13/01/21 à 30/06/22) com quantitativo de 6.487,52 toneladas, proporcionalmente o quantitativo para 12 meses (365 dias) daria aproximadamente = 4.435,00 Toneladas.

Diante do quantitativo auferido no prazo apresentado, não logrou êxito a documentação apresentada, para fazer prova do atendimento do subitem 6.1.5.2.

E, ainda, em sua análise há a seguinte conclusão:



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Segue Relatórios dos Períodos de 1 ano c/ Quantitativos executados pela empresa DELURB:

Ano de 2018 = 100,29 Ton. (1 mês / Pref. Rio Acima) + 72,80 Ton. (7 meses / SURJ) =
Total = 173,09 Toneladas

Ano de 2019 = 601,72 Ton. (6 meses / Pref. Rio Acima) + 124,80 Ton. (12 meses / SURJ) +
718,85 Ton. (12 meses / 1ª Região Militar) + 228,35 Ton. (8 meses / BREF) =
Total = 1.673,42 Toneladas

Ano de 2020 = 115,71 Ton. (5 meses / Hospital geral) + 20,80 Ton. (2 meses / SURJ) +
313,15 Ton. (5 meses / 1ª Região Militar) + 185,60 Ton. (6 meses / BREF) =
Total = 635,26 Toneladas

Ano de 2021 = 4.435,0 Ton. (12 meses / UFRJ) + 46,29 Ton. (2 meses / Hosp. Geral) =
Total = 4.481,29 toneladas

Ano de 2022 = 2.199,00 Ton. (06 meses / UFRJ) =
Total = 2.199,00 Toneladas

CONCLUSÃO:

Somando os atestados de capacidade técnico-operacional juntados por períodos de 1 ano, levando em consideração que alguns apresentam volumes em litros ou m³ e foram considerados. Mesmo assim o somatório **não atende a quantidade mínima de 50%** (5.669,46 Toneladas), prazo (Período de 01 ano) e volume acima mencionado dos serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos urbanos. Com isso consideramos a empresa **DELURB AMBIENTAL LTDA Inabilitada no Pregão Presencial nº 28/2023, quanto a Documentação Técnica.**

Sem mais para o momento,

VITOR STUTZ PINTO
ENG. CIVIL CREA 2002100303
MAT. 2633

Não há de se olvidar que o edital no **subitem 6.1.5.2** trouxe como regra a comprovação do quantitativo do **volume de 5.669,46 toneladas no período de 01 ano, não havendo dúvida sobre a exigência.**

Segundo, o artigo 30, § 1º, inciso II, da Lei 8.666/1993, dispõe que “a documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: (...) comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos” – sem contudo pormenorizar a necessidade de coincidência de prazos contratuais entre os Atestados apresentados e o Contrato a ser celebrado.(g.n)



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Sobre esse argumento, sabe-se que é notório e de conhecimento público que o edital pautou essa exigência na redação do Acórdão do **TCU 244/2015**, conhecido pela Recorrente, pois consta em sua petição, vejamos o diz o citado acórdão: ***“os precedentes desta Corte informavam, como regra, que os quantitativos mínimos não deveriam ultrapassar 50% do valor previsto no orçamento base, salvo em condições especiais e devidamente justificadas”***¹

O Recorrente alega que o acórdão não ampara a limitação do tempo, ocorre que devido ao grau de complexidade da execução, bem como a importância da contratação, ponderou-se por essa exigência. Não se pode perder de vista que atualmente já se tem o entendimento que a capacidade técnica poderá ser exigida por meio de um só atestado, podemos obter esse entendimento do Acórdão 2924/2019 Plenário, *in verbis*:

Acórdão 2924/2019 Plenário (Licitação, Representação, Relator Ministro Benjamin Zymler)

Licitação. Qualificação técnica. Atestado de capacidade técnica. Comprovação. Quantidade. Limite máximo. Capacidade técnico-operacional.

É irregular a exigência de atestado de capacidade técnico-operacional com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, a não ser que a especificidade do objeto o recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no processo licitatório.

Da leitura do citado Acórdão, obtém-se a cristalina informação sobre a possibilidade de se exigir somente um atestado para a comprovação do quantitativo mínimo, bem como de um quantitativo maior, desde que justificada.

No presente certame a exigência autorizou o somatório de atestados, usou-se a forma no plural, com vistas a ampliar a competitividade, a regra é aceitar o somatório de atestados para fins de qualificação técnica, pois faculta-se ao interessado que não lograria êxito em demonstrar sua capacidade por meio de um único atestado, que o faça conjugando experiências diversas, foi essa temática utilizada no certame e mesmo assim a Recorrente não conseguiu comprovar, motivo que a levou a ser inabilitada.

Impende salientar que no Acórdão 287/2014, o Ministro Benjamim Zymler, proferiu a seguinte decisão:

¹ TCU, ACÓRDÃO 244/2015, RELATOR MINISTRO BRUNO DANTAS, Plenário, j. em 11/02/2015 –



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Exceção a esse entendimento deve ser feita quanto os diferentes atestados se referem a serviços executados de forma concomitante. Nessa situação, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, é como se os serviços fossem referentes a uma única contratação. Com efeito, se uma empresa executa simultaneamente dez contratos de dez postos de serviços cada, cabe a suposição de que a estrutura física da empresa é compatível com a execução de objetos referentes a cem postos de serviços. Vislumbra-se, inclusive, nessa situação hipotética, maiores exigências operacionais para gerenciar simultaneamente diversos contratos menores em locais diferentes do que gerenciar um único contrato maior (sempre considerando que haja identidade entre o somatório dos objetos desses contratos menores e o objeto desse contrato maior).” (TCU, Acórdão nº 2.387/2014, Plenário, Rel. Ministro Benjamin Zymler, j. em 10.09.2014)

Fazendo uma contextualização com o acórdão, a exigência do subitem 6.1.5.2, **quando menciona volume e prazo**, busca aferir a capacidade de gerenciamento de diversas contratações em um período que comprove a capacidade para o quantitativo proposto, em suma, percebe-se que as contratações se apresentam na prática na forma simultânea, ensejando o alcance de um período, como se fosse uma contratação una. Nesse aspecto a Recorrente não conseguiu o alcance dos requisitos edilícios.

20. Quarto, a jurisprudência do EGRÉGIO TCU não poderia ser mais clara ao afirmar que: (a) “as exigências de qualificação técnica, quer técnico-profissional quer técnico-operacional, devem recair sobre parcelas que sejam, simultaneamente, de maior relevância e valor significativo”; (b) “tais requisitos devem ser demonstrados no Instrumento Convocatório ou no Processo Administrativo da Licitação”; e (c) é “desarrazoada, como forma de comprovação da qualificação técnica dos licitantes, a exigência em Edital de percentuais mínimos superiores a 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço” 2 .

O argumento utilizado pela Recorrente não encontra guarida na jurisprudência mencionada, pois o caso concreto utilizado para a decisão acima, não se coaduna com o objeto da presente licitação. Observando-se o objeto da Representação que deu azo ao entendimento do Acórdão 3076/2011TCU – Plenário, denota-se que o fato analisado se distancia do presente.

22. Quinto, na lição de MARÇAL JUSTEN FILHO, (a) “incumbe à Administração justificar as exigências de experiência anterior que introduz no Ato Convocatório”; (b) **“não é dever dos particulares demonstrarem que as exigências impostas pela Administração são excessivas”**; e (c) **“não**



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



é possível a Administração invocar algum tipo de presunção de legitimidade de Atos Administrativos para transferir ao particular o ônus de prova extremamente complexa” 3 .(g.n)

23. Como não existe vedação constante do Edital e/ou justificativa para comprovação por meio de Atestados cuja periodicidade não seja idêntica àquela do Contrato a ser celebrado, não se afigura razoável a inabilitação do Licitante que efetivamente atendeu ao quantitativo mínimo.

Por amor ao debate, entendemos que o objeto da Licitação se mostra de grande importância, guardando a complexidade para o requisito em questão, por isso, a exigência constante no subitem 6.1.5.2 se mostra compatível.

A legação da Recorrente não se mostra compatível com a fase da licitação, todas as questões pontuadas combatem a exigência editalícia, no entanto, na fase da inauguração da fase externa da Licitação, a Recorrente protocolizou uma impugnação combatendo algumas questões do edital, sendo respondidas pontualmente pelos Técnicos da Secretaria.

Ocorre que a exigência, ora atacada, não foi alvo da impugnação, nos autos do processo 2.638/2023, como pode?

A Recorrente na fase anterior à licitação utilizou a faculdade legal de se contrapor ao instrumento convocatório, conquanto, a sua retórica não atingiu o requisito de edital que agora a mesma alega que não é legal tal exigência.

Pasmem, não houve em nenhum momento sombra dessa temeridade na fase de impugnação, como agora a Recorrente ataca a exigência?

Não nos parecer razoável se utilizar de uma fase preclusa para suscitar algo que se teve a oportunidade e não foi provocado.

Sexto, também na esteira da jurisprudência do EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU, “a vedação ou limitação de somatório de Atestados é medida excepcional, restrita a casos em que seja tecnicamente verificado que o estabelecimento de um determinado quantitativo de item de serviço implique aumento da complexidade de sua execução” 4 .(g.n)



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



26. É inquestionável, por fim, que inexistente “aumento da complexidade de sua execução” decorrente da simples redução de prazo, porquanto a diferença é facilmente atendida por meio da disponibilidade de equipamentos e pessoal constante do Termo de Referência, da Planilha Orçamentária e da Proposta apresentada pela DELURB.(g.n)

Essa retórica da Recorrente não pode ser abarcada, pois o edital não vedou o somatório de atestado, houve a peculiaridade do prazo, podendo ser comprovada com o acúmulo de atestados, desde que atenda a exigido no edital.

Por tudo que foi exposto pela Recorrente, não há de se olvidar que o objeto da presente licitação foi acudido pelas interessadas com um público alvo presente de 07 (sete) empresas.

Restou inverossímil e incontroverso que a exigência do subitem 6.5.1.2 não alterou a competitividade do certame, não sendo suficiente para prejudicar o caráter competitivo da licitação, uma vez que 07 (sete) empresas apresentaram documentação para habilitação, com a abertura de três envelopes da Documentação.

29. A Administração Pública deve adstringir sua análise ao que dispõe o Instrumento Convocatório, o que, in casu, conduzirá à inarredável conclusão de que o Item 6.1.5.2 do Edital do Pregão foi frontalmente violado. Ou seja, “a Administração não pode descumprir as normas e condições do Edital, ao qual se acha estritamente vinculada” (artigo 41 da Lei 8.666/1993)(g.n)

A Recorrente invocou o Princípio da Vinculação ao instrumento convocatório para obter a reforma da decisão de sua inabilitação, ora, nesta fase processual, resta-nos incabível desrespeitar tal Princípio, pois o que se buscou foi a obediência ao mesmo, visto que a lisura do julgamento disposto na parte Técnica, mostra-se incontroversa sobre o desatendimento do subitem 6.5.1.2., não houve o mero arbítrio do julgador quando proferiu a decisão de inabilitação.

A decisão foi motivada e justificada, não houve arbitrariedades e/ou privilégios, como assim, quer fazer acreditar a Recorrente.

32. Caso se ultrapasse o que se disse nos parágrafos antecedentes, o que se admite ad argumentandum tantum, a DELURB passa a demonstrar que a r. Decisão Recorrida não se compadece com os **Princípios da**



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Proporcionalidade e da Razoabilidade, o que também legitima o provimento desse Recurso Administrativo e a adjudicação do objeto do Pregão à RECORRENTE. Pois bem.

33. Com o perdão pelo truísmo, mas o item 6.1.5.2 do Edital do Pregão, nas palavras de FLÁVIO AMARAL GARCIA, tem como finalidade lógica – e legítima – “verificar se o Licitante possui aptidão, conhecimento, equipamento e experiência para executar o objeto contratual” e “proteger o valor ‘segurança’, eis que seria inadmissível que a Administração Pública colocasse em risco a segurança de pessoas, obras e bens, aventurando-se a contratar com licitante desqualificado e desprovido de experiência e técnica” 5 .(g.n)

A Doutrina utilizada para ser abarcada na situação concreta, visando o aproveitamento dos Princípio da Proporcionalidade e da Razoabilidade para reformar a decisão de inabilitação, não podem se contrapor ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

Analizando o feito, entende-se que o Instrumento Convocatório é soberano, não havendo como fazer uma substituição de sua eficácia, posta a questão, restou clara a inobservância ao Princípio do Instrumento Convocatório.

Apesar de toda a retórica contida na petição ser de forma proba para buscar a reforma da decisão do pregoeiro, razão pela qual, manifesta-se o respeito de forma recíproca pela Recorrente, não sendo prejudicial essa fase, pois a fase recursal é a forma de se rever o que foi realizado, forma de julgamento e outras situações que derivam do reexame da matéria, sendo a questão enfrentada. No edital há a forma de julgamento de conformação explícita, bem como o que se busca, no atendimento do subitem 6.5.1.2, é um parâmetro objeto de julgamento, onde se quer a comprovação da execução do volume de (quantitativo) 5.669,46 toneladas no período de 1 ano, **do serviço de coleta e Transporte de Resíduos Sólidos urbanos, a análise não comporta subjetividade, pois se está aferindo unidade de medida exata, com o Plus da aceitação de volume maior dentro do mesmo período, seria o razoável e proporcional.**

Todas as questões pontudas merecem atenção, pois sabe-se que o instrumento convocatório e seus anexos, após a publicação dos mesmos, estão sob a égide do Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, não se apresentando prudente a adoção de julgamento impróprios distantes do julgamento dispare e subjetivos, pois tal postura poderia afetar substancialmente o edital e seus anexos. Notadamente, o Artigo 41 da Lei Federal nº 8.666/1993 lecionou sobre o assunto, tendo a seguinte dicção, *in verbis*:



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



”A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

A celeuma entre os Princípios não existe, pois, o Artigo 3º da Lei de Licitações é claro sobre a importância dos mesmos, bem como a adoção de forma harmônica, sem hierarquias e privilégios de uns em detrimento de outros, vejamos o dispõe o artigo:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Sobre o assunto o Acórdão 3381/2013 - Plenário decidiu o seguinte:

“O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa” (Acórdão 3381/2013-Plenário | Relator: VALMIR CAMPELO)

Cabe ressaltar que mesmo na fase da contratação o edital faz lei entre o Licitante e a Administração Pública promotora da Licitação, esse assunto foi objeto do Acórdão do TCU 00199520091, in verbis:

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM PREGÃO ELETRÔNICO. CONSTATAÇÃO DE ALGUMAS FALHAS RELACIONADAS À INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÃO. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital. (TCU 00199520091, Relator: MARCOS BEMQUERER, Data de Julgamento: 15/02/2011).

Com este entendimento, observou-se que os Princípios básicos da legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Igualdade, Publicidade, Eficiência, Probidade Administrativa e do Julgamento Objetivo, bem como aos Princípios correlatos da Razoabilidade, Competitividade e Proporcionalidade estão em consonância, obstando a predileção de um somente, como é o caso do pedido do Recorrente.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



E, ainda prevê o Artigo 37 da CF/88 que o procedimento Licitatório” somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”. E na Lei nº 8.666/1993 em seu Artigo 30, parágrafo 3º indica os parâmetros da exigência debatida. Nesse diapasão é imperioso verificar qual objeto da licitação, para então se apresentar a documentação exigida que cumpra o edital.

Na Parte conclusiva do Parecer Técnico há a seguinte conclusão:

CONCLUSÃO: Somando os atestados de capacidade técnico-operacional juntados por períodos de 1 ano, levando em consideração que alguns apresentam volumes em litros ou m³ e foram considerados. Mesmo assim o somatório não atende a quantidade mínima de 50% (5.669,46 Toneladas), prazo (Período de 01 ano) e volume acima mencionado dos serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos urbanos. Com isso consideramos a empresa DELURB AMBIENTAL LTDA Inabilitada no Pregão Presencial nº 28/2023, quanto a Documentação Técnica. Sem mais para o momento,

Manifesta-se o respeito ao direito de petição da Recorrente (Artigo 5º, inciso XXXIV, alínea “a” da CF/88), notou-se que foi realizada uma argumentação incisiva, com a indicação da Lei, Doutrina e jurisprudência, conquanto, não se pode rever a decisão que se funda no tratamento fora do critério da isonomia, caso a Administração assim proceda, arcará com o dano e prejuízo de lançar mão do julgamento parcial, ferindo os Princípios que norteiam as Licitações Públicas, por esta questão, não há como sustentar a reforma da decisão do Pregoeiro que acompanhou o julgamento objeto do Corpo Técnico da Secretária Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos.

Da análise criteriosa dos autos, verifica-se que os argumentos apresentados nas razões recursais da empresa **DELURB AMBIENTAL LTDA** não merecem acolhimento, dessa forma, restaram improcedentes as alegações da Recorrente.

DA ANÁLISE DAS CONTRARRAZÕES RECURSAIS AO RECURSO DA LICITANTE DELURB AMBIENTAL LTDA

Instada a se manifestar, a Recorrida apresentou contrarrazões dentro do lapso temporal que lhe impunha o regramento constante do instrumento convocatório. As



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Contrarrazões recursais da licitante **FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA** foram instruídas nos autos do processo 5.137/2023.

Em sede de contrarrazões foi possível entender a dinâmica dos fatos percorridos neste certame. Restou incontroverso que a Recorrente **DELURB AMBIENTAL LTDA** já é uma personagem marcante nos certames com esse objeto, fazendo parte do universo dos potenciais participantes.

A licitante **FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA** assevera que a decisão da comissão foi acertada, ao passo que trouxe algumas informações que ratificam que a Recorrente mantém uma conduta reiterada de inobservância do edital em outros certames.

Em sua peça contestatória a contrarrazoante arrimou sua argumentação nos diversos julgados do TCU, na doutrina dominante, na lei de Licitações e Contratos, nos julgados do SFT e TRF1. Inicialmente a licitante requereu o não acolhimento ao recurso da **DELURB AMBIENTAL LTDA** com a manutenção da decisão proferida na sessão realizada no dia 15/06/2023.

Em uma adstrita síntese, refuta os argumentos apresentados pela Recorrente, apontando que houve a correta condução do certame por parte do Pregoeiro, pois sustenta e comprova que a Recorrente não atendeu às exigências do subitem 6.5.1.2 do edital.

Em suas razões trouxe à tona a saga percorrida pela Recorrida **DELURB AMBIENTAL LTDA** nos certames em que participou, com o mesmo objeto, nos Municípios de Itaboraí e Silva Jardim.

A decisão de inabilitação do certame do Município de Itaboraí foi para apreciação do judiciário. De forma a comprovar seus argumentos trouxe aos autos a decisão emanada nos autos do processo judicial 0097665-13.2020.8.19.001, na forma colacionada abaixo:

Trata-se de mandado de Segurança impetrado por **DELURB AMBIENTAL LTDA**, contra decisão do PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO do MUNICÍPIO DE ITABORAÍ ("MUNICÍPIO DE ITABORAÍ"), que, no dia 18 de maio de 2020, negou provimento ao Recurso Administrativo interposto pela **DELURB** contra sua inabilitação na Concorrência Pública 02/2017. Assim, pede concessão de liminar para que sejam suspensos os efeitos do Ato Coator imediatamente e, por conseguinte, seja suspensa a Concorrência Pública até decisão final nesse Mandado de Segurança. O Ministério Público opinou pelo não conhecimento do pedido. Esse é o breve relatório. Decido. Cabível a concessão de liminar em mandato de segurança quando houver fundamento relevante e do



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, nos termos do art. 7º, inciso III, da Lei 12.106/2009. **No presente caso, a Impetrante foi inabilitada por apresentar atestados quantitativos em medidas de volume e não em peso, impossibilitando a comissão de auferir a sua real capacidade, fls. 143. A Impetrante recorreu da referida decisão, decidindo o Secretário Municipal de Serviços Públicos por negar provimento ao recurso, ratificando a decisão exarada no âmbito da Concorrência 02/2017, mantendo a abertura de preço para o dia 20/05/2020 às 10:horas. O item 7.3.4 do Edital (fls. 129) prevê que o licitante deverá comprovar a sua qualificação técnica, por meio de apresentação, entre outros documentos, de atestado quantitativo que comprove que executou 50% do contrato em um ano, especificando em toneladas ano. Ocorre que o Impetrante não nega que tenha apresentado atestado quantitativo em desacordo com edital, sendo certo que não aponta qual dos atestados que instruem à inicial foi apresentado para fins de habilitação, o que inviabiliza a verificação do cumprimento do Edital pelo Impetrante. Ressalte-se há vários atestados juntados aos autos e muitos deles não estão com a quantidade de resíduo sólido em tonelada, conforme exigido no edital. O fato é que unidade de medida faz toda a diferença no objeto da contratação, não se tratando de exigência descabida e irrazoável.** Outrossim, a decisão que negou provimento ao recurso administrativo interposto pela Impetrante utiliza-se de motivação aliunde ou per relationem, que pode ser definida como a motivação por meio de remissão a outras manifestações ou peças constantes nos autos e cujos fundamentos justificam e integram o ato decisório, expressamente autorizada pelo art. 50, § 1º, da Lei 9.784/1999. **Assim, em um juízo de cognição sumária, inexistente violação a direito líquido e certo da impetrante. Isto posto, INDEFIRO A LIMINAR REQUERIDA.** Ao final do Plantão Noturno ao Juízo Natural para as demais providências cabíveis. P.I(g.n)

Observando-se os termos da decisão do juiz de primeira instância, denota-se que a Recorrente se comporta de modo contumaz nas licitações, pois o desatendimento do edital da Municipalidade de Itaboraí, na decisão citou-se o subitem 7.3.4 do edital da Concorrência 02/2017, sob o regime de execução indireta, empreitada por preço unitário, do tipo menor preço, para “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E COLETA, TRANSPORTE E DESCARGA DE ENTULHOS/OUTROS nos atos do processo 057/2017, para ilustrar colaciona-se a exigência, in verbis:

7.3.4 - Comprovação do licitante possuir, na data prevista no subitem 1.1 deste Edital, ser detentor de Atestado QUANTITATIVO em nome da empresa onde comprove ter executado 50% do volume do contrato em um ano, período e volume a ser contratado para prestação do serviço conforme tabela abaixo:

ITEM	SERVIÇO ESTIMADO PARA 12 MESES	TONELADAS/ANO	ATESTADO – 50% DO CONTRATO
1	TOTAL DE SERVIÇOS ESTIMADOS COLETA DOMICILIAR – 12 meses/ton	40.800	20.400
2	TOTAL DE SERVIÇOS ESTIMADOS COLETA RESÍDUO SAÚDE- 12meses/ton	74.808	37,4
3	TOTAL DE SERVIÇOS ESTIMADOS DE ENTULHO/ Outros – 12 meses /ton	14.472,00	7.236

§1º - Não será admitido o somatório de atestados

§2º - Os atestados precisam estar registrados no CREA.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



Percebe-se que a Recorrente não logrou êxito em comprovar o atendimento da exigência do edital, sendo uma situação muito semelhante com a dos autos processuais em comento.

Obteve-se também a informação que a decisão de primeira instância foi agravada, nos autos do processo 0031487-85.2020.8.19.0000, com a manutenção da decisão do juiz *a quo*, sendo mantida a decisão no âmbito administrativo e ratificada no judiciário na primeira instância e em sede de Agravo de instrumento.

Pode-se perceber que a Recorrente não logrou êxito na comprovação do subitem 7.3.4 do edital que guarda profunda semelhança com o subitem 6.1.5.2 do nosso edital, sendo reiterada a conduta da Recorrente.

Além dessa informação, a petição informou que no procedimento licitatório da Concorrência Pública 002/2022, tendo por objeto da licitação a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares em todos os logradouros deste Município e transporte para o aterro sanitário, em observância às cláusulas dispostas neste Edital. Neste certame a Recorrente mais uma vez não logrou êxito na comprovação do atendimento ao instrumento convocatório, sendo inabilitada.

Em visita ao site Licitações – Silva Jardim, obteve-se o conhecimento da documentação dos atos decisórios do certame, sendo a empresa inabilitada pelo desatendimento do edital, foi aberta a fase julgamento de Recurso e a decisão foi mantida. A Recorrente se socorreu novamente ao judiciário através do processo nº 0800481-73.2022.8.19.0059, sem lograr êxito no judiciário novamente.

A petição da contrarrazoante apresentou elementos e fundamentos legais e jurisprudenciais que corroboram com a decisão do Pregoeiro, meritalmente requereu pelo não conhecimento do recurso eis que protelatório, uma vez que a Recorrente não conseguiu atender ao exigido no subitem 6.5.1.2 do edital, assim demonstrando que não possui a integralidade da qualificação técnica para a execução dos serviços a ser contratado.

Em sede de contrarrazões a empresa **AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A** pautou que a Recorrente **DELURB AMBIENTAL LTDA**



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



quando da apresentação do atestado, oriundo do contrato de apenas 06 (seis) meses – 13.01.2021 à 30.06.2022, não atendeu ao edital, conforme reafirmado em seu Recurso (parágrafo 12 do Recurso Administrativo), neste sentido ratifica que a decisão do Pregoeiro tem que ser mantida, pois alega que o documento se mostra inservível para atestar a qualificação técnica

A sua petição foi fundamentada na lei de Licitações e na jurisprudência do TCU, sobre o assunto, importante mencionar neste momento a jurisprudência do TCU:” **É obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha prestado serviços e fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993) “.** Acórdão 18144/2021-Segunda Câmara | Relator: ANDRÉ DE CARVALHO.

Segundo os argumentos a licitante a documentação da Recorrente não foi possível atender ao subitem 6.5.1.2, para fazer prova da sua capacidade para a execução do objeto da Licitação, tendo assim não demonstrado que possui qualificação técnica, para a consecução dos serviços prestados.

Por derradeiro afirmou que a decisão de inabilitação da licitante **DELURB AMBIENTAL LTDA**, proferida na data de 15/06/2023 deve ser mantida.

Requeru o indeferimento do recurso ora analisado.

V - DA ANÁLISE DO RECURSO

Inicialmente, cabe esclarecer que o Pregoeiro da Comissão não reconsiderou sua decisão, nos termos da manifestação anexada aos autos, restando clara a convicção de sua deliberação, bem como subsidiou a manutenção da decisão proferida na Ata de julgamento realizada no di 15/06/2023.

Nos recurso da Recorrente **DELURB AMBIENTAL LTDA**, ora analisado, caso haja a retroação da decisão, estar-se-ia a Administração Pública repudiando o Princípio da Vinculação



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



ao Instrumento Convocatório, invertendo a ordem do objetivo da Licitação, ou seja, o atendimento ao Interesse Público com a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Não se pode perder de vista que os lances na sessão Pública são verbais e registrados pela Comissão na Ata de Lances, com a assinatura dos presentes para validar o ato de manifestação de vontade, sem a intervenção do Pregoeiro nos valores ofertados, com vistas ao atendimento do Interesse da Administração em contratar com o preço justo, neste aspecto a fase de lances foi encerrada com o objetivo alcançado, na conformidade do Artigo 3º do Decreto Municipal 1.800/2020, na forma da redação colacionada abaixo:

Art. 3º - A licitação na modalidade de Pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, assim como aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.(g.n)

§ 1º - As normas regedoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.(g.n)

Diante do explicitado na Ata, restou claro que o certame transcorreu dentro do regular trâmite processual. Não há de se olvidar que os licitantes interessados participaram da licitação com a aceitação plena das exigências contidas no mesmo, pois não houve a apresentação de impugnação em face das exigências do citado edital, no tempo previsto no Artigo 41 da Lei 8.666/1993.

Indubitável é que **em se tratando de licitações é essencial evitar julgamentos impróprios e diversos do previsto aos termos do edital e seus anexos, que possam resultar em decisões desconformes com as condições indispensáveis para a Administração Pública, acarretando prejuízo ao conjunto de ações visando a saudável Competição e as condições de Isonomia entre os diversos participantes, com a finalidade de se obter a oferta mais vantajosa.**

No caso em questão, notou-se que as decisões que nortearam o certame foram dentro da legalidade, sendo prudente a manutenção da Proposta mais vantajosa, com vistas ao cumprimento



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



dos termos do edital, restando acertada a decisão da Pregoeira com a escoreita aplicabilidade do Princípio da Eficiência.

Neste contexto fático, a decisão da Pregoeira tem arrimo no Acórdão 1734/2009 do TCU, na forma abaixo colacionado, **in verbis**:

A licitação não deve perder seu objetivo principal, que é obter a proposta mais vantajosa à Administração, mediante ampla competitividade, a teor do art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993. Acórdão 1734/2009 Plenário (Sumário)

E, ainda:

Conforme já me manifestei em outras oportunidades, como por exemplo no recente Acórdão nº 146/2007 - 1ª Câmara: “(...) licitação é o procedimento administrativo mediante o qual os órgãos públicos e entidades selecionam a proposta mais vantajosa para a avença de seu interesse. Nesse contexto, surge um princípio basilar ao Direito Administrativo, qual seja, o da indispensabilidade da licitação para se adquirir, alienar ou locar bens, contratar a execução de obras ou serviços, que tem assento constitucional (art. 37, inciso XXI, da Carta Política) e infraconstitucional - art. 2º da Lei nº 8.666/1993 (...). Essa demanda decorre de princípios também insculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além de outros elencados pela doutrina para a licitação. É dizer: a regra estatuída na Constituição Federal é a da obrigatoriedade de licitar, já as hipóteses de dispensa e de inexigibilidade de certame devem ser interpretadas como exceções.” Acórdão 798/2008 Primeira Câmara (Voto do Ministro Relator)

Neste contexto, tornou-se essencial apreciar com objetividade e razoabilidade as decisões administrativas deliberadas no presente, mediante avaliação adequada quanto à conformidade das propostas e o cumprimento das exigências imprescindíveis desprezando excessos de formalismos em prol do objetivo maior que é a ampla e justa competição, sendo notório que no caso em questão houve a correta aplicação do ordenamento jurídico ao fato concreto.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Assim, de acordo com a doutrina e jurisprudência, na situação concreta não se verifica qualquer ilegalidade ou vício capaz de alterar a decisão da Comissão de Licitação.

Considerando o que preceitua a lei e a interpretação do artigo 30 da Lei de Licitações, no que tange aos atestados deve ser feita com cautela em primazia ao princípio do formalismo moderado eis que a exigência do atestado técnico tem o condão de demonstrar a capacidade de execução do objeto licitado, determinando que os atestados apresentados pelas Recorrentes não demonstram, como dita acima a capacidade técnica de execução do objeto licitado.

Por todo o exposto, caem por terra todas as alegações da Recorrente **DELURB AMBIENTAL LTDA** no que tange a comprovação do subitem 6.1.5.2 do edital de igual modo a Recorrente **MI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A**, tendo o seu **Recurso parcialmente deferido, sem, contudo, alcançar a integralidade do ato decisório de sua inabilitação, sendo reformada a decisão na** desnecessidade da apresentação do documento do subitem 9.1.1. do Termo de Referência, por não está expressamente requerida no edital.

Posto isto, conclui-se pela procedência das contrarrazões das licitantes **AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTES DE RESÍDUOS S/A e FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL** e consequentemente, pela manutenção da decisão de habilitação da Licitante **FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL**, exarada no âmbito do Pregão Presencial 28/2023, constante da ata de julgamento.

Essas são as considerações a serem feitas a respeito da presente consulta, sem embargo de outros entendimentos em sentido contrário, para com os quais manifestamos, desde já, o nosso respeito.

A presente manifestação pretigiou e acompanhou o parecer Técnico do engenheiro **Vitor Stutz Pinto, inscrito no CREA/RJ 2002100303**, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos.

A Autoridade Competente deverá emanar a decisão final do recurso, com emissão de provimento formal aos autos, em atendimento ao subitem 9.5 do edital.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Nilo Peçanha, nº 176, Centro, Casimiro de Abreu/RJ.
procuradoria@casimirodeabreu.rj.gov.br (22) 2778-9815



As Recorrentes e os demais licitantes deverão ser intimados da decisão do presente, visando o prosseguimento dos autos principais.

Salvo melhor entendimento, é o parecer.

Casimiro de Abreu, 06 de julho de 2023.

Rozilandi Fonseca Pinto Couto
Assessora Jurídica - OAB/RJ 147.045

De: Rafael R. - SEMOHSP

Para: SEMGOV - CPL - Comissão Permanente de Licitação - A/C Régis B.

Data: 07/07/2023 às 11:17:54

Prezado,

Segue para conhecimento após análise do corpo jurídico.

Trata-se de recurso oposto pela AMI3 SOLUÇÕES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA em face da decisão do pregoeiro que a inabilitou no certame por não atender os requisitos técnicos exigidos no Edital para garantir a correta e contínua prestação do serviço contratado.

Foram apresentadas contrarrazões pela licitante recorrida no Despacho 3.

Parecer técnico no Despacho 5 no sentido de ratificar a ausência de requisitos técnicos da recorrente para participar do certame.

Parecer jurídico no Despacho 7 também no sentido de negar provimento ao recurso.

É a breve síntese, PASSO A DECIDIR.

Considerando que o parecer técnico apresentado no Despacho 5 pelo engenheiro Vitor Stutz Pinto é claro e conclusivo no sentido de que a recorrente não atende os requisitos técnicos exigidos no edital;

Considerando que o eminente parecer jurídico no Despacho 7 também é conclusivo no sentido negar provimento ao recurso da recorrente;

Considerando, portanto, que a recorrente não atende os requisitos técnicos exigidos no edital;

ACOLHO OS FUNDAMENTOS elencados nos pareceres técnico e jurídico para NEGAR PROVIMENTO ao presente recurso, determinando, com isso, o prosseguimento imediato do certame.

Sem mais.

Atenciosamente.

—

Rafael Jardim Pereira Ramos

Secretário Municipal de Obras, Habitação, Serviços Públicos e Defesa Civil.

Portaria nº 754/2022

Assinado digitalmente (emissão) por:

Assinante	Data	Assinatura
Rafael Jardim Pereira Ramo...	07/07/2023 11:18:27	1Doc RAFAEL JARDIM PEREIRA RAMOS CPF 054.XXX.XXX-...

Para verificar as assinaturas, acesse <https://casimirodeabreu.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **E395-0AB3-1B94-5837**

Protocolo 9- 4.992/2023

De: Régis B. - SEMGOV-LICIT

Para: Representante: AMI3 SOLUCOES AMBIENTAIS E TRANSPORTE DE RESIDUOS LTDA

Data: 07/07/2023 às 11:33:51

Para ciência.

—

Régis Silva Bento

Presidente CPL/Pregoeiro